



O Palácio de Cristal encheu-se por completo para o comício de amizade PCP-PCUS que se realizou na passada quinta-feira no Porto

## Álvaro Cunhal no Porto:

O PCP é; na ordem interna, o alvo principal das forças reaccionárias e dos seus aliados porque, em Portugal, o PCP é o único grande partido que se opõe de forma consequente e com determinação à política antipopular, antidemocrática e antinacional da «AD»; é o único que defende firmemente as conquistas de Abril e o regime democrático; é o único que, enraizado na classe operária e nas massas, apoia, organiza e impulsiona a luta dos trabalhadores e do povo português; é o único inteiramente fiel aos interesses do povo português e da Pátria portuguesa. — Páginas centrais



Estas trabalhadoras apanhavam a azeitona abandonada na Herdade de S. Manços (Évora) do agrário António Coelho Charrua. Concluído o trabalho, apareceu a GNR que roubou 16 sacos e largou 30 touros bravos sobre os trabalhadores. Reportagem na pág. 10



### MORREU MIKHAIL SUSLOV

• Mensagem de condolências do CC do PCP

Pág. 2

## PARALISAÇÃO GERAL DE 24 HORAS

12 DE FEVEREIRO



### FIÃES

### ST. ILDEFONSO

no Domingo  
mudar  
é possível!



Queremos uma Junta capaz  
Que cá pelo "puto" saiba o que faz!



Queremos uma Junta capaz  
Queremos os últimos dias com paz!

SOMOS JOVENS - SOMOS O FUTURO!



Queremos uma Junta capaz  
Só o futuro é nosso capataz!



Não queremos casas assim tão más!



Que lixe o lixo de maneira eficaz!



Queremos uma Junta capaz  
Que contra a corrupção seja tenaz!



SEMANA

Nacional

20  
Quarta-feira

Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa aderem a 100% a uma greve de três dias hoje iniciada, em luta pela livre negociação e contra a imposição do tecto salarial; entretanto o Governo desencana a da nova uma dispendiosa "operação fura-greve" que, além de não resolver a falta de transportes, deixa várias zonas do país sem transportes com a mobilização de autocarros de empresas privadas que operam nessas zonas ■ Viana Baptista, ministro da Habitação, Transportes e Obras Públicas, admite na Assembleia da República que o seu Governo se propõe liberalizar as rendas de casa, incluindo as rendas antigas, agravando assim as já enormes carências sentidas no sector habitacional do nosso país ■ Um despacho assinado pelo ministro da Administração Interna e três secretários de Estado (e já enviado para publicação no "Diário da República") estabelece "fronteiras monetárias" a quem queira visitar turisticamente o nosso país: qualquer cidadão estrangeiro que queira entrar em Portugal terá de apresentar cinco mil escudos ou 500\$00 por cada dia que pretenda passar em Portugal; esta insólita decisão do ministro da Administração Interna vem ao encontro da não menos original pretensão deste governo "AD" Balsemão em "combater o turismo de pé descalço".

21  
Quinta-feira



J.M. Godinho condenado

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, condecora José Magalhães Godinho com a Gra-Cruz da Ordem Militar de Cristo, a terceira mais importante no nosso país, pelos serviços prestados no desempenho do cargo de Provedor da Justiça. ■ A Caris e a CP juntam-se ao Metropolitano de Lisboa na greve que amanhã termina, em luta por questões salariais; o Governo continua com a "operação fura-greve" recusando autocarros de vários pontos do país e utilizando verbas que dariam para resolver as profissões salariais dos trabalhadores das empresas públicas em luta ■ Realiza-se no Porto o comício de Amizade PCP-PCUS, onde não estava presente a delegação soviética por não lhe ter sido concedido o visto de entrada no nosso país pelo Governo "AD" Balsemão; Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, classificaria tal atitude de estúpida, prepotente e provocatória, indigna de Portugal e testemunho eloquente da vergonhosa submissão da "AD" e do seu Governo à política belicista e anti-soviética do governo dos EUA.

22  
Sexta-feira



Transportes: greve que não «furo»

Uma delegação do Movimento "Não às armas nucleares em Portugal" entrega ao Presidente da República um abaixo-assinado com mais de 210 000 assinaturas contra a instalação, estacionamento ou passagem de armas nucleares em Portugal; o PR que recebeu a delegação numa audiência de cerca de uma hora, consideraria nomeadamente que "a chamada de atenção para os perigos das armas nucleares é uma obrigação de todos os homens conscientes" ■ O governo da "AD" Balsemão considera arbitrariamente "personae non gratae" dois diplomatas soviéticos, impondo a sua saída do nosso país num prazo de cinco dias; tal atitude surge em precipitado cumprimento das pretensões norte-americanas que, entretanto, não foram acatadas por mais nenhum membro da NATO ■ Termina a greve dos transportes na cidade de Lisboa, com adesão total dos trabalhadores da Caris, do Metropolitano e Transtejo e de 95% na CP e na Rodoviária Nacional; entretanto o Governo "AD" gastou, segundo fontes sindicais, mais de 32 mil contos só no aluguer ilegal de autocarros e táxis e na propaganda da sua "operação alternativa" que, obviamente, não resolveu a falta de transportes e veio a desarticular as carreiras normais das zonas do país donde foram deslocados os autocarros privados que operaram em Lisboa durante a greve.

23  
Sábado



Que Saúde nos dá o Governo?

Entram em vigor às zero horas de hoje novas tabelas para o preço dos táxis, com um aumento de cerca de 19% ■ Terminam as "jornadas parlamentares" do PS com evidentes confrontos entre o grupo parlamentar do Partido, chefiado por Salgado Zenha, e a direcção socialista encabeçada por Mário Soares, devido à questão da revisão constitucional ■ Realiza-se em Lisboa, na Faculdade de Direito, um encontro sob o lema "Os Trabalhadores e a Saúde" promovido pela USL/CGTP-IN, Sindicatos dos Médicos do Sul, Indústria e Comércio Farmacêutico e Função Pública, onde se considerou nomeadamente que as brutais medidas anunciadas pelo Governo "AD" no campo da Saúde provocariam, a serem aplicadas, "a possível morte de milhares de pacientes que não terão dinheiro para pagar aquilo que a Constituição lhes consagra como direito - a Saúde".

24  
Domingo

O ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, no decorrer de algumas inaugurações propagandísticas em Vila da Feira, confessa que a "AD" e a FRS estão "em perfeito acordo nos pontos fundamentais" quanto à revisão constitucional ■ A propósito da intenção governamental em alterar a Lei do Arrendamento Rural, o MARN recorda em comunicado que tal alteração não deve ser feita nas costas dos rendeiros ■ A ANOP, citando fonte oficiosa, noticia que o Presidente da República deverá visitar a Bélgica em Maio próximo, a convite do rei Balduino.

25  
Segunda-feira

Por questões laborais e salariais, cerca de 200 trabalhadores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica iniciam uma greve de cinco dias que afectará a informação meteorológica no território nacional e regiões autónomas ■ A Convenção Nacional Democrática, cuja comissão promotora é constituída por 46 organizações de âmbito concelhio, distrital e nacional e tem como objectivo realizar um debate público "aberto, livre e democrático sobre a revisão constitucional", anuncia em comunicado que aumenta diariamente o número de adesões à sua iniciativa.

26  
Terça-feira

A comissão coordenadora das CTs da Banca nacionalizada afirma em comunicado que está em curso uma manobra política e financeira contra a banca nacionalizada que visa, no essencial, transferir para o estrangeiro o máximo de recursos e o efectivo poder de decisão sobre o sistema bancário português ■ A Comissão Política do PS delibera recomendar ao grupo parlamentar do partido que "consolide e desenvolva as soluções consensuais obtidas nas últimas jornadas parlamentares" quanto à revisão constitucional.

Efeméride da Semana - A 26 de Janeiro de 1954 é encerrado oficialmente o campo de concentração do Tarrafal; o último preso, Francisco Miguel, fora transferido há cerca de um ano para o Forte de Caxias.

Editorial

REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

BATALHA DA DEMOCRACIA

É fora de dúvida que a revisão da Constituição está hoje no centro de uma intensa batalha política que se desdobra por variadas frentes e de cujos resultados dependem de imediato e numa larga medida os destinos da democracia portuguesa e das conquistas essenciais do 25 de Abril.

Isto acontece porque a destruição da nossa Lei Fundamental se tornou, depois da estrondosa derrota eleitoral do general Soares Carneiro em 7 de Dezembro de 1980, imprescindível à manobra das forças reacçãoárias coligadas na "AD", para levarem por diante nas novas condições o seu plano subversivo contra o regime democrático.

A reformulação dos planos para restaurar sobre os destroços da democracia a velha ordem dos monopólios, associados ao imperialismo e ao capital estrangeiro, e dos latifúndios, exigia a combinação do uso das instituições e das formas legais de acção, sempre numa perspectiva de ruptura da legalidade democrática, com os métodos tradicionais da conjura subterrânea dos conjuntos clandestinos dos conspiradores que na hora própria e decisiva da contra-revolução deveriam assumir directamente o comando das operações.

A via institucional oferecia, porém, desde logo obstáculos de monta. O necessário recurso a uma revisão da Lei Fundamental do País no sentido favorável aos objectivos da reacção torna-se contingente:

- A revisão tem limites formais que exigem para quaisquer alterações à Constituição (artigo 286.º) uma maioria qualificada de dois terços dos deputados da AR - e a "AD" só tem a maioria simples;

- e tem limites materiais (artigo 290.º) que excluem da revisão actual os princípios, liberdades, o princípio da proporcionalidade nas eleições, direitos e conquistas económico-sociais adquiridos no processo da revolução de Abril - e a "AD" para alcançar os seus objectivos teria de violentar esses limites.

O que torna mais acesa a batalha política actual e mais perigosas as ameaças que pesam sobre o regime democrático é que a coligação governante, em estado de completa falência política, consideravelmente enfraquecida na sua base de apoio, periclitante na sua coesão interna, está em vias de conseguir obter os seus objectivos no terreno da revisão constitucional por esta mirífica circunstância: a de ter, graças à ajuda do PS/Mário Soares, reunido hipóteses muito apreciáveis de obter os dois terços de maioria qualificada na AR em pontos decisivos do nosso sistema de Poder.

De facto esta hipótese entrou no domínio das possibilidades reais porque, no âmbito da comissão parlamentar para a revisão constitucional, a "AD" entendeu-se com a facção Mário Soares do PS para não só acabar com o Conselho da Revolução, como destituir o actual Presidente da República de poderes essenciais para a defesa do Estado democrático na presente conjuntura.

No caso do Conselho da Revolução, trata-se evidentemente de um órgão de soberania transfêrível, inserido no processo de institucionalização do regime democrático saído da Revolução de Abril.

Esta é, aliás, a essência da legitimidade democrática do CR como órgão político-militar, legitimidade que as forças reacçãoárias e os próceres da "AD" lhe pretendem negar quando se recusam a reconhecer a idoneidade democrática a um órgão "não eleito" - dizem eles - sem paralelo nas chamadas "democracias ocidentais".

Esta gente pretende naturalmente apagar o facto, também "sem paralelo" nas democracias ocidentais, de em Portugal ter acontecido o 25 de Abril...

O PCP não inscreveu nas suas propostas de revisão constitucional o desaparecimento do CR não por o não considerar um órgão de soberania transitório mas por entender que não é de boa política operar essa "transição" - que deveria ser na sua essência um factor de consolidação do regime democrático - num momento em que as forças reacçãoárias detêm legitimamente nas suas mãos o controlo do poder executivo e do poder legislativo e estão preparando um autêntico golpe de Estado através da revisão da Consti-

tuição. Dar por findo, nestas condições, o período de transição é uma levandade que pode custar cara à democracia.

Mas o PCP, na eventualidade de desaparecimento do CR, tem no seu projecto propostas alternativas acerca da composição e das funções de órgãos que o devem substituir e tem procurado no âmbito da comissão de revisão constitucional que sejam definidos correctamente o perfil e as atribuições desses órgãos de substituição.

Os próceres da "AD" e os seus escribas nos órgãos de comunicação social sob o seu controlo, que afirmam que só o PCP defende isoladamente a continuação do CR, silenciam de maneira deliberada a natureza das objecções dos comunistas à desapareição neste momento daquele órgão de soberania.

No caso dos poderes actuais do Presidente da República, nos domínios da competência de nomeação das chefias militares e de exoneração do Primeiro-Ministro, e, através dele, do Governo - poderes que a "entente" "AD"/PS-Mário Soares na comissão parlamentar se propõe esvaziar de conteúdo na revisão constitucional - a fórmula encontrada assume em potência, na sua expressão mais geral, o carácter de um golpe de Estado contra a democracia.

Como se sabe, em torno desta melindrosa questão acirrou-se extraordinariamente nos últimos dias a controvérsia política, multiplicaram-se as tomadas de posição, acentuaram-se os factores de desestabilização e as situações de confronto entre órgãos de soberania.

O próprio PR decidiu tornar pública, em termos que têm suscitado a especulação malevola dos círculos reacçãoários, a intenção de se demitir do cargo no caso de, na revisão constitucional, lhe serem retirados poderes na base dos quais se candidatou e foi eleito e, em moldes ainda não publicamente conhecidos, teria selado o seu acordo eleitoral com o PS.

O "consenso" obtido na comissão de revisão constitucional entre os negociadores da "AD" e do PS-Mário Soares na questão dos poderes presidenciais - "consenso" que manifestamente não tem a concordância de um grande número de socialistas, em particular do seu Grupo Parlamentar - e a comunicação do PR sobre a sua eventual renúncia, desencadearam todo um "fogo cruzado" de argumentações, esclarecimentos, críticas e acusações mútuas que não favoreceram a democracia e das quais a reacção procura retirar dividendos.

É um facto difícil de contestar que as forças reacçãoárias coligadas na "AD" tinham em mira, logo após a promulgação das alterações à Constituição, desencadear um novo processo de desestabilização e de guerrilha institucional tendente a forçar o encurtamento do mandato do general Ramalho Eanes e a provocar o mais curto prazo possível a sua demissão antecipada.

Fazer eleger Mário Soares para a Presidência da República já reduzido ao papel de "corta-fitas", em troca do seu "consenso" na questão das chefias militares, imprimir rapidamente uma nova guinada para a direita na política nacional, com ou sem novas eleições legislativas antecipadas, eram objectivos das forças reacçãoárias.

Os chefes da "AD", os "analistas" da reacção e os escribas a seu soldo exultaram com o anúncio da intenção de renunciar antecipadamente ao seu mandato pelo actual PR.

Freitas do Amaral comentou significativamente: "quanto mais depressa melhor!"; o fundista do jornal fascista "O Diabo" termina no mesmo sentido o seu artigo desta semana com esta elucidativa confissão: "por mim e para mim, é óbvio. Desejo com firmeza que Ramalho Eanes renuncie. Tentarei que isso aconteça".

Estas prontas confissões e outras não escondem, contudo, uma outra coisa que os próceres da "AD" não confessam: o seu recelo de que a comunicação do PR possa pôr em causa os compromissos da direita com Mário Soares para a revisão da Constituição, no sentido já acordado.

Na verdade a repercussão de tudo isso nas fileiras e nos círculos dirigentes do PS desencadeou uma nova reacção em cadeia cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Movimento comunista

Morreu Mikhail Suslov

Na passada segunda-feira, 25 de Janeiro, faleceu em Moscovo Mikhail Suslov, secretário do Comité Central do PCUS e membro efectivo do Bureau Político do CC do PCUS.

A notícia foi divulgada pela Agência TASS, que destaca a figura eminente do Partido Comunista e do Estado Soviético e do Movimento Comunista Internacional do dirigente desaparecido.

Filho de camponeses, Mikail Andreievich Suslov nasceu em 21 de Novembro de 1902 na aldeia de Chakovskol, re-

gião de Ulyanovsk, nas margens do Volga.

Em 1921, então com 19 anos, adere ao Partido Comunista. Destacase, nos anos 30, na luta pela consolidação da revolução socialista.

Nomeado primeiro secretário do comité regional do Partido de Stavropol em 1939, Suslov é eleito para o CC do PCUS em 1946.

Licenciara-se enquanto em economia-primeiro, aos 22 anos, na faculdade operária de Moscovo e depois no Instituto Nacional de Economia e no Instituto Superior de Economia, tendo leccionado na Universidade Estatal de Moscovo.

Durante a Grande Guerra Pátria - II Guerra Mundial - foi membro do Conselho Militar de várias frentes da batalha contra os nazis, nomeadamente no Cáucaso, e chefe do Estado Maior regional dos guerrilheiros de Stavropol. Ainda durante a guerra, em 1944, foi designado para a presidência do Bureau do CC do PCUS para os assuntos da República Socialista Soviética da Lituânia.

Em 1947 Mikhail Suslov foi eleito para o Secretariado do CC do PCUS, de que era, à data da sua morte, o membro mais antigo.

Nesse mesmo ano 1947 viria a ser destacado para a direcção do departamento de Agitação e Propaganda do PCUS, e em 1949-1950 foi director do "Pravda" órgão do CC do PCUS.

No Bureau Político do CC do PCUS desde 1955 e seu membro efectivo desde 1966, Mikhail Suslov foi também membro do Presidium do Soviete Supremo da URSS e presidente da comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros.

O Estado soviético, que nele reconheceu, em nome de todos os soviéticos, o patriota, o comunista, o estadista eminente, conferiu-lhe as suas mais altas condecorações: por mais que uma vez a Ordem de Lenine, a de Herói do Trabalho, a de Herói da União Soviética.

O funeral do camarada Mikhail Suslov realizou-se hoje da Casa dos Sindicatos de Moscovo para as muralhas do Kremlin, na Praça Vermelha.

Mensagem do PCP

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCUS na passada quarta-feira o seguinte telegrama:

«Queridos camaradas  
Foi com profunda emoção que recebemos a notícia da morte do camarada Mikail Suslov, notável dirigente do Partido Comunista da União Soviética e do Estado Soviético, eminente teórico marxista-leninista e figura destacada do Movimento Operário e Comunista Internacional.

Nesta hora de luto e dor para os comunistas e povo soviético, o Comité Central do Partido Comunista Português, em seu nome e de todos os comunistas portugueses, expressa ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética as suas mais sentidas condolências e sentimentos de solidariedade fraternal.

problemas da paz e do socialismo

revista

internacional

revista dos partidos comunistas e operários

UM PANORAMA MENSAL

DOS GRANDES ACONTECIMENTOS

MUNDIAIS

edições

Avante!

Nacional

Subserviência AD

ao imperialismo

As "Jornadas Parlamentares" logo à raiz do termo das discussões na comissão de revisão constitucional (neste momento o projecto de lei está entregue à comissão de redacção); a conferência de Imprensa que deveria dar a conhecer o "consenso" entre os parlamentares socialistas que tomou o aspecto de diferendo público pela intervenção provavelmente intencional de Jaime Gama; agora a reunião de urgência da Comissão Política Nacional e as suas decisões, denotam uma evidente situação de mau-estar e de profundas dissensões no interior do PS.

Em todo este processo abundam as acusações, as intrigas, as referências ao PCP como se na origem das dificuldades internas do PS estivesse a actividade "satânica" dos comunistas portugueses.

É o anticomunismo mais soez e não o combate à "AD", ao seu governo e à sua política, que privilegia as atenções e as posições públicas de Mário Soares e dos seus adeptos no selo do PS.

Impõe-se reafirmar de maneira categórica que o PCP não se ingere nem pretende ingerir-se nas questões internas do PS; que os comunistas preconizam e praticam de facto, em diversas frentes de combate, a unidade, o entendimento, a convergência e o diálogo com os socialistas.

O PCP congratula-se sempre e quando os seus militantes e dirigentes vinculem a sua actividade ao reforço e alargamento do combate democrático e antifascista contra os inimigos da democracia, da liberdade e da independência nacional, personificados na "AD".

Nesse sentido os comunistas portugueses não deixarão de aprofundar tudo o que os possa aproximar e unir aos socialistas.

Mas o PCP não pode aceitar que certos dirigentes do PS, particularmente Mário Soares, busquem resolver as dificuldades internas do seu partido pela via do anticomunismo - o mais grosseiro e primitivo.

No momento em que o Governo "AD"/Balsemão/Freitas empurram Portugal para o desastre e o povo português trabalhador para a miséria e a ruína, Mário Soares prefere assentar as suas baterias contra o PCP usando mesmo da mentira mais descabelada e insultuosa, como há dias no almoço com os jornalistas do "Expresso" em que afirmou com o maior desdão que "o PCP recebeu ordens de Moscovo para desestabilizar a Península Ibérica" (!!!)

Para quê mentir nesta escala? Pensará Mário Soares que conquista simpatias entre os democratas usando tais métodos?

O PCP não pretende ingerir-se nas questões internas do PS, mas as posições políticas de um grande partido democrático como o PS não são questões internas, interessam a todos os democratas e antifascistas portugueses e naturalmente aos comunistas.

A batalha da revisão da Constituição não está ainda decidida, é ainda tempo de reconsiderar as posições erradas. Nada de definitivo foi ainda votado.

A questão dos poderes do Presidente da República ou a garantia de não os esvaziar ao actual titular durante o seu mandato, deve ser objecto de fria reflexão de todas as forças e deputados democráticos que vão ter no caso a última palavra.

É bizantina a discrepância sobre se no "consenso" entre a "AD" e o PS o carácter semipresidencialista do regime é ou não salvaguardado. É o conteúdo e não a forma das disposições constitucionais que garantem os poderes democráticos actuais do Presidente da República.

É igualmente irrelevante especular sobre o "peso" do que se retira e do que se acrescenta aos poderes do PR.

Reconhecer a tempo um erro não é uma indignidade mas ao contrário.

O anticomunismo não anula esta outra realidade da luta que hoje se trava em Portugal contra a "AD", o seu governo e a sua política - a de que uma alternativa viável à acção antipopular, antidemocrática e antinacional da "AD" passa pelo entendimento e a unidade de todos os democratas, patriotas e antifascistas portugueses em particular de comunistas e socialistas.

Um tal comportamento é uma afronta à dignidade do povo português e ofende os seus sentimentos de patriotismo e independência nacional.

3. A forma irresponsável e provocatória como o governo "AD" busca deliberadamente a deterioração das relações de Portugal com a URSS - país que sempre prestou o maior apoio à luta do povo português contra a ditadura fascista e que sempre manifestou activa solidariedade para com a democracia portuguesa - constitui uma das muitas confirmações de que, em todos os planos da vida nacional, o governo da "AD" se aproxima velozmente dos métodos e da política típicos do passado fascista.

4. Os interesses de Portugal e dos portugueses exigem uma política externa de independência nacional, de brio patriótico, de defesa da paz e do desanuviamento e contra o agravamento da tensão internacional. Os interesses de Portugal e dos portugueses exigem uma política de desenvolvimento e aprofundamento de relações com todos os estados do mundo e não uma política de isolamento internacional submissa aos ditames agressivos e de "guerra fria" do imperialismo norte-americano.

Esta medida injustificada e inqualificável contra a qual o PCP vivamente protesta surge poucos dias depois da recusa de vistos para a entrada em Portugal a uma delegação do Comité Central do PCUS que visitaria o nosso país a convite do PCP.

2. Não pode ser esquecido que no regresso da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou "a redução do número de funcionários soviéticos nas missões diplomáticas dos países da NATO (...) e a diminuição no nível das trocas culturais e científicas com a URSS". É óbvia a ligação entre as "decisões" ultimamente tomadas pelo governo e as ordens que André Gonçalves Pereira recebeu em Bruxelas de A. Haig. Estes factos confirmam que o Governo português e o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros estão hoje transformados numa mera sucursal do departamento de estado norte-americano.

NENHUM

HOMEM

É

ESTRANGEIRO

Worker

Nenhum homem é estrangeiro

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 659398.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31266.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro 54 180



## Assembleia da República

# O descalabro

Os comunistas promoveram, na passada semana, durante a interpeleção ao Governo, "o primeiro grande debate de fundo sobre o problema da habitação realizado no plenário da AR nos seus quase seis anos de existência". Foi nestes termos que o camarada Carlos Brito encerrou, com um discurso de que publicamos noutro local um significativo excerto o debate sobre uma questão de grande actualidade, que está no centro das preocupações da grande maioria do povo português. Apesar das manobras de diversão que procurou ensaiar, a "AD" não conseguiu esconder completamente a importância da interpeleção, nem o facto de o PS a ter reconhecido expressamente.

O PCP partira para esta iniciativa abundantemente documentado. E assistimos uma vez mais a um facto que se torna já rotineiro. A oposição de um modo geral e os comunistas em particular, têm dos problemas de Portugal um conhecimento mais concreto e mais vasto que o Governo e a maioria. Para não falar da perspectiva, pois que, uma vez mais também, provou-se na AR que a "AD" na condução dos negócios do país apenas pretende "governar-se" e os seus "apaniguados".

Como também sublinhou o dirigente comunista, os deputados do PCP visitaram cooperativas, associações de moradores, bairros do FFI, bairros camarários, modernos blocos feitos pelas autarquias, zonas degradadas e bairros da lata.

Contactaram as situações mais dramáticas e pungentes. Ouviram as populações,

promoveram reuniões nos locais de habitação, aprofundaram o levantamento das carências, auscultaram as aspirações, dialogaram com os técnicos e escutaram o seu conselho, ouviram os eileitos das autarquias da APU e de outras formações políticas. Juntaram tudo isto à experiência acumulada do PCP nesta questão, particularmente com a sua recente Conferência sobre o Poder Local.

### A triste figura

Em contraste com a preparação da bancada interpeleante, o Governo apareceu frouxo. Ministro e comitiva não responderam a uma só que fosse das oito perguntas adiantadas pelo PCP sobre a matéria. Durante o

debate, os deputados do PCP foram chamando a atenção para o facto. Mas nada. O Governo não estava ali representado para "dar satisfações", mas para tentar autopromover-se. O que nem mesmo assim conseguiu. Com efeito, num monocórdico discurso, Viana Batista, que não deixaria de pronunciar-se contra os trabalhadores (em dias de greve de transportes) e contra o PCP, bem tentou dar uma ideia das intenções do Governo em matéria de habitação. Logrou apenas desmascarar-se, demonstrando que as carências habitacionais dos portugueses não serão resolvidas pela "AD".

Sem se alongar sobre os métodos que pensa levar por diante para combater a crise, o ministro adiantou pretender alterar os sistemas de arrendamento, estabelecer critérios para a concessão de crédito, reforçar normas de urbanismo, desburocratizar, criar instrumentos e programas financeiros. Quanto a um plano, disse que não. Isto depois de o recentemente promovido a primeiro vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Sousa Tavares, ter dado claramente a entender que, sem plano, não se resolverá o problema.

### Governo deve ser despejado

A conclusão do debate apontava o caminho para a resolução da crise. Mesmo se se atentasse apenas à política de habitação, fácil é concluir que o Governo deve ser "despejado". Mas o PCP aproveitou — embora deixasse muito contrariados os deputados da maioria — para alargar o âmbito do que se discutia. O debate era sobre política geral. E assim Carlos Brito caracterizou "a situação envolvente da política habitacional", referindo-se detalhadamente à situação económica e financeira, agravada por uma política exclusivamente virada para a reconstituição dos privilégios e dos poderes do grande capital, dos latifundiários e dos interesses do imperialismo.

Denunciando a estagnação da produção industrial e a baixa utilização da sua capacidade produtiva, as quebras na agricultura e nas pescas, a vida difícil do comércio, o congelamento de investimentos

produtivos rentáveis — casos do Alqueva, do Plano Siderúrgico Nacional, do projecto da beterrama sacarina — e ainda o estreitamento das relações económicas externas que se traduz na redução substancial das nossas exportações e no aumento dos défices externos, Carlos Brito apresentou alguns números que são significativos das responsabilidades "AD" na governação:

Em dois anos, o défice acumulado da balança de transacções correntes ultrapassa os 3100 milhões de dólares. É um descalabro. Assim, incapaz de encontrar saída para a crise, o Governo afunda-se em empréstimos externos, hipotecando e endividando cada vez mais o país. Em ano e meio, a "AD" agravou a dívida externa em 38%, passando de 600 milhões de dólares em Dezembro de 1979, para 9100 milhões em Julho de 1981 (isto é, 590 milhões de contos. Só o I Governo Balsemão (Janeiro de 80 a Julho de 81) aumentou a dívida externa em 1050 milhões de dólares (+ 18%)).

O aumento geral dos preços, a liquidação do cabaz de compras, a diminuição dos salários reais, o agravamento das cargas fiscais, o aumento do desemprego (só no 1º semestre de 1981 acrescido de mais 66 000 desempregados com especial incidência nas mulheres), a tentativa de imposição de um tecto salarial e a preparação de um novo "pacote laboral", a restrição de regalias sociais nomeadamente no campo da saúde, a introdução de critérios classistas no ensino, tais foram alguns dos — negros — aspectos do balanço que o PCP traçou da política governamental, de par com a agudização dos ataques "AD" às nacionalizações, à Reforma Agrária e às outras conquistas da revolução.

Não rejeitando a hipótese de apresentar uma moção de censura a um Governo que é necessário despejar, o dirigente comunista, que sublinhou o significado político de tal moção, mesmo se fosse derrotada por uma maioria parlamentar que não corresponde há muito ao país, afirmaria não desejar o PCP colher de surpresa as outras formações oposicionistas. Mas reafirmou a disponibilidade dos comunistas para apresentar ou votar, a curto prazo, uma moção de censura.



## Revisão Constitucional

# Jornada de esclarecimento hoje em Lisboa

Hoje, em diversos pontos da cidade, organizações do PCP no Distrito de Lisboa, vão promover uma acção de esclarecimento com distribuição de documentos e recolha de assinaturas em defesa de uma revisão constitucional que respeite o 25 de Abril, os direitos e liberdades dos cidadãos, os princípios de equilíbrio e de separação de poderes entre os vários órgãos do Estado.

Num comunicado em que divulga a iniciativa, a SIP da DORL recorda:

«Pelas consequências que terá, a revisão constitucional interessa a todos os portugueses.

«Não é por acaso, que o governo deixa para depois da revisão, a aprovação do "pacote laboral", na Assembleia da República. Sem controlo de constitucionalidade, ou com o controlo feito pelo próprio governo, sem o Conselho da Revolução,

com o Presidente da República sem poderes, este «pacote» que pode ser considerado como uma «lei do despedimento sem justa causa», seria facilmente aprovado. Refira-se também que como por magia, as grandes acções da UGT contra o governo, ficaram também adiadas. Naturalmente, *sine die*».

Noutro passo:

«A "AD", isolada no plano interno, a perder a sua base de apoio social, pretende fazer da revisão inconstitucional da Constituição, a bóia de salvação, para impor um verdadeiro golpe de Estado.

«O grande movimento popular e de opinião contra o governo "AD", é contido a força determinante. «Por isso, o PCP promove esta acção de esclarecimento, em torno da revisão constitucional.»

## Carlos Brito na AR: «Portugueses vão pagar mais caro; grande capital vai receber mais prebendas — esta a política «AD» para a habitação

Encerrando, por parte do PCP, o debate da interpeleção que os comunistas fizeram ao governo sobre problemas de habitações, o camarada Carlos Brito pronunciou um longo e importante discurso, do qual publicamos um excerto significativo em que é caracterizada a política "AD" neste sector.

(...) O Sr. Ministro foi a própria imagem do Governo-Balsemão-baço, inseguro e fugidio, mas implacável para o povo. Da floresta de palavras sem recorte surge afinal nítida a conclusão: os portugueses vão pagar mais caro a habitação; o grande capital especulador vai receber mais prebendas, benefícios e isenções; as carências habitacionais vão ser agravadas.

Vê-se assim, Sr. Ministro, quem destrói e quem constrói. O Governo Balsemão se alguma coisa constrói são fabulosas fortunas para alguns dos seus escolhidos apaniguados. Tanto como o Governo, as bancadas parlamentares da AD apareceram destroçadas neste debate. Quase não abriram o bico. Significativo, uma vez mais, foi o mutismo do CDS. Mas o embaraço foi geral. É que muitos dos senhores deputados da AD foram os intérpretes da demagogia, estão pessoalmente responsabilizados pelas promessas ao eleitorado de "casas para todos". Muitos conhecem directamente as escandalosas negociações que para al campelam e todos compreendem o alcance desta política de habitação do Governo Balsemão II e que se traduz em duas simples palavras — injustiça e miséria.

Agora se compreende melhor porque é que se quis desvirtuar logo à partida a interpeleção do PCP sobre o magno problema da habitação antecedendo-a com uma vaga de ataques, calúnias e insultos aos comunistas e ao seu Partido. A operação não surtiu efeito, como está demonstrada. Mas vamos ao que interessa. Façamos o balanço do debate sobre a habitação.

### As promessas "AD" e a realidade brutal

O que fica claro como resultado desta interpeleção poder-se-á resumir em dois traços essenciais:

— por um lado, fica claro que toda a prática dos Governos da AD, ao longo destes dois anos, se traduziu no fundamental em fazer das carências e da crise da habitação uma fonte preferencial do lucro e particularmente do lucro especulativo;

— por outro lado, fica claro que para a AD as campanhas eleitorais e os compromissos com o eleitorado não são para cumprir mas, ao contrário, servem só para ganhar votos à custa das legítimas aspirações dos portugueses.

Da "casa para todos", prometida pela AD nas campanhas eleitorais de 79 e 80, a realidade brutal da sua prática política, vai um abismo.

Val mais: vai um abismo intransponível, porque e fundamentalmente as regras de conduta da AD neste domínio são estruturalmente opostas à solução do problema da habitação. O que aqui ficou demonstrado é que os barões da especulação, a que o Governo AD deve vassalagem, vivem precariamente da e na crise da habitação tal como as sanguessugas nos pantanos. Por isso mesmo a AD vai daqui completamente desmascarada, não só nas linhas gerais da sua política como em todos os aspectos em que ela se desdobra.

### Oito perguntas sem resposta

Ao longo da interpeleção, o Grupo Parlamentar do PCP formulou ao Governo 8 perguntas, sobre 8 áreas fundamentais de acção da Administração Pública no que respeita ao problema da habitação.

As oito perguntas ficaram sem resposta. E se à partida já eram oito questões no processo acusatório em que o Governo AD era réu, transformaram-se nos oito pontos da sentença condenatória do Governo.

Sem apelo, nem agravio.

Importa definir e relembra o sentido e alcance das oito perguntas formuladas.

A primeira reportava-se às carências nacionais em matéria de habitação.

Com a gestão dos Governos da AD agravou-se o défice de habitação em cerca de 36 mil fogos. Já não se trata só de considerar que a prometida construção anual de 50 mil fogos seria sempre insuficiente para cobrir as necessidades do país. O que se constata vai mais longe. É que a AD e os seus Governos nem sequer essa mais que modesta meta conseguiram cumprir. É óbvio que isso tinha que acontecer.

Quem, no domínio da habitação, subalterniza a função do sector público, afrofia o papel do movimento cooperativo e popular e tem a acção das autarquias locais, certamente que não espera e não quer atacar e resolver o problema da habitação.

Trouxemos ao debate o exemplo de numerosos países, mesmo de países da Europa capitalista, que constituem a demonstração de que sem a intervenção determinante do sector público não se podem enfrentar os problemas da área da habitação.

Pusemos em evidência que a política de privilégio à iniciativa

privada, como a do regime fascistas, conduziu e conduzirá a uma situação dramática neste sector.

Ficou claro que o apoio do sector cooperativo e do movimento popular, de associações de democratas e outras estruturas é uma contribuição significativa para a resolução mais global dos problemas no quadro de uma política democrática da habitação.

Quanto às autarquias locais, ficou demonstrado o seu papel imprescindível não só na oferta da habitação como na oferta e controlo dos terrenos urbanizáveis.

Nada foi seriamente contraposto à afirmação de que ao sector público, ao movimento cooperativo e às autarquias locais cabe o grosso da responsabilidade e o melhor da possibilidade de êxito de uma política nacional e democrática de habitação.

### Paralisia, estrangulamento e esbulho

Mas a prática do Governo é precisamente a inversa: 1.º. Paralisa a intervenção do sector público (e o bom exemplo aí está — na precipitada e irresponsável decisão de extinguir, sem alternativa, o FFIH)

2.º. Estrangula o movimento cooperativo, deixando sem resposta os seus agudos e insistentes apelos de apoio técnico e financeiro e de fornecimento de terrenos infra-estruturados;

3.º. Esbulha as autarquias dos meios financeiros previstos na Lei de Finanças Locais e das linhas de crédito que lhes são imprescindíveis e lhes são devidas para intervir na oferta da habitação.

4.º. Impede a intervenção decisiva dos municípios na oferta e controlo do solo urbanizável, amontoando no remanso das secretarias da Administração Central os despachos necessários.

Em relação a cada uma destas 4 áreas, instrumentos decisivos de uma política de habitação, formulámos perguntas, que naturalmente ficaram sem resposta.

E ficaram sem resposta, precisamente porque — toda a filosofia do Governo, tudo o que o Sr. Ministro aqui veio dizer, tudo o que vem sendo o prática da AD até ao momento é estruturalmente contra a adopção e defesa destes instrumentos decisivos para uma correcta política de habitação.

E noutras áreas e noutros domínios que a política da AD, transparece de forma clara.

E o que se passa com a suspensão do PRID, deixando-se degradar as casas mais antigas e assim pondo mais portugueses sem tecto, para nos melhores locais dos centros urbanos possibilitar aos amigos, grandes especuladores, negócios mais rentáveis;

E o que se passa com as restrições drásticas ao crédito, hoje ao dispor só de quem pode muito em prejuízo de quem, podendo pouco, quer tão só uma habitação condigna.

Mas é nas alterações da legislação sobre o arrendamento que aparece da forma mais brutal o carácter de classe da política da AD, que, com o que já foi publicado e com o que anuncia, se traduz na ameaça de milhares e milhares de despejos.

### Existe alternativa

Com tal figurino e com tal prática, a política da AD conduz inevitavelmente ao brutal agravamento de um já agudo problema social, com impacto determinante nas baixas condições e qualidade de vida dos portugueses.

Mas não só. Também no plano económico, a política habitacional da AD constitui em si mesma um nó e um estrangulamento do processo de desenvolvimento económico.

Todos os efeitos positivos, que no plano do emprego, nas indústrias a montante e a juzante da construção civil e no plano geral da actividade económica se iriam produzir em consequência segura do lançamento de um programa sério de habitação, se estão a perder, por pesada responsabilidade da AD e dos seus Governos.

O Sr. Ministro veio, aqui à Assembleia da República, com o baço exercício escolar com que inicia a intervenção do Governo, ao fim e ao cabo interrogar-se beatificamente, como se não estivessem à vista as consequências da política por que é responsável.

Dizer, como disse o Sr. Ministro, que é o indivíduo que deve resolver o seu próprio problema da habitação, seria caricato, se não constituísse brutal confissão do carácter de uma política que é dramaticamente ofensiva para milhões de portugueses.

Mas a interpeleção teve precisamente o mérito de mostrar e demonstrar que existe uma alternativa, que é possível o lançamento de um plano nacional de habitação, que é possível encerrar e resolver o problema da habitação com um horizonte temporal limitado.

Por um esforço conjunto, que envolva o sector público, o sector cooperativo e a própria iniciativa privada, pelo reforço da autonomia, das competências e dos meios financeiros das autarquias locais, pelo empenhamento dos sectores democráticos da nossa sociedade, o problema da habitação será encarado e resolvido, no respeito e defesa dos direitos dos inquilinos, dos moradores, das mais largas camadas do povo português (...)

(Subtítulo) da responsabilidade da redacção)

# Os escândalos somam-se no reino de Balsemão II

A TAP volta à Assembleia. Mais um escândalo a juntar a outros. A denúncia dos despedimentos volta também a soar no hemisférico. Outro escândalo. A apreciação do processo de urgência de um projecto de lei que propõe se declare para as zonas degradadas de freguesias do Porto a calamidade pública, constituiu, no que revelou de miséria e de incapacidade da administração em resolver os problemas das populações, mais um escândalo ainda. Responsáveis? Os governantes do executivo de Balsemão.

Assim de um molho, pareceria que nos referíamos a toda uma série de sessões parlamentares. Não. Os três casos que acabamos de enumerar foram o essencial de uma sessão apenas. Passou-se na reunião plenária de anteontem. Enquanto cá fora, em manifestação, estudantes se pronunciavam favoravelmente à autonomia universitária — cuja discussão se previa para esse dia — no interior de São Bento, a "AD" defrontava-se com mais críticas. Apesar de escasseamento representada nas bancadas — talvez os problemas internos da coligação governamental ocupem os deputados da direita — nem por isso a "AD" saíra airosa da sessão.

### O boicote a uma empresa pública

Sublinhando que denunciar os ataques às empresas públicas e os boicotes e sabotagens ao sector empresarial do Estado é uma acção patriótica, necessária e justa, o camarada Sousa Marques, do PCP, falou da TAP. Dias antes tinha, na mesma tribuna, falado do escândalo que se passa na transportadora aérea portuguesa. Desta vez, referindo uma conferência de imprensa realizada no passado dia 5 do corrente por dez mil trabalhadores, o deputado comunista recordava que então fora denunciada «a mais grave crise de sempre na empresa».

Ao mesmo tempo, continuou Sousa Marques, anunciam que tendo solicitado em 10 de Dezembro de 1981, uma audiência ao ministro da tutela, Viana Batista, acompanhada de ex-

posição de motivos, não receberam qualquer resposta, mantendo-se aliás este silêncio até hoje. Decididamente este ministro o que gosta é de monologar na RTP proenclista e de, em dia de greve da Caris, fazer-se fotografar em autocarro de luxo e turismo... Felizmente para ele não andou em nenhum dos autocarros de serviço à pista do aeroporto que, contra a opinião da Comissão de Trabalhadores e contra todas as normas de segurança, também andaram por essas ruas de Lisboa...

Depois desta introdução que deu o tom amargo aos ouvidos da "AD", Sousa Marques lembrou os altos e baixos da propaganda governamental. Declarada a empresa por duas vezes em situação económica difícil em alguns meses, pouco tempo antes, em maré de eleições, a "AD" anunciava lucros para 1980, acabando por registar, ao fechar as contas, um défice anual de 3,5 milhões de contos...

Paralelamente, referiu o deputado do PCP, constata-se uma completa incompetência (só?) nas acções de reconversão da frota, nomeadamente através da venda apressada de «boings» B 707 e B 747 sem garantir a compra de aviões que os substituíam. Junte-se-lhe a mais completa ausência de uma política de investimentos de que é exemplo claro a forma como se alienam os B 707, os B 727/100 e os «Baron» da TAP Regional, como se avança os acordos «leasing» para os B 737/200 e como se adquirem os «Lokheads» L 1011. Tudo isto enqua-

drado com a afirmação exemplarmente ridícula de um Secretário de Estado do ministro da tutela: «novos aviões da TAP, só alugados»...

Ao mesmo tempo que denunciava o esbanjamento que se verifica no negócio dos aviões, Sousa Marques revelava o contraponto: o Conselho de Gerência da TAP propôs, para este ano, um aumento salarial de 0 (zero) por cento! Entretanto contrataram-se técnicos no exterior para conduzirem as negociações com a estrutura sindical que recebem dois mil escudos à hora (para negociar) e mil e quinhentos escudos à hora (para preparar a negociação)...

Faltaria espaço para referir todos os escândalos revelados pela intervenção do deputado comunista.

### Contra os despedimentos

O deputado independente do PCP, Manuel Lopes, interveio ainda no período de antes da Ordem do Dia, trazendo à Assembleia o protesto que centenas de dirigentes sindicais manifestaram — e dirigiram à mesa da AR — contra a proposta de lei governamental dos despedimentos, repudiando vivamente a nota oficiosa do MAI que comentou alelosamente essa tomada de posição.

Manuel Lopes classificaria ainda a proposta de lei como uma tentativa de colocar a prazo todos os trabalhadores e de limitar as liberdades sindicais e políticas dos mesmos.

Não é pois de estranhar que o plenário de sindicatos da CGTP/IN, que reuniu em Lisboa no passado dia 15, com a presença de 231 organizações sindicais, tenha aprovado por unanimidade e aclamação uma posição contra esta proposta de lei, disse o deputado, que continuou:

Foi assim que os mais de 600 dirigentes sindicais de todos os cantos do país e de mais variados sectores de ac-

tividade decidiram constituir a delegação que nessa manhã fez entrega ao representante do Sr. Presidente da Assembleia da República das suas posições de repúdio por esta proposta de lei.

O deputado, sublinhando que tal acção foi realizada no exercício de um direito, afirmou mais adiante:

Que o Governo não tenha gostado da vinda à Assembleia desta delegação de dirigentes sindicais para repudiar esta proposta de lei, não o estranhámos. Mas o que fica claro com a nota oficiosa tornada pública é que o Governo, para fazer vingar a sua política de subserviência aos interesses do grande capital, não rejeita quaisquer meios.

No período da Ordem do Dia, finalmente, apenas se tratou da apreciação do processo de urgência solicitado para o Projecto de Lei do PS sobre a declaração de calamidade pública para zonas degradadas das freguesias da Sé e de Miragaia (Porto). O deputado Carlos Lage descreveu a situação de miséria e desgraça nos bairros degradados e sublinhou que o projecto do seu partido propunha a concessão de uma verba de 200 mil contos para acorrer às situações de maior urgência dos desalojados.

Escândalo: com o pretexto de que uma verba que pretendia entender como a atribuir à reconstrução histórica daquelas zonas da cidade devia ser atribuída pelo OGE ou, em todo o caso, ser da alçada do Governo, a "AD" preparava-se para recusar o pedido de urgência para apreciação do projecto. Diziam que, de qualquer modo, o Governo concedia a verba. A casa dos deputados, com a "AD" em maioria, tende cada vez mais a transformar-se em anexo do Governo. Só a oposição o não permite.

Afinal, os partidos da direita hesitaram. Por vergonha? O certo é que adiaram a decisão.

## RTP: instrumento servil da conspiração reaccionária

● PCP renova proposta para debate em directo sobre a situação nacional com os secretários-gerais do PCP e do PS e os presidentes do PSD e do CDS

● Em Dezembro: Governo e «AD» tiveram 3h. e 30m. e o PCP 2 min. e 5 seg.!

1. Em carta hoje entregue na RTP, o PCP renovou a sua anterior proposta para que a RTP/1 promova e transmita um debate em directo sobre a situação e os problemas nacionais com a participação dos secretários-gerais do PCP e

do PS e dos presidentes do PSD e do CDS.

2. Lembrando que a própria RTP, quando comunicou aos telespectadores a impossibilidade de realizar um debate sobre a situação na Polónia, reconheceu publicamente o in-

teresse desta sugestão, a carta agora enviada à Direcção de Informação da RTP pelo PCP salienta que a actual situação política, económica e social do País justifica plenamente a realização de um tal debate, o qual poderá constituir um útil factor de esclarecimento da opinião pública sobre as posições dos principais partidos em relação aos problemas do País.

3. Nestes termos, exprime-se a convicção de que, a existir uma posição favorável à realização do referido debate por parte dos presidentes do PSD e do CDS e do secretário-geral do PS, seria muito difícil à RTP opor-se a tal iniciativa.

4. Entretanto, e acautelando a eventualidade de algum ou alguns dos citados dirigentes do PS, PSD e CDS não estarem interessados no aludido debate, o que assumiria certamente um inequívoco significado — o PCP sublinhou junto da RTP que se justifica plenamente a urgente transmissão de uma entrevista com o secretário-geral do PCP sobre a situação nacional.

5. Com efeito, é do conhecimento público que há mais de um ano que nenhum dirigente do PCP participa em qualquer entrevista ou debate na RTP/1 sobre problemas nacionais, o que constitui um dos aspectos mais escandalosos da sistemática discriminação praticada contra o PCP pela RTP.

Por outro lado, é da experiência quotidiana dos telespectadores que as posições, a actividade, a orientação e as propostas do PCP são sistematicamente criticadas, falsificadas e caluniadas em sucessivas entrevistas, declarações e comunicações de membros do Governo e de dirigentes da AD e do PS, sem que aos telespectadores seja garantido o acesso a uma informação autêntica sobre as posições do PCP e sem que ao PCP seja facultada a possibilidade de exposição das suas posições e propostas com o desenvolvimento necessário.

6. Os dados relativos aos tempos do Governo e partidos nos serviços noticiosos e outros programas informativos da RTP no mês de Dezembro voltam a ilustrar a vergonhosa situação de governamentalização e partidarização pela AD hoje existente no mais poderoso meio de comunicação de massas. Com efeito, naquele mês — caracterizado por uma séria intensificação da campanha anticomunista —, Governo e partidos da AD ocuparam cerca de 3 horas e 30 minutos (5 horas se, como é inteiramente justo, se considerar também o filme sobre Sá Carneiro) enquanto o PCP dispôs apenas de 2 minutos e 5 segundos.

7. A recusa da RTP perante as propostas agora formuladas pelo PCP deixará ainda mais claro que a RTP/AD se afasta a caluniar pelas costas o PCP e os comunistas mas tem medo das razões e argumentos do PCP, que a RTP se serve da censura e da discriminação por que teme a verdade e a autoridade política e moral dos que lutam para defender o Portugal de Abril da conspiração reaccionária de que a RTP é instrumento servil.

25.1.82

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português





## Trabalhadores

## Greves e paralisações

## Cresce a responsabilidade do Governo que finge não ver os problemas do País

## ● Previstas novas formas de luta no sector dos transportes

A responsabilidade inegável do Governo é nota geral de todas as greves e outras formas de luta desencadeadas pelos trabalhadores.

O grande patronato, designadamente o organizado na CIP (Confederação da Indústria) e na CCP (Comércio), secundado pelos conselhos de gerência, administração ou gestão de empresas públicas, fundamenta a sua intransigência quanto aos aumentos salariais em determinações ou "sugestões" muito concretas da política "AD", aliás defendidas publicamente pelos próprios ministros na televisão a propósito da greve dos transportes.

Outra nota geral do movimento reivindicativo é a elevada adesão às formas de luta. Seja num grande sector de actividade, seja numa empresa onde se exige a reintegração de uma delegada sindical ou a aprovação de uma nova tabela de salários, a participação dos trabalhadores é notoriamente elevada e consciente.

No que respeita às razões mais gerais dos conflitos, a defesa da contratação colectiva continua a predominar em empresas e sectores.

As organizações representativas dos trabalhadores, nomeadamente os sindicatos e as CTs, perante a ofensiva governamental contra os salários, o nível de vida e os direitos constitucionais das massas trabalhadoras, continuam a desenvolver grande actividade no âmbito das negociações directas da regulamentação colectiva do trabalho, insistindo e voltando a insistir no diálogo, tentando evitar a adopção de formas de luta, procurando soluções que evitem rupturas e satisfaçam com justiça os interesses legítimos dos trabalhadores.

Essa actividade sindical, comum a todo o movimento reivindicativo que defende a unidade, tem deparado com a intransigência e o boicote da política "AD" e deste Governo que em vez da negociação e do diálogo instauraram a confrontação permanente empurrando grandes massas de trabalhadores para a greve.

Sem olhar a meios nem a prejuízos, sem ter em conta os resultados sociais das paralisações, procurando virar alguns desses resultados, necessariamente impopulares no caso dos transportes, contra os trabalhadores, o Governo "AD" e a sua política querem à viva força apresentar os problemas de pernas para o ar. Com a ajuda indispensável dos grandes meios de informação, continuaram, durante a nova paralisação dos transportes, as pressões ilegais, as tentativas de criação de um clima de calamidade pública que o Governo atenta e forte vençeria com a ajuda das empresas privadas funcionando contra as nacionalizações.

Todas essas manobras do Governo "AD" foram denunciadas pelos trabalhadores e correctamente apresentadas como instrumentos da propaganda política do Governo, orientada contra os interesses gerais dos utentes e contra o erário público, defraudado com enormes despesas evitáveis se fossem satisfeitas as legítimas reivindicações de quem trabalha e é vítima do aumento insuportável do custo de vida.

Nos transportes de Lisboa,

A contratação colectiva é também a razão principal, mas não a única, de vários conflitos em sectores e empresas que desembocam em diferentes formas de luta com predominio da greve.

## Portuários

Por aumentos salariais da ordem dos 30 por cento, que repunham pelo menos o poder de compra, os trabalhadores portuários de Lisboa, Leixões, Setúbal, Figueira e Açores iniciaram paralisações sem prazo em 19 do corrente.

Mais de cinco mil conferentes, estivadores e pessoal de tráfego prosseguiram ainda a greve na última terça-feira, 26, depois de gorada no dia anterior uma reunião no Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores em greve responsabilizam o Governo pela tentativa irrealista de impor um aumento salarial de 17 por cento no âmbito da revisão do contrato colectivo de trabalho que inclui outras reivindicações designadamente no quadro das regalias sociais.

Vários produtos por descarregar causavam problemas no mercado, principalmente no que respeita a papel de jornal, bananas e batata de semente.

## Material eléctrico

No sector de produção de material eléctrico e electrónico foi anunciada uma greve de dois

dias para 26 e 27 do corrente.

Cerca de 30 mil trabalhadores, na maioria mulheres, em todo o País voltam a paralisar porque o patronato insistia ainda no princípio desta semana em manter a proposta de 18,85% de aumento dos salários, protelando a entrada em vigor da tabela salarial.

As associações sindicais interessadas, incluindo a FETESE (Federação dos Sindicatos dos Escritórios do Sul) que também aderiu à marcação da greve, continuaram a exigir 25 por cento e consideram "provocatória" a atitude patronal, pois em algumas empresas foram prometi-dos, isoladamente, aumentos superiores à percentagem proposta pelos sindicatos.

## Vestuário

Falta de cumprimento dos contratos, intimidações e repressão em oito empresas do subsector do vestuário do distrito do Porto constituíram situações graves entretanto denunciadas pelo Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Distrito do Porto.

Entre essas empresas estão as do grupo Mondego, a Algot, Macomil e Ladycot.

## Função Pública

O anúncio da próxima aprovação em Conselho de Ministros dos princípios gerais da "racionalização de efectivos na Função Pública", a imposição do

tecto salarial e a defesa dos postos de trabalho continuam a mobilizar os trabalhadores da Função Pública.

É urgente uma resposta firme, adverte a comissão negociadora sindical da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, que exorta os trabalhadores a manterem-se mobilizados na perspectiva da adopção de formas de luta em defesa do emprego, de salários justos e de todos os direitos dos trabalhadores, designadamente o direito à negociação directa das convenções colectivas de trabalho.

## Cristalaria

Num plenário efectuado quinta-feira, na Marinha Grande, depois de analisadas as posições do patronato, a seguir à greve por períodos intercalados de uma hora, que terminou em 23 do corrente, os trabalhadores da cristalaria decidiram iniciar ontem, 27, um novo período de greve que se prolongará, se a situação não se alterar, até às 8 horas de 7 de Fevereiro próximo.

As novas paralisações, também intermitentes, devem-se à insistência patronal nos aumentos de 17 por cento que, como se sabe, não repõem sequer o poder de compra perdido durante a vigência do contrato anterior.

A comissão negociadora sindical continua a exigir aumentos de 23 por cento. O patronato e a respectiva associação tentam impor o tecto do Governo "AD", designadamente nas empresas da Marinha Grande (Cristalaria Ilima, Manuel Pereira Roldão, Fábricas Cola, Ivoneta e Carreira, abrangidas pelas paralisações anteriores) que empregam 2 500 dos 3 400 trabalhadores

do subsector naquela localidade.

As paralisações previstas para começarem ontem abrangem, segundo o pré-aviso de greve, as empresas Feis-Fábrica Escola Irmãos Stephens, EP; J. Ferreira Custódio; Favila; J. Domingos Moleirinho e todas as empresas de transformação de vidro ("cristalaria") abrangidas pelo CCTV para a indústria vidreira.

## Meteoreologistas

Por 5 dias que terminam sábado os cerca de 200 trabalhadores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica paralisaram a sua actividade na madrugada de 26 do corrente. Protestando contra a aplicação do Decreto-Lei 110-A/81, que desorganiza os serviços, os trabalhadores reclamam nova legislação regulamentadora para o Instituto, que não afecta os seus interesses, designadamente as retribuições pelo trabalho nocturno e em dias feriados.

## Comércio retalhista

Com um plenário previsto para o princípio de Fevereiro, os trabalhadores do comércio retalhista de Lisboa poderão decretar formas de luta, nessa altura, contra os 16 por cento de aumento proposto pelo patronato.

Os interesses dos referidos trabalhadores são defendidos pelo Sindicato do Comércio e Serviços de Lisboa.

## Entrepasto industrial

A aplicação da nova tabela salarial, já negociada, e ainda outras reivindicações pendentes, que interessam a 920 trabalhadores (190 a prazo) e que o patronato se recusa a satisfazer, levam à paralisação de amanhã, 29, no Entrepasto Industrial Metalomecânico de Setúbal.

## Tabaqueira

Mantém-se a situação que mereceu destaque no "Avante!" da semana passada. Segunda-feira, 25, a quase totalidade dos cerca de 1300 trabalhadores da Tabaqueira iniciaram novo período de paralisações sectoriais contra o tecto salarial e a retirada de regalias. O novo período de luta deve prolongar-se por 5 dias.

## Hotel Baía e outras empresas

Conflitos, com destaque para o Hotel Bala (130 trabalhadores em autogestão, com êxito, desde Junho de 1975) onde o secretário de Estado do Turismo decidiu nomear interinamente uma comissão de gestão que os trabalhadores consideram desnecessária, conduziam ainda a formas de luta na Firestone Portuguesa, Papelaria Fernandes, Sousa Jesus de Almada, cantinas universitárias e no sector do arrasto costeiro onde os 1700 trabalhadores imobilizaram 130 embarcações, defendendo os seus direitos no quadro das reivindicações laborais.

## No BTA

## «Obras e instalações»

A célula do PCP no Banco Totta & Açores revela que o conselho de gestão vai gastar este ano 1 milhão e 400 mil contos em «obras e instalações».

Este valor orçamentado, segundo exemplos anteriores referidos por aquela organização do Partido, é de recear que «vá contribuir para aumentar substancialmente a fortuna de uns tantos e que os trabalhadores do BTA continuem tão mal instalados como antes».

De acordo com o Boletim editado pela célula este mês, «entre numerosos exemplos possíveis» relativamente a esse receio de como e a favor de quem irá ser gasto tanto dinheiro, «pode referir-se o novo edifício da Avenida da República, 43, que custou 270 mil contos, fora as obras em curso, e que facilmente se verifica ter péssimas condições para o serviço de um banco, ou o famoso edifício da Avenida Miguel Bombarda com os seus 140 mil contos de custo e talvez mais do dobro para obras que até agora (e já lá vão alguns anos) só revelou potencialidades para piscina, graças à corrente subterrânea que lhe invade gratuitamente a cave».

## Filiais no estrangeiro

O mesmo Boletim, que trata vários assuntos de interesse para a generalidade da banca nacionalizada, dá particular atenção às filiais do BTA no estrangeiro.

Depois de recordar «a escandalosa participação das filiais do BTA em Londres e Nova York nos financiamentos ao Chile de Pinochet», a célula põe uma série de questões ao conselho de gestão «para um correcto enquadramento da questão filiais no estrangeiro».

Entre outras perguntas aos responsáveis pela gestão do banco, destacam-se as seguintes:

● Que se passa na agência de Nova York quanto ao desvio e retenção de remessas dos emigrantes?

● Quem autorizou o sr. Norton de Matos, director da mesma filial, a aliciar as grandes empresas portuguesas a processarem as suas operações documentárias em Nova York, retirando-as dos circuitos da banca em Portugal?

É oportuno recordar — salienta a célula — que tudo o que se relaciona com as filiais do BTA e da restante banca nacionalizada no estrangeiro é tanto mais perigoso quanto é certo que a actividade de todos estes estabelecimentos é regulada pela legislação dos países onde se encontram instalados e escapa portanto ao controlo do Banco de Portugal.

A factura «AD»  
12 milhões na Saúde

O défice de 12 milhões de contos que por várias formas o Governo quer fazer pagar à população pelo direito constitucional à saúde foi mais uma vez salientado no Encontro realizado no sábado na Faculdade de Direito de Lisboa.

Cerca de uma centena de participantes, reunidos por iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa, aprovaram uma série de conclusões repudiando as medidas anunciadas pelo Governo «AD» contra a população que necessita de cuidados médicos e tem de recorrer aos serviços públicos do sector.

Grande número de trabalhadores entre os que menos ganham contam-se, juntamente com as famílias, entre os que terão de pagar internamentos hospitalares até agora gratuitos.

Salienta-se nas conclusões do Encontro:

«Os doentes que necessitem de um período de internamento de 20 dias e cujos agregados familiares tenham rendimentos anuais entre 280 a 350 ou de 450 a 560 contos terão de pagar respectivamente seis e doze mil escudos. Esta medida do Ministério dos Assuntos Sociais incide sobre largas camadas de trabalhadores. Parte dos trabalhadores da Função Pública são abrangidos por este último escalão e muitos outros por um terceiro que vai de 560 a 640 contos de rendimento anual. Neste caso por igual período de internamento pagarão 18 mil escudos».

## Protesto em Santarém

## Agrícolas recusam 18%

Plenários de delegados sindicais reunidos recentemente em Abrantes, Cougo e Santarém aprovaram uma moção sobre o impasse em que caíram as negociações de revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT) dos operários agrícolas do distrito de Santarém e do concelho de Azambuja, devido à tentativa da Associação dos Agricultores do Ribatejo no sentido de impor um aumento salarial de 18 por cento. Acusando os representantes do patronato de recorrerem a "meios chantagistas e especulativos", os delegados sindicais protestam contra a actuação do Ministério do Trabalho para cuja delegação em Santarém o Sindicato recorreu entretanto pedindo a conciliação.

O Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém sublinha que o impasse nas negociações foi deliberadamente provocado pela Associação dos Agricultores do Ribatejo ao argumentar com a "penúria" dos agrários "situados em certas zonas que classifica de "pobres" para assim ter o pretexto de apresentar na sua proposta uma zona A e outra B, tanto para o distrito de Santarém como para o concelho de Azambuja". De acordo com a moção aprovada pelos delegados sindicais, a Associação patronal tinha anteriormente apresentado "uma proposta salarial sem descrição de zonas", proposta essa já "transcrita em acta e assinada por ambas as partes".

Na moção que aprovaram os delegados sindicais protestam por os representantes dos agrários não terem comparecido à primeira reunião de conciliação marcada para 6 do corrente, responsabilizam o Ministério do Trabalho pelos atrasos e exigem "o rápido reatamento de negociações que conduzam à solução justa das reivindicações apresentadas pela comissão negociadora sindical".

## Aveiro

## Moção contra TV/«AD»

Num plenário sindical em Aveiro, onde foram tratados assuntos da organização distrital, designadamente a preparação da paralisação geral de 12 de Fevereiro e da marcha contra o desemprego, os Sindicatos aprovaram uma moção exigindo que se ponha termo à manipulação dos órgãos de comunicação social pelo Governo, sobretudo no que respeita à Televisão utilizada como órgão oficioso da «AD» para «denegrir organizações sindicais e sociais que ao longo do tempo têm demonstrado defender intransigentemente os interesses e direitos dos trabalhadores».

## Promover a música

Promover a educação musical da população para que os músicos portugueses se sintam incentivados a produzir, sobretudo em termos de qualidade, foi em traços gerais uma das conclusões do debate promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e que reuniu em Lisboa no sábado findo vários trabalhadores de um modo ou de outro ligados à música para discutirem principalmente a elaboração e a entrada em vigor da Lei 12/81 que diz respeito à protecção da música portuguesa na sua difusão pela Rádio e TV.

## Rua!

Por ser característico e um bom sinal dos «tempos AD», transcreve-se a seguir um pequeno texto que, sob o título acima, vem inserto no Boletim "Letra Nova", publicado este mês pela célula do PCP no Banco Totta & Açores:

Num banco em que decisões importantes de política do pessoal são tomadas no exterior pelo actual secretário de Estado e ex-gestor, Alípio Dias, e no interior por caciques do CDS e PSD, como o «futuro» director, Estalinou Silva, que têm colocado e promovido tudo o que é direita pura;

Num banco em que alguns gerentes fazem fortuna à custa da empresa e dos clientes;

Num banco em que o director dos serviços administrativos não é obrigado a explicar por que deu mais de 17 mil contos por um imóvel;

Num banco em que os responsáveis pelas filiais no estrangeiro actuam já como banqueiros privados;

Num banco em que se perseguem sindicalistas e outros trabalhadores por exercerem os seus direitos;

Num banco que é propriedade do Estado português e portanto do conjunto dos cidadãos deste país, que faz aos «responsáveis» do conselho de gestão?

A resposta é uma palavra só: Rua!!!

## Na Caixa (CGD)

## São os trabalhadores que atenuam a maior parte dos erros da gestão

À Caixa Geral de Depósitos falta planificação, faltam gestores competentes, os métodos de trabalho são antiquados e ineficazes, as instalações são inadequadas — afirma o secretariado da célula do

PCP naquela empresa pública. «E a partir do esforço desenvolvido pela maioria dos trabalhadores da CGD que se atenuam a maior parte dos erros de gestão», acrescenta a célula. Num

comunicado sob o título «Como vai a gestão na Caixa Geral de Depósitos» afirma-se que os problemas não são resolvidos porque a administração, como fiel mandatária da «AD», não tem vontade para tal e até recebe grande ajuda nesse sentido da maioria dos gestores superiores e intermediários. Formam todos uma grande família agarrada ao antiquamento...»

Depois de reafirmar que «os trabalhadores são competentes e atenciosos perante as necessidades dos clientes», mas que os recursos humanos e materiais estão subaproveitados e que as relações de trabalho são «tensas» (favoritismo, corrupção, perseguições, ameaças, desmotivação), o secretariado sublinha que a CGD é a «principal instituição bancária», mas que em breve pode perder essa posição, pois «o índice de crescimento dos depósitos entre 1979 e 1980 foi o mais baixo de toda a banca».

## Corte do crédito

A célula revela que a CGD «em 31 de Dezembro de 1980 mantinha 20,3 por cento de todos os depósitos bancários e 20,1 por cento

cumentos entretanto debatidos publicamente, vai atender aos problemas concretos no âmbito do custo de vida, segurança social, saúde, habitação, ensino, transportes e tudo o que interessa directamente à mulher no trabalho, na sociedade e na organização sindical.

A comissão organizadora prevê a participação de 500 delegados e 1500 convidadas no Encontro que continua a mobilizar Sindicatos e sectores pelas reivindicações gerais à volta da luta pela igualdade de direitos e garantias, pela resolução dos problemas específicos das mulheres trabalhadoras e pela total emancipação da mulher no trabalho e na sociedade.

Sábado  
Encontro  
de mulheres  
trabalhadoras

O Encontro Distrital sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora, cuja preparação referimos na edição de 14 do corrente, decorrerá no próximo sábado, dia 30, na Voz do Operário em Lisboa.

Com início marcado para as 9 e 30, o Encontro é promovido pela União dos Sindicatos do distrito e aberto a todas as associações sindicais independentemente da sua filiação.

A comissão organizadora desta iniciativa, preparada desde meados do ano findo, prevê uma intensa participação nos debates sobre questões que interessam a todas as mulheres empregadas em empresas e sectores.

A discussão que, como já noticiámos, incidirá sobre do-



Votações democráticas e participadas, trabalho sindical intenso e forte mobilização têm conduzido a grandes percentagens de adesão às formas de luta em empresas e sectores



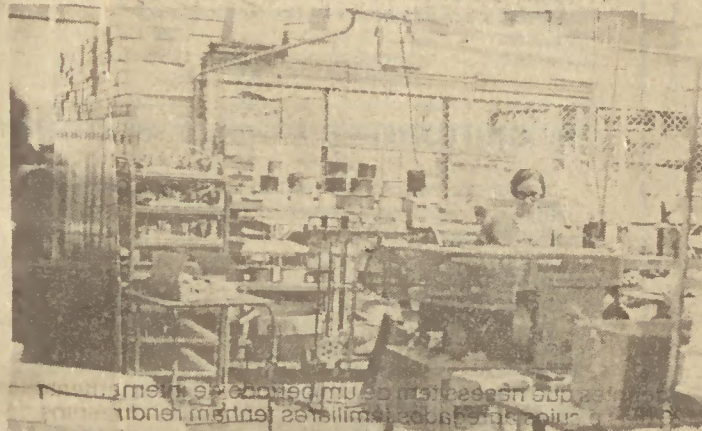


Nacional



**Coto apoio manifesto dos trabalhadores da Electricidade de Portugal (EDP) à paralisação geral de 12 de Fevereiro, e desenhadas rapidamente as primeiras acções distritais para a boa organização da jornada de luta, pode-se afirmar que a mobilização dos trabalhadores se processa com a velocidade e o ritmo habituais nas grandes realidades do movimento sindical unitário para que se concretizem os três objectivos centrais, votados por unanimidade no plenário nacional da CGTP-IN em 15 do corrente.**

**Recolhe-se que um desses objectivos, aprovados pelos representantes de cerca de 2 milhões de trabalhadores sindicalizados, se refere à demissão do Gorno AD, tendo os restantes por base a luta contra política da mesma coligação reaccionária, responsável pelo agravamento constante do custo de vida, pela grave situação económica que o País atravessa e que a AD pretende fazer pagar integralmente pelos baixos salários de quem trabalha e mal gha para comer.**



A paralisação geral de 12 de Fevereiro merece o apoio das mulheres trabalhadoras que têm participado em massa nas lutas reivindicativas, designadamente nos têxteis e vestuários, no material eléctrico e electrónico e em outros sectores da produção industrial e agrícola

# Paralisação geral

## Boas perspectivas para a jornada de 12 de Fevereiro

A semelhança do que sucedeu em Lisboa e em todos os grandes distritos, a proposta de paralisação geral de 24 horas foi recebida no Porto com entusiasmo. Vinte e três sindicatos filiados e não filiados na CGTP-IN participaram na reunião geral efectuada naquela cidade em 19 do corrente onde foi discutido um plano de organização, dinamização e mobilização dos trabalhadores.

No grande distrito norte-nordeste, reuniram-se já centenas de delegados, dirigentes e activistas sindicais dos sectores têxtil e vestuário, função pública, construção civil, indústrias eléctricas, indústria e comércio farmacêuticos, metalúrgicos e químicos.

Nas empresas do Norte reuniram-se também largos milhares de trabalhadores e estão programadas dezenas de outras reuniões.

Em 4 de Fevereiro próximo haverá um plenário distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais. Reunirão com membros das comissões de trabalhadores.

Com entusiasmo e determinação têm sido iniciadas todas as tarefas necessárias ao êxito da importante jornada de luta de 12 de Fevereiro que se desenrolará no seguimento de um grande

movimento reivindicativo alargado a todo o País.

Só os trabalhadores têxteis na luta pelo seu contrato colectivo somaram em 1981 cerca de 15 milhões de horas de greve. Para referir apenas os sectores com mais incidência no Norte, muitos milhares de trabalhadores, além dos têxteis, têm aderido às lutas pela contratação colectiva, contra os baixos salários, a retirada de regalias e a subida do custo de vida, dos Governos AD.

Estão nesse caso os químicos, pescadores de arrasto e motoristas marítimos da sardinha de Matosinhos, função pública, ajudantes de farmácia, técnicos sanitários, trabalhadores do sector de limpeza, material eléctrico, CP, assalariados rurais, construção civil e grande número de empresas onde as paralisações foram assinaladas por elevada adesão.

Nas empresas, e ainda no que respeita ao distrito do Porto, são de sublinhar as lutas recentes na Corfam's, Algot, Algarve Exportadora, Rainha do Sado, Efanor, Sopena, Metalúrgica da Longra, Jomar, Tabopan, Maiquel, Carlos Costa & Correia, Ld., Ladycorte, Highligh, Grupo Mondego, Etamar, MDF, Macomil, Carter, Jotocar, Eurofer, Sonafi, Sepsa, Mário Navega, Utic e RN.

No passado dia 10 de Dezembro, exigindo a demissão do Governo AD, paralisaram 40 das mais importantes empresas do distrito do Porto. A mesma reivindicação levou à rua dois dias depois muitos milhares de trabalhadores numa grandiosa manifestação.

A luta dos operários e dos outros trabalhadores têm-se associado diferentes camadas da população, designadamente os camponeses, que realizarão uma semana de reclamação e protesto da lavoura portuguesa; as mulheres que se reúnem e concentram condecorando a política AD, principalmente no que respeita ao aumento do custo de vida; os intelectuais; os reformados que, no próximo dia 10 se concentram, no Porto, em frente ao Governo Civil para protestar contra as reformas de miséria e apresentar o seu caderno reivindicativo para 1982; os deficientes; a juventude, que prepara a marcha contra o desemprego, que luta nas escolas contra a degradação das condições do ensino.

### Mulheres desempregadas

Apoiando a paralisação geral e a marcha contra o desemprego, reuniram-se entre tanto num Encontro os traba-

lhadoras agrícolas desempregadas do distrito de Setúbal.

Convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito, o Encontro, que aprovou uma resolução, decidiu que todas as mulheres desempregadas se deviam integrar na concentração dos trabalhadores rurais, na quarta-feira, 27, em São Bento e também na marcha contra o desemprego decidida pelo Plenário nacional da CGTP-IN em 15 do corrente.

Na resolução, o Encontro reclama a imediata demissão do Governo AD como condição indispensável para abrir caminho à solução dos problemas que afectam especificamente as mulheres trabalhadoras a nível nacional.

Reuniram-se entretanto o plenário de Sindicatos da União distrital de Setúbal para discutir a participação do movimento sindical na jornada de 12 de Fevereiro.

Além do grande entusiasmo pela jornada de luta de 24 horas verificado entre os trabalhadores, designadamente os dos sectores cerâmico, metalúrgico, químico e construção, que decidiram já fazer greve no dia 12, vão realizar-se plenários de activistas, dirigentes e delegados sindicais e membros das CTs de todos os concelhos

do distrito de Setúbal para decidir sobre as acções a levar a efeito no dia da paralisação geral.

**Todas as empresas do distrito de Setúbal com mais de 50 trabalhadores realizarão plenários sobre o mesmo assunto.**

Para 4 de Fevereiro ficou marcado um Encontro distrital de dirigentes e delegados sindicais que se reunirão com membros das comissões de trabalhadores. As comissões de trabalhadores e as suas organizações coordenadoras, designadamente cinturas industriais como a de Setúbal, têm vindo a manifestar publicamente a sua adesão e apoio à paralisação geral de 12 de Fevereiro.

Num plenário de zona em Lisboa, em 20 do corrente, as comissões de trabalhadores convocavam para 4 de Fevereiro uma concentração no Largo das Fontainhas ao Calvário, a iniciar às 19 horas.

A CIS (comissão coordenadora das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Setúbal) distribuiu entretanto o texto de uma moção aprovada com a decisão de aderir «à grande jornada de luta concretizada numa greve geral no dia 12, aprovada pelo plenário de sindicatos da CGTP-IN».

Ainda em Lisboa, a União distrital dos sindicatos (USL) representante cerca de 400 mil trabalhadores reunia 38 associações sindicais, incluindo 3 Unões locais e decidia constituir duas comissões a nível da USL para coordenar e dinamizar a jornada do dia 12.

A nível distrital e englobando já praticamente todo o País as associações sindicais já reuniram os sindicatos e tomaram decisões em Lisboa, Porto, Setúbal, Santarém, Aveiro, Beja, Portalegre, Castelo Branco, Bragança, Faro e Região Autónoma da Madeira.

Outros distritos tinham já reuniões marcadas e eram numerosos os sectores de actividade que no princípio desta semana já tinham aderido publicamente à paralisação geral, designadamente para além dos já mencionados, os químicos do Centro e Ilhas, a Função Pública da Zona Sul e Açores.

A movimentação por zonas, distritos, concelhos e sectores ou ramos de actividade indica em meados desta semana que os próximos dias serão prometedores em termos de mobilização geral e de acções intermédias para fazer de 12 de Fevereiro uma data importante na luta dos trabalhadores em Portugal.

## Autonomia universitária — JCP explica o que está em causa

O projecto da autonomia universitária do Governo e os objectivos que se pretendem atingir com esse documento para alterar a vida das escolas superiores são desmontados num breve comunicado divulgado no dia 20 deste mês à Comunicação Social pelo Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da JCP. Salientam os universitários comunistas:

"A pretensa autonomia universitária que o Governo pretende ver aprovada pela Assembleia da República é uma provocação dirigida a todos quantos trabalham e estudam na Universidade Portuguesa.

"O sr. Ministro pode, quer e manda. É ele quem decide, quem homologa, quem destitui, quem suspende a autonomia universitária. Da proposta do sr. Ministro está ausente qualquer coisa de representação mínima e proporcional da Universi-

dade. Já que, nos principais órgãos de decisão — Assembleia da Universidade e Senado Universitário — se prevê a preponderância a um nível dos 60% dos Doutores, deixando 40% para os investigadores, Assistentes, Estudantes e Funcionários.

"É ele quem a partir de três nomes escolhidos pela Assembleia da Universidade com a composição de catedráticos conhecida escolhe arbitrariamente o Reitor, que tendo na mão os

poderes fundamentais, surge não como estrutura da própria Universidade junto do Governo, assim como o representante do Governo junto da Universidade".

"Mas há mais!" A JCP esclarece:

"Num total desrespeito pela Constituição e pela Lei, o sr. Ministro Vítor Crespo pretende impor a aprovação pelos catedráticos dos estatutos das Associações de Estudantes "esquecendo-se" que em Portugal existe liberdade de Associação, "esquecendo-se" que o Movimento Associativo português tem autonomia e tradições de luta própria.

"Pretende também o sr. Ministro consagrar neste projecto todo o esquema de acesso ao Ensino Superior, desde a fixa-

ção dos números clausus até ao estabelecimento de propinas pelas faculdades (sem que sejam sequer estabelecidos quaisquer limites e critérios)."

Ao denunciar que o Ministro da Educação e Universidades quer "transformar as Universidades não numa instituição a ser suportada pelo OGE com o objectivo da formação de quadros técnicos necessários ao país mas em fonte de financiamento do OGE", a JCP sublinha que "esta proposta de 'autonomia' revela bem que temos um Governo e um Ministro da Educação incapazes de resolver os problemas do Ensino e da Educação, que temos um Governo e um Ministro incapazes de sentir o pulso da Universidade e do Portugal de Abril".

### Governo e ministros tudo ignoram

Mais adiante, a DCES da JCP refere:

"A exigência de uma Autonomia democrática garantindo a eleição dos principais órgãos da Universidade, nomeadamente o Reitor, a participação dos estudantes na gestão Universitária e a latitude de competências científicas e pedagógicas e administrativas é desde o fascismo uma bandeira de luta do Movimento Estudantil e da Universidade. Hoje no Portugal democrático essa bandeira de luta mantém-se viva nos objectivos do Movimento Estudantil".

Acrescenta a nota dos jovens comunistas:

"Hoje no Portugal Democrático esta bandeira de luta é um objectivo das organizações democráticas juvenis que têm dado as suas contribuições para um verdadeiro projecto de Autonomia.



"A JCP, na sua Conferência Nacional do Ensino Superior, elaborou um projecto de linhas gerais para uma verdadeira Autonomia. Outras organizações deram o seu contributo.

"O Governo e o Ministro da Educação tudo ignoram.

"Abril abriu perspectivas de transformação da sociedade e do Ensino no caminho do progresso social, económico, técnico e científico.

"Os estudantes universitários sabem que só com a participação criadora de todos os que tra-

balham na Universidade é possível transformar a Universidade e o Ensino. Por isso, participam na gestão das escolas apesar das suas limitações, por isso discutem soluções alternativas para a actual crise do Ensino.

"A JSD tem, demagogicamente, procurado demorar-se do projecto de autonomia do Ministro da Educação, reconhecendo que se defrontam com a oposição dos estudantes universitários e do Movimento Associativo".

E conclui:

"Nós dizemos: o problema não é apenas do sr. Ministro, é da orientação geral do Governo em que a política educativa se insere e pela qual o Governo é globalmente responsável.

"Nós dizemos: não basta afirmar intenções, é necessário fazer qualquer coisa, é necessário lutar contra este Ministro e contra este Governo.

"Este é o apelo da JCP, a todos os estudantes, às suas organizações juvenis democráticas".

## Para os deficientes Ano Novo — vida velha!

Seria bom poder pensar que (do mal o menor) só em Portugal o Ano Internacional dos Deficientes foi a demonstração do desprezo de um governo da direita pelos problemas que hateriam dramaticamente cerca de um milhão de cidadãos portugueses com vários graus e tipos de deficiência — tal é o cálculo da Organização Mundial de Saúde, na ausência de quaisquer levantamentos ou estimativas oficiais.

Comissões governamentais para o AID propalaram romagens, empenharam-se

a meio-tempo numa espécie de campanha de educação cívica ("aprenda a ajudar um cego na rua (...), de preferência conduza-o pelo cotovelo", etc), promoveram debates vários e até uma "sessão solene", em Dezembro passado, para "encerramento das comemorações", de que justamente se desolidarizaram as associações representativas de deficientes como a ADFA, a APD e a dos deficientes sinistrados no trabalho, com um principal argumento de peso: a demagogia campeou e nada foi feito pela prevenção, rea-

bilitação e reintegração dos deficientes. Instrumentos fundamentais como seria o Serviço Nacional de Saúde foram revogados pelo governo "AD", e diplomas importantes, embora limitados, como o do trabalho protegido ficaram na gaveta, para "espanto" — confessado à imprensa nos fins de 1981 — do próprio secretário da comissão (governamental) da Reabilitação...

Que se saiba, coisa feita fica uma cabine telefónica para deficientes no Rossio — muito à mão, como se vê, sobretudo se forem concretizadas as promessas de quatro minibus para o serviço de deficientes, que os devem requisitar... por telefone! Mas mesmo assim seria bom poder pensar que só este nosso Estado capitalizado pela "AD" traiu o compromisso assumido quando adoptou a "Carta para os anos 80" sobre os deficientes, recomendada pela Assembleia Geral da ONU a todos os governos e que lhes aponta como objectivo fundamental "desenvolverem sociedades que respeitem os direitos das pessoas com deficiências e promovam a sua participação plena".

De facto, os "adés" de todo o mundo chamado "livre" estão unidos na procura do

maior lucro para a classe que representam e na demagogia mais despusadora, que só tem paralelo no despudor com que (alguns) a despartam.

É o caso dos governantes de Berlim-Oeste, que vem a propósito citar e que — valha a verdade! — não costumam ser tímidos nem recorem a subtilezas quando se trata de atentar contra os direitos humanos...

O anúncio que reproduzimos é da BVG, a empresa de transportes urbanos de Berlim-Oeste, e reza assim: "Atenção! A partir de 1 de Janeiro de 1982 os bilhetes de tarifa reduzida para deficientes serão, de acordo com a lei, retirados de circulação". Aconselha-se depois o recurso a outras modalidades de títulos de transporte, nomeadamente passes e cadernetes de senhas, e recomenda-se: "Utilize p. f. os seus bilhetes até 31 de Dezembro 81. Não poderá trocá-los. Contudo, continuam em vigor para crianças, desempregados, bagagem e animais. Para mais informações consulte a BVG..."

E é assim, sem vergonhas nem delongas, que se fecha em Berlim-Oeste o curto parentese que foi, também por lá, o Ano Internacional dos Deficientes.

## Pacote do Governo Parecer do Montepio na Assembleia da República

O secretariado da secção de empresa (organização sindical) e a comissão de trabalhadores do Montepio Geral (Caixa Económica de Lisboa) enviaram à Assembleia da República um parecer conjunto sobre a lei dos despedimentos (proposta 70/II) que o Governo "AD" afirma ter metido temporariamente na gaveta.

Como porém essa e outras propostas do pacote laboral continuam pendentes sobre os interesses, regalias e direitos mais necessários aos trabalhadores, e como a CIP ainda recentemente voltava à carga pedindo urgência na revisão da lei da greve e outra legislação respeitante ao mundo do trabalho, aquelas duas organizações representativas dos trabalhadores do Montepio Geral lembram em comunicado conjunto a sua posição sobre despedimentos e contratos a prazo.

Repudiando a proposta 70/II e manifestando «a sua

intenção de lutar por todos os meios contra a sua aplicação» no caso de ser aprovada, aquelas organizações representativas, à semelhança do que tem sucedido praticamente com todo o movimento sindical, desmarcaram por completo o «pacote» do Governo que, além de violar «o espírito da lei fundamental do País» ao transferir «o princípio de estabilidade do emprego para a defesa quase exclusiva dos interesses económicos das entidades patronais», pretende ainda «revogar cinco leis» aprovadas após o 25 de Abril e «nenhuma do regime anterior».

A propósito da «necessidade de uma relativa mobilidade de mão-de-obra, por forma a criarem-se condições de produtividade e de reestruturação das empresas» (para usar as expressões da própria proposta 70/II) o Governo tenta entregar todas as armas aquilo que chama os «imperativos da

actividade empresarial» deixando os trabalhadores e as suas organizações sem defesa, designadamente ao regulamentar as situações de justa causa.

Esse e outros verdadeiros atentados, constantes da

proposta de Lei 70/II, são sublinhados pelas organizações representativas dos trabalhadores do Montepio Geral que, como se sabe, pertence ao sector nacionalizado das instituições de crédito no nosso país.

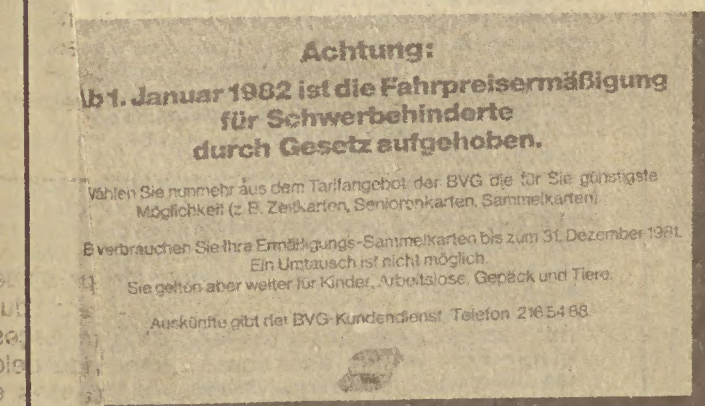
## Mulheres do Porto contra o Governo

Mais de duzentas mulheres, activistas das Comissões Unitárias de Mulheres do distrito do Porto, reuniram-se no passado sábado para fazer um balanço da sua actividade e dos problemas que de momento mais as afectam.

É insustentável a continuação da actual situação, este Governo não serve — esta a conclusão fundamental saída do Encontro, traduzida numa moção aprovada para ser entregue no Governo Civil no próximo dia 11, às 16 horas.

Para tal, as Comissões Unitárias de Mulheres convidam todas as mulheres do Porto a comparecerem naquele local e a protestarem contra o aumento das taxas dos Serviços Municipais de Saneamento, dos medicamentos, dos serviços de urgência, contra o desaparecimento do «cabaz de compras», contra os aumentos constantes dos transportes públicos, por uma política de habitação justa.

No Porto, como em todo o país, exige-se outro Governo, um governo que dê corpo aos ideais de Abril.



Em Berlim-Oeste, "montra do capitalismo" na fronteira com o socialismo, um aviso publicado nos jornais mostra, de forma bri (ler o artigo junto), que o Ano Internacional dos Deficientes foi apenas um parentese — um pretexto para umas "flores"...



# Amizade PCP/PCUS

## Comício no Porto

Mas alguém poderia pensar que hoje, em liberdade, os comunistas portugueses calassem o que sempre defenderam nas condições mais difíceis? E admitir que o PCP não mantivesse a realização deste comício de amizade, depois da recusa dos vistos de entrada no País aos camaradas soviéticos?

As perguntas foram formuladas pelo camarada Edgar Correia, no início do Comício de Amizade PCP/PCUS, no passado dia 21, no Palácio de Cristal do Porto. A resposta foi dada pela presença no recinto

de milhares de pessoas e pela forma entusiástica como o comício decorreu. Antes, Edgar Correia sublinhara:

«Como sabeis o governo «AD» recusou os vistos à delegação soviética convidada a visitar Portugal pelo nosso Partido e por isso é com tristeza que não temos hoje aqui entre nós os camaradas Ivan Kapitonov, do Secretariado do CC do PCUS, deputado do Soviete Supremo da URSS e Herói do Trabalho Socialista, Ansabai Askarov, membro do CC do PCUS, 1.º Secretário do Comité Reginal de

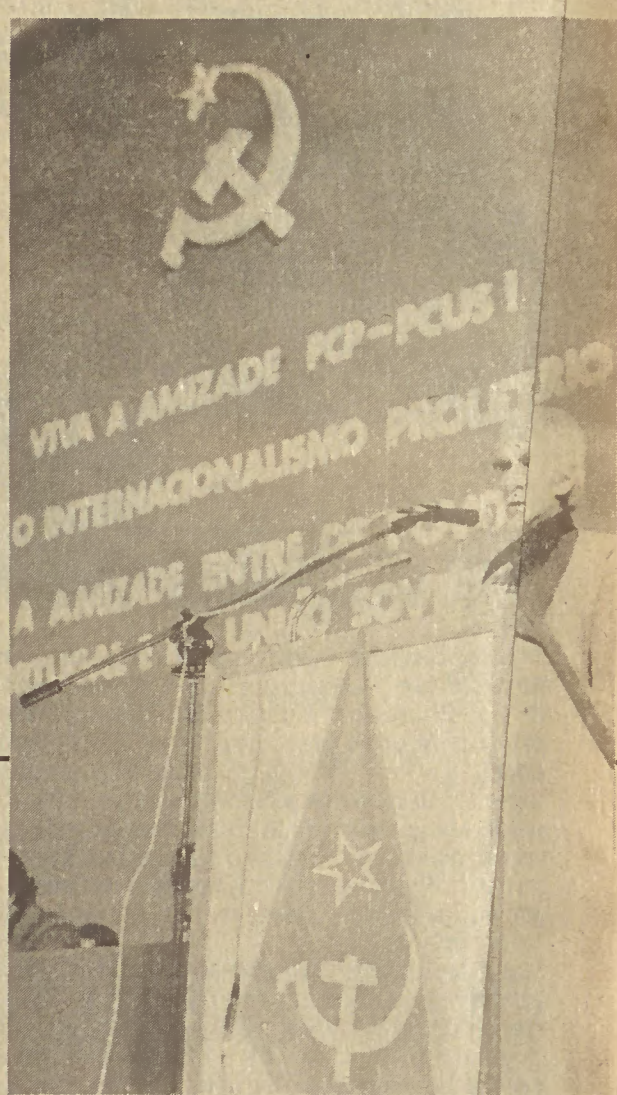
Chinkent (Casaquistão) e deputado ao Soviete Supremo da URSS e Youri Sklarov, membro suplente do CC do PCUS e 1.º vice-director do jornal «Pravda».

Integraram a mesa representantes das células das empresas mais importantes do distrito, de Comissões de Freguesia, de Organismos de classe profissional, de Comissões Concelhias, eleitos do PCP nos órgãos de poder local, destacados militantes do PCP, membros da DORP e do seu executivo, o camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC e o

camarada Álvaro Cunhal. Ao comício, aberto e presidido pelo camarada Edgar Correia, do Comité Central e da DORP, chegaram dezenas de saudações dirigidas ao PCUS numa afirmação inequívoca da amizade fraternal existente entre o PCP e o PCUS. Saudações de células de empresa, como da EFACEC, da APDL, UTIC, EFANOR, ALCO; de Comissões de Freguesia — Vila das Aves, S. Pedro da Cova; de Comissões Concelhias — Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, St.º Tirso, Matosinhos, Felgueiras; do Organismo têxtil de St.º Tirso, da organização de St.º Tirso

da JCP, da Organização do Porto da JCP. Após a abertura do comício interveio o camarada Henrique Lemos, do Secretariado da Célula da Petrol e da DORP, que se referiu detalhadamente à luta dos trabalhadores e do Povo da Região do Porto. Lida a mensagem do Comité Central do PCUS ao comício, que manifestava a mais profundo indignação pela decisão do governo de Pinto de Balsemão e reafirmava a solidariedade e o apoio internacionalista do PCUS e do povo soviético para com o PCP, a classe operária e todo o povo português, fez a sua

intervenção o camarada Álvaro Cunhal. No final foram entregues na mesa ofertas simbólicas que trabalhadores e organizações do Partido tinham preparado para entregar à delegação soviética. Um comício de amizade fraternal entre o PCP e o PCUS que cumpriu os seus objectivos. Se o fascismo, utilizando a violência e a repressão, nunca conseguiu impedir que as relações de amizade entre o PCP e o PCUS se mantivessem e desenvolvessem, muito menos o conseguiria ou conseguirá, em democracia, o governo «AD».



Soares fizeram grande barulho, porque os mifistas não admitiram, como era seu direito, que os provadores fizessem provocação política na própria manifestação. Creio, que ninguém pode contestar esse eito. E que ele continuará a ser exercido se provadores conuarem a insistir nas suas provocações. Estamos de acordo?

4

### A campanha contra a Flóvia

O anti-sovietismo e o anticomunismo adquiriram formas de histeria em torno da situação na Polónia.

A campanha vinha de trás, em apoio do processo contra-revolucionário que se estava produzindo. Mas subiu ao extremo de exaltação e de fúria quando o governo polaco, no uso dos seus poderes constitucionais, proclamou o estado de sítio.

Assistimos então a toda uma colossal propaganda contra a Polónia na televisão, na rádio, nos jornais, na Assembleia da República, em discursos e intervenções dilando mentiras, falsidades, calúnias, desinformando, intoxicando, envenenando a opinião pública.

Porquê esta campanha? Porque as forças reaccionárias de Portugal, que nós bem conhecemos pelo sédio aos trabalhadores, pela sua política contra os trabalhadores, se vêm arvorar em defensores dos trabalhadores polacos? Porque aqueles que defendem diariamente as liberdades e direitos do povo português, se vêm arvorar em defensores das liberdades e direitos do povo polaco? Porque vêm todos a uma protestar contra as medidas tomadas pelo governo polaco? Porque continuam a atacar a URSS e a responsabilizá-la pelos acontecimentos na Polónia quando é certo que as conhecidas decisões foram tomadas pelo governo polaco no uso dos seus direitos constitucionais e soberanos?

As razões são simples. Conduzem essa campanha para falharem os planos do imperialismo e da reacção. Porque talh a tomada do poder que os dirigentes contra-revolucionários «Solidariedade» preparavam activamente.

Porque sendo os polacos eles próprios a tomar medidas para de conter e derrubar o processo contra-revolucionário, lá por terra a campanha que vinha a ser conduzida acerca da iminente «invasão soviética». Porque a contra-revolução na Flóvia não passou.

E também porque pretendem desviar o povo português dos seus problemas mais instantes, ofuscar o prestígio e inflúcia crescentes do PCP, dividir, por motivo de acontecimentos eternos, a poderosa unidade dos trabalhadores e das massas em pleno desenvolvimento no plano interno.

O nosso Partido tem sublinhado que a degradação da situação na Polónia se deveu (conforme os camaradas polacos hábil reconheceram) às faltas e erros graves do Partido e do govo. Mas deveu-se também ao aproveitamento da situação pelas forças contra-revolucionárias internas e pelo imperialismo e cédências graves do poder político às pressões e exigências dos trabalhadores e do interesse dos trabalhadores) dos contra-revolucionários incrustados no «Solidariedade» contra a reinstalação do capitalismo na Polónia.

Já temos dito e repetimos aqui que nos congratulamos com o facto de que a contra-revolução na Polónia sofreu um ruído e por haver novas razões para confiar em que a Polónia Salista triunfará.

Quanto aos protestos dos homens da «AD» e daqueles socialistas que são seus aliados, é de lembrar que protestem em defesa (como dizem) dos interesses e direitos dos trabalhadores polacos, mas nunca se lembraram de protestar contra os assassinatos em massa dos trabalhadores da reforma agrícola, os assassinatos de Montemor-o-Novo, contra a repressão à GNR e pela polícia nas cidades de concentrações de agricultores.

Acenderam velinhas pelos trabalhadores polacos, as não consta que tenham acendido velinhas pelos trabalhadores portugueses, pelos operários da Covilhã, pelos da Camibour, pelos da Sordetex de Seia, pelos do Matro de Lisboa, pelos da Têxtil Manuel Gonçalves, pelos da Jacinto e tantos outros trabalhadores sujeitos a acções de brutal repressão a mando do coberto do governo «AD».

Atacando o nosso Partido, Mário Soares afirmou (7.12.81) que «aquele partido (refere-se ao PCP) que defende privilégios e a opressão em terra alheia, não pode defender a liberdade dos trabalhadores da nossa própria terra».

A isso podemos responder (porque se torna mais o para os portugueses): aqueles que na nossa própria terra defendem os privilégios e a opressão dos trabalhadores, o podem defender a liberdade dos trabalhadores dos outros países.

5

### Fora com a «AD»

Bastaria a política externa de capitulação nacional e de submissão ao imperialismo norte-americano, vergonhosa política externa que fere gravemente os interesses e a independência de Portugal e faz pesar sérios perigos para a segurança dos portugueses e a própria existência do nosso país, basta essa política externa para que o governo fosse demitido.

Mas a demissão urgente do governo «AD» impõe por outras razões não menos válidas.

Impõe-se a demissão urgente do governo «A» porque está reduzindo a um nível incooperável as condições de vida dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos intelectuais e quadros técnicos, das mulheres e dos jovens, de sectores desfavorecidos e dos reformados e deficientes.

O camarada Henrique Lemos já neste comício falou largamente do agravamento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, da contratação colectiva e das perdas de extensão de contratos fantoches assinados pelos facheiros da UGT, preços, dos despedimentos, da liquidação de redes sociais, do pagamento insuportável dos serviços de saúde e dos medicamentos, assim como das rendas de casa inacessíveis. Não vou repetir.

## Álvaro Cunhal no Palácio de Cristal

Camaradas: Estamos hoje aqui num comício de amizade do PCP com o Partido Comunista da União Soviética.

Proseguindo nas suas práticas anti-soviéticas e anticomunistas, que eram hábito no tempo da ditadura fascista, fechando a fronteira portuguesa a verdadeiros amigos do nosso povo, quando as abre completamente a toda a espécie de fascistas e reaccionários, violando as mais elementares normas de convivência internacional com um país com o qual Portugal tem relações diplomáticas, retomando os métodos arbitrários e provocatórios da guerra fria — o governo «AD» recusou os vistos aos camaradas soviéticos que deveriam visitar-nos, a convite do Comité Central do nosso Partido.

Levantamos uma vez mais o nosso indignado protesto contra uma tão prepotente e provocatória decisão, indigna de Portugal e testemunho eloquente da vergonhosa submissão da «AD» e do seu governo à política belicista e anti-soviética do governo dos Estados Unidos.

Os nossos camaradas soviéticos não puderam aqui estar conosco. Mas decidimos realizar à mesma este comício. Será da mesma forma uma afirmação da amizade fraternal existente entre o PCP e o PCUS, que nem medidas discriminatórias, nem ameaças, nem repressão, conseguirão apagar. Será da mesma forma um testemunho da solidariedade fraternal entre os dois povos e os dois povos. Será da mesma forma uma confirmação de que não são medidas ilegais, arbitrarias, limitativas das liberdades, que desviarão o PCP das suas posições de princípio, da sua política internacionalista, da amizade com o PCUS, assim como com os partidos comunistas e forças revolucionárias de todos os outros países.

O governo reaccionário da «AD» fechou a fronteira portuguesa aos nossos camaradas soviéticos.

Mas, a porta da casa dos comunistas portugueses está e estará sempre aberta aos comunistas soviéticos assim como aos comunistas dos outros países, como as portas da União Soviética estão e estiveram sempre abertas, (mesmo nos tempos do fascismo) para os comunistas portugueses, para os antifascistas portugueses.

Acabamos há pouco de ouvir ler o telegrama de protesto e solidariedade enviado pelo CC do PCUS ao CC do nosso Partido. Não podemos aqui ouvir o camarada Kapitonov, secretário do CC do PCUS como estava anunciado. Não puderam os camaradas soviéticos ouvir-nos a nós e tomar contacto directo com a realidade portuguesa, com os sentimentos de amizade e solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores portugueses. Mas a notícia deste comício chegará até eles. As nossas palavras e a nossa saudação, chegarão até eles. Chegará até eles a notícia dos nossos sentimentos fraternais.

Se o fascismo, proibindo totalmente e considerando como um «crime» as relações do movimento operário português e do nosso Partido com a URSS, nunca conseguiu impedir que essas relações se mantivessem e desenvolvessem fraternalmente através dos anos, muito menos o conseguirá qualquer governo no Portugal democrático conquistado com a revolução de Abril.

1

### As relações fraternais PCP-PCUS

As relações entre o PCP e o PCUS inserem-se no amplo quadro das relações do nosso Partido com os partidos comunistas e operários e com outras forças revolucionárias dos outros países.

As forças reaccionárias colaboram por cima das fronteiras, ajudando reciprocamente na exploração e opressão dos povos respectivos, nas acções contra-revolucionárias, nas intervenções e agressões militares.

Os socialistas e social-democratas mantêm relações internacionais, coordenam posições e políticas, dividem no mapa mundo as zonas de acção e conservam inclusivamente uma organização internacional — a Internacional Socialista.

Imperialismo, forças reaccionárias, burguesia, entendem-se, coordenam as suas acções, apoiam-se contra os trabalhadores, contra as forças progressistas, contra o movimento de libertação dos povos.

Seria um verdadeiro crime se, numa tal situação, os trabalhadores, as suas organizações de classe, os seus partidos, não procurassem manter estreitas ligações de amizade, cooperação, interajuda, solidariedade recíproca.

O internacionalismo proletário fundamenta-se na identidade de interesses, aspirações e objectivos dos trabalhadores de todos os países. Inspirando-se nos princípios do internacionalismo proletário, o PCP mantém relações com 92 partidos comunistas e operários, e 24 outros partidos e organizações revolucionárias.

Em 1981 enviámos 24 delegações oficiais ao estrangeiro (incluindo a Congresso) e recebemos em Portugal 42 delegações incluindo as que vieram à Festa do «Avante!». Além disso enviámos mais 35 delegações diversas e recebemos mais 26.

O propósito do nosso Partido não é reduzir as suas relações externas mas, pelo contrário, alargá-las e reforçá-las, na bela tradição da amizade, fraternidade, cooperação e solidariedade recíproca que liga o nosso Partido aos partidos irmãos e aos trabalhadores de todos os continentes.

Os comunistas do mundo não têm nenhuma organização internacional. A internacional comunista resolveu o seu próprio desaparecimento em 1943. No movimento comunista internacional não existe nenhum centro, nem centro político, nem centro de trabalho ideológico, nem centro de propaganda. Cada partido comunista é independente e autónomo. Cada partido define os seus objectivos, a sua orientação política, a sua tática, as formas da sua acção.

Mas independência e autonomia não significam isolamento e divisão. Independência e autonomia não excluem, antes exigem a amizade, a cooperação, a solidariedade recíproca entre os partidos comunistas e operários. Pela sua parte o PCP luta consequentemente pela unidade do movimento comunista internacional e pela unidade de todas as forças anti-imperialistas.

O imperialismo e as forças reaccionárias levam a cabo uma acção sistemática (propaganda, intriga, utilização de instrumentos económicos, políticos e diplomáticos) com vista a separar, a dividir, e consequentemente a enfraquecer as forças revolucionárias do mundo.

Utilizando meios poderosos fazem pressão para empurrar os partidos comunistas a enfraquecerem os seus laços de amizade com os partidos de outros países, e em primeiro lugar, com o PCUS, porque sabem bem que a URSS é a principal fortaleza dos trabalhadores, dos povos, das forças progressistas de todo o mundo.

Todos conhecemos a insistência com que a propaganda reaccionária acompanhada pela do PS/M. Soares procura pressionar os comunistas portugueses, apresentar o exemplo (de que fazem intensa propaganda) de comunistas de tal ou tal país que já cederam à pressão da acção ideológica do inimigo de classe.

## «A União Soviética é, na ordem externa, o alvo principal da campanha das forças reaccionárias e dos seus aliados porque é, no mundo de hoje e com os outros países socialistas, o maior obstáculo aos planos de dominação mundial do imperialismo, é o aliado activo e solidário da luta dos trabalhadores e dos povos de todos os países, o mais poderoso baluarte das forças do progresso, da independência nacional, da paz e do socialismo».

Todos conhecemos como os reaccionários e os socialistas de Mário Soares dia a dia insistem para que o PCP «marque distâncias» em relação à URSS e participe dumma forma directa ou indirecta na campanha anti-soviética.

Todos conhecemos como os partidos da «AD», Mário Soares, Jaime Gama e outros dirigentes do PS colaboracionistas da «AD», os esquivaralhos de todos os matices, a imprensa fascista e reaccionária retomaram em coro contra o nosso Partido as calúnias que utilizava a propaganda fascista.

«Enfeudamento a Moscovo», «partido do estrangeiro», «soviéticos portugueses», «cavalo de Tróia dumma potência totalitária», «5.º coluna» tais são os termos que o anticomunismo dos dias de hoje utiliza, identificando-se assim inteiramente com a propaganda fascista do tempo da ditadura. Tal propaganda não intimidará porém o nosso Partido e não nos fará desviar um milímetro que seja da nossa orientação e das nossas posições.

Creio que os trabalhadores portugueses aprovam o facto de o PCP não ceder a tal pressão e manter, apesar do coro de insultos e infâmias dos seus inimigos, as relações fraternais de amizade com o PCUS cuja delegação foi impedida de entrar em Portugal e estar aqui conosco neste comício.

Consideramos da mais alta importância a unidade das forças revolucionárias do mundo actual — a URSS e países socialistas, o movimento de libertação nacional, o movimento operário dos países capitalistas, os países progressistas — e em consequência, não só mantemos relações de amizade fraternal com essas forças, como nos esforçamos diariamente para estreitá-las e desenvolvê-las.

2

### A URSS, país amigo de Portugal

A recusa dos vistos aos camaradas soviéticos é um exemplo do anticomunismo e anti-sovietismo vespigos e boçais do governo «AD».

O anticomunismo tornou-se a direcção fundamental da acção de diversão ideológica e de diversão política das forças reaccionárias e dos seus aliados do grupo de Mário Soares.

Talvez nunca, nem mesmo no tempo da ditadura fascista, se tenha assistido a tão vergonhosa campanha anticomunista, que, no plano interno, tem como alvo principal o PCP e, no plano externo, tem como alvo principal a União Soviética.

Porquê o PCP? Porquê a União Soviética?

O PCP é, na ordem interna, o alvo principal das forças reaccionárias e dos seus aliados, porque, em Portugal, o PCP é o único grande partido que se opõe de forma consequente e com determinação à política antipopular, antidemocrática e antinacional da «AD»; é o único que defende firmemente as conquistas de Abril e o regime democrático; é o único que, enraizado na classe operária e nas massas, apoia, organiza e impulsiona a luta dos trabalhadores e do povo português; é o único inteiramente fiel aos interesses do povo português e da pátria portuguesa.

A União Soviética é, na ordem externa, o alvo principal da campanha das forças reaccionárias e dos seus aliados porque a União Soviética é, no mundo de hoje e com os outros países socialistas, o maior obstáculo aos planos de dominação mundial do imperialismo, é o aliado activo e solidário da luta dos trabalhadores e dos povos de todos os países, o mais poderoso baluarte das forças do progresso, da independência nacional, da paz e do socialismo.

Bem podem as forças reaccionárias e seus aliados, que querem perpetuar a exploração e opressão capitalistas, conduzir uma campanha de desinformação acerca da União Soviética, da sua economia, do bem-estar do seu povo, da sua cultura, da sua vida social, da sua política externa.

Mas o facto histórico indelével é que na União Soviética foi abolida a exploração do homem pelo homem, uma nova vida de bem-estar material e cultural foi construída, foram alcançados êxitos históricos no domínio da ciência, da técnica, da cultura, da saúde.

Outro facto indelével é que a União Soviética, que perdeu 20 milhões de vidas na 2.ª Guerra Mundial, quer a paz e está objectiva e subjectivamente interessada na paz.

Há diferenças profundas entre a sociedade norte-americana (a sociedade mais avançada na exploração dos trabalhadores e na formação de colossais fortunas de multimilionários parasitas, a sociedade mais degradada na desigualdade social, no racismo, na corrupção, na criminalidade) e a sociedade soviética, (sociedade mais avançada na igualdade de direitos e no respeito dos direitos humanos, na preocupação suprema do poder do Estado em servir o bem do homem).

A diferença é também profunda entre a política belicista, as ameaças constantes, as ingerências, as agressões, a corrida aos armamentos e à guerra fria do governo dos Estados Unidos, agora com Reagan, e a política de paz, as propostas concretas para o desarmamento e a cooperação internacional do governo da União Soviética e do PCUS, com o seu secretário-geral, camarada Brejnev.

O povo português, os democratas, os defensores da paz, não podemos meter no mesmo suspiro saco das chamadas «duas superpotências»: os Estados Unidos que conduzem uma política

belicista e de agressão contra os povos em luta e contra países independentes e a URSS que é activamente solidária para com os trabalhadores e os povos e insiste constantemente em propostas de paz, de indiscutível oportunidade e realismo.

A campanha anti-soviética utiliza meios poderosos. Mas a verdade é que encontra cada vez menos eco no povo.

Para um número cada vez mais elevado de portugueses, o povo português e Portugal não tem quaisquer interesses opostos aos da União Soviética. Há todo o interesse (político, diplomático, económico, cultural) em desenvolver as relações de amizade de Portugal com a URSS.

Apesar da feroz campanha anti-soviética, os trabalhadores e o povo português em geral sabem que na União Soviética tem, não o perigoso inimigo que a propaganda reaccionária acusa, mas um amigo sincero desejoso de desenvolver com Portugal relações de amizade e cooperação mutuamente vantajosas.

3

### Em defesa da Paz

As forças reaccionárias fazem enorme alarido acerca de ameaças externas.

Para nós, portugueses, donde vem a ameaça? Porventura algum português sente «a ameaça russa» de que tanto fala a escória contra-revolucionária mundial que organiza em Portugal conferências sobre esse tema? Onde está «a ameaça russa»?

Não, a ameaça externa para os portugueses não vem da URSS nem dos países socialistas mas sim do imperialismo norte-americano. Vem da presença das bases militares no nosso território. Vem da disposição do governo «AD» em dar facilidades para a instalação em Portugal de armas nucleares. Vem da política externa do governo «AD» de capitulação nacional e de submissão ao imperialismo, que envenena as relações de cooperação com países amigos (designadamente os países socialistas, novos países africanos, países progressistas), que tende a reconduzir Portugal ao isolamento internacional do tempo da ditadura fascista.

Nós congratulamo-nos com o facto de que um número cada vez mais elevado de portugueses compreende donde lhe vem o perigo e participa cada vez mais activamente na luta pela Paz.

Nós daqui saudamos o povo do Porto, em nome do Comité Central do nosso Partido, pelo extraordinário êxito da Marcha da Paz no dia 16 (coincidente com a também grandiosa Marcha da Paz realizada em Lisboa no mesmo dia, em que participaram 150 000 pessoas), dando uma vibrante expressão à condenação da política da «AD» de submissão ao imperialismo norte-americano e aos profundos anseios de Paz do nosso povo.

Todos temos presente a barragem de propaganda com que a reacção e seus aliados procuraram desmobilizar a Marcha da Paz.

A Comissão Permanente do PS (15.1.82) proclamou que «nenhum democrata ou socialista, bem como nenhum homem de esquerda minimamente informado poderá caucionar ou integrar essa movimentação» e chamou à Marcha da Paz uma «realização francamente sectária», uma «operação de propaganda ao serviço da máquina de uma superpotência».

O PSD acusava a Marcha da Paz de visar «essencialmente provocar a instabilidade política e a perturbação social».

O micro PPM acusava de ser «uma clara manobra do PCP», «O Dia» falava de «epidemia pacifista», «exibições de cobardia de dejectos sociais».

«A Capital» falava de «despujadas passeatas de cariz pseudo-pacifista» de uns tantos «pacíficos».

O «Portugal Hoje» falava de «fraude grosseira» «despujorada farsa» e «caudal de carneiros» (PH, 16.1.82).

A Televisão e a Rádio deram ampla cobertura a essa campanha.

Dir-se-ia que, com tal campanha, ou as Marchas da Paz do dia 16 se não fariam, ou redundariam num fracasso completo.

Mas não foi isso que sucedeu.

Não foram «exibições de cobardia de dejectos sociais», mas afirmação de coragem de portugueses e portuguesas de todas as idades, de todas as classes sociais, de todos os quadrantes políticos.

Não foram «fraude grosseira» nem «caudal de carneiros», (conforme insulta o «Portugal Hoje») mas sincera e profunda afirmação do pensamento, da vontade, da determinação consciente de centenas de milhares de portugueses.

Não foi uma colagem à política de qualquer país estrangeiro, mas uma afirmação orgulhosa de patriotismo e de independência nacional.

Nessas manifestações grandiosas, o povo português mostrou os seus verdadeiros sentimentos, a sua condenação da política da «AD», a sua exigência de paz e segurança, a sua vontade de manter e desenvolver relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

A reacção não se limitou a fazer campanha contra as Marchas da Paz. Enviou contra elas grupos de arruaceiros com a missão de ou inserir nas Marchas palavras de ordem provocatórias ou provocar desordens e conflitos nas próprias manifestações.

Depois reaccionários da «AD» e colaboradores do PS/Mário





Impõe-se a demissão urgente do governo «AD» porque a força do poder e os recursos nacionais ao serviço da restauração dos monopólios, entrega aos capitalistas milhões e milhões de contos, bens públicos, acções do Estado, e afunda-se no abuso do poder, no nepotismo, na corrupção.

Impõe-se a demissão urgente do governo «AD», porque continua a sua obra de destruição criminosa das grandes conquistas democráticas do nosso povo, designadamente as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo de gestão.

Impõe-se a demissão urgente do governo «AD», porque está conduzindo a economia portuguesa a um verdadeiro desastre nacional, onde os défices externos e a dívida externa amarram e comprometem o desenvolvimento futuro do nosso país, o seu bem-estar e a sua independência.

Impõe-se a demissão urgente do governo «AD», porque viola diametralmente a Constituição e a legalidade democrática e provoca conflitos desestabilizadores com outros órgãos de soberania.

Impõe-se a demissão urgente do governo «AD», porque desrespeita liberdades e direitos dos cidadãos, porque anuncia um «pacote laboral» que viola interesses e direitos basilares dos trabalhadores e um «pacote local» que viola o carácter democrático das autarquias, porque recorre de forma crescente a medidas repressivas e administrativas, porque monopoliza os meios de comunicação social estatizados e designadamente a RTP e os transforma em vergonhosos instrumentos de envenenamento reaccionário da opinião pública.

Impõe-se a demissão urgente do governo «AD» porque, além da sua nefasta política corrente, procura levar a cabo um golpe de Estado através da revisão da Constituição, golpe de Estado que poderia conduzir a curto prazo à liquidação do regime democrático.

O PCP nada exagera quanto à gravidade e ao perigo da transferência para o Governo das competências militares, que actualmente cabem ao Presidente da República.

Foi ontem divulgada a notícia de que Freitas do Amaral foi encarregado de elaborar as leis de defesa nacional e as leis relativas à organização e à administração das Forças Armadas, a aprovar depois da revisão da Constituição. Trata-se visivelmente do assalto da reacção às Forças Armadas.

Por tudo isso se impõe a demissão urgente do governo «AD».

Por tudo isso, o povo português proclama: «A luta continua! «AD» para a rua!». A demissão urgente do governo «AD» é uma reclamação universal dos trabalhadores portugueses e ganha cada vez mais vastos e diversificados sectores da população.

O governo «AD» tem noção do fracasso completo da sua política, da sua própria incapacidade, do plano inclinado pelo qual faz escorregar Portugal para o desastre e da oposição crescente que ganha Portugal de lés a lés.

O governo «AD» tem medo. E como sucede muitas vezes aos medrosos fanfarrões, procura agora falar da eventualidade da sua própria demissão, não como da sua derrota, mas como de uma demissão que lhe seria altamente favorável.

Assim, Marcelo Rebelo de Sousa, secretário adjunto do Primeiro-Ministro e tido na «AD» como seu primeiro analista e futurologista descreve o que seriam as consequências da demissão do governo «AD».

Balsemão transformar-se-ia num «mártir», num «herói aglutinador de todos os sectores da AD» e assistir-se-ia na «AD» a um «fôlego aumentado e inesperado».

Magnífico, senhor futurologista.

Se assim é, o governo não tem razões para se opor à sua própria demissão e a decisão da demissão torna-se ainda mais fácil.

Quando se fala em demissão do governo «AD», deve ficar absolutamente claro que não se trata da demissão de Balsemão para que venha qualquer outro Balsemãozinho ou Balsemãozinho, mas para que a «AD» seja corrida do Poder, a Assembleia da República seja dissolvida, se forme um governo democrático respeitador da legalidade democrática e se realizem eleições gerais antecipadas, através das quais, na complexa conjuntura actual, o povo português possa, através do voto, decidir do seu futuro.

É uma solução inteiramente constitucional e legal e a única que pode assegurar uma saída democrática para a crise económica, social e política em que o governo «AD» mergulhou o País e evitar o golpe de Estado que se prepara através da revisão da Constituição.

Por tudo isso, com a classe operária, com todos os trabalhadores, com as massas populares, com as mulheres, com a juventude, continuamos e continuaremos esta batalha em defesa do Portugal de Abril.

## 6

### O golpe de Estado e o Presidente

Quando o nosso Partido trouxe o problema da revisão da Constituição para o povo, para o País, para a rua, apontando os perigos para a democracia da revisão que se estava a cozinhar em silêncio, num momento em que a «AD» e Mário Soares procuravam que a revisão se fizesse à porta fechada nos gabinetes da Assembleia da República e nos colúios dos «Estados-Maiores» dos Partidos, nem todos acreditaram na importância da atitude e da batalha do Partido Comunista.

Quando dissemos que através da revisão da Constituição e designadamente da retirada ao Presidente da República e da atribuição ao governo das competências militares, a «AD» com a colaboração de Mário Soares, preparava um autêntico golpe de Estado, houve democratas que pensaram que exagerávamos. Estado, houve democratas que, no esquema desse golpe de Estado, a «AD» tinha como um dos objectivos encostar à parede o Presidente Eanes forçando-o a aceitar ser um corta-fitas num Estado nas mãos dos liquidacionistas da democracia, ou a demitir-se, houve também democratas que pensaram que as nossas previsões não eram realistas e eram eivadas de excessivo pessimismo.

Mas o que se viu?

Viu-se que os factos e a evolução da situação confirmaram inteiramente a análise, a orientação e as previsões do PCP acerca da revisão inconstitucional da Constituição e do golpe de Estado que com ela se prepara.

Alguns acontecimentos dos últimos dias reforçaram ainda mais esta apreciação.

As declarações do porta-voz do Presidente no dia 18 acerca da eventual renúncia do general Eanes no caso de os poderes com que foi eleito por grande maioria em 7 de Dezembro de 1980 lhe serem retirados pela revisão da Constituição, confirma inteiramente todos os perigos que apontámos.

Só uma desmedida hipocrisia e farisaísmo pode levar os dirigentes da «AD» e do grupo Mário Soares no PS, a virem manifestar a sua surpresa perante a declaração vinda da Presidência acerca de tal eventualidade, quando essa eventualidade é precisamente um dos objectivos do golpe de Estado através da revisão da Constituição.

Quem duvida agora de que o PCP apontou os verdadeiros perigos da revisão da Constituição pela «AD» e preveniu e previne das suas consequências?

E isto faz lembrar uma história mil vezes contada que com utilidade se pode ainda recontar.

Numa casa estava suspensa numa trave uma machadinha. Na casa havia uma bebé. E os pais do bebé olhavam inquietos a machadinha, e comentavam: «Olha o perigo daquela machadinha. E se ela cair em cima do nosso menino?» Mas não tiraram a machadinha e ela acabou por cair como tinham provocando a morte do menino.

A revisão da Constituição que está em curso pelo acordo da «AD» com o secretário-geral do PS, é uma machada que está suspensa, não apenas sobre a cabeça do Presidente Eanes, mas sobre a cabeça dos militares de Abril, dos trabalhadores, do povo português, do regime democrático.

Que fazer?

Deixar que a machada caia? Ou tirar simplesmente a machada e salvar assim o regime democrático dos perigos iminentes que sobre ele pesam?

O nosso Partido não pode limitar-se a pôr a interrogação, tal como os pais do menino ameaçado, e dizer: «A revisão da Constituição pela «AD»/PS Mário Soares é uma machada perigosamente suspensa. E se ela cair em cima do regime democrático?»

Não, o nosso Partido não só aponta o perigo, como aponta a forma de o conjurar. E neste caso é simples. É tirar a machada suspensa, é (inteiramente no poder das instituições e da legalidade democrática) impedir a revisão inconstitucional da Constituição, é impedir o golpe de Estado, é afastar do Poder os seus autores, é dar ao povo a voz, para que o povo, em eleições democráticas, decida dos gravíssimos problemas em litígio e dos quais depende o futuro do nosso povo e da nossa pátria, a liberdade, a democracia, a Independência nacional.

## 7

### Colaboracionismo do PS sob falsa oposição

O nosso Partido constantemente insiste em que o inimigo principal é a «AD», que o grosso das forças e energias se deve concentrar para correr a «AD» do Poder, para impedir que continue a sua política de miséria, de destruição e de desastre nacional e para impedir que se concretize o plano do golpe de Estado que, através da revisão da Constituição, a «AD» propara.

Nos últimos tempos, sentindo a pressão do povo e de numerosos militantes no próprio PS à sua política de aliança com a «AD», M. Soares decidiu-se, já no Inverno, a iniciar finalmente a famosa e decantada «ofensiva de Outono».

Mário Soares, sentiu-se obrigado a proclamar a necessidade de «intensificar os ataques contra o governo» e a Comissão Permanente do PS anunciou o «reforço de uma oposição coerente, firme e fundamentada contra o governo AD e os partidos que o apoiam».

Mas palavras são palavras e actos são actos.

O que significa dizer que o governo «AD» é mau, que o PS se opõe com toda a energia ao governo «AD», se, ao mesmo tempo, se afirma que o governo «AD» tem legitimidade para governar e não deve ser demitido? Ou, quando se afirma, como fez há uma semana o «Portugal Hoje» (15.1.82), que «a solução P. Balsemão está esgotada» mas que «não há outra solução que não seja a substituição deste governo por outro governo da «AD», sem o actual Primeiro-Ministro» (é assim que diz o «PH»)?

O que significa dizer que o governo «AD» é mau, se, ao mesmo tempo M. Soares entra em acordos com a «AD», condena nos termos mais fortes a luta do nosso povo contra o governo, e recusa qualquer entendimento e qualquer acção convergente com o PCP e mesmo qualquer encontro para examinar a situação?

O que significa dizer que o governo «AD» é mau, se, ao mesmo tempo, se colabora com a «AD» em pontos essenciais como é a revisão da Constituição?

Os objectivos desta oposição em palavras, palavras e palavras a que não correspondem quaisquer actos são claros.

A súbita e falsa oposição do PS/Mário Soares ao governo «AD» tem em vista, em primeiro lugar, esconder a sua real colaboração com a «AD» em questões essenciais no divisionismo sindical, nas manobras antidemocráticas nas autarquias, na revisão da Constituição, na desestabilização do regime democrático através da alteração da situação nas Forças Armadas e da desestabilização do órgão de soberania Presidente da República.

A súbita e falsa oposição do PS/Mário Soares ao governo «AD» tem em vista, em segundo lugar, contrariar a grande movimentação de massas em curso, quebrar a magnífica unidade que nela se revela, e fazer surgir ilusões acerca do papel do PS no derrubamento da «AD» e numa alternativa democrática.

A súbita e falsa oposição do PS/Mário Soares ao governo «AD» tem em vista, em terceiro lugar, refter o rápido e massivo apoio dos trabalhadores e das massas populares à orientação do PCP.

Os factos mostram que no súbito palavreado oposicionista de Mário Soares contra a «AD» se esconde um activo colaboracionismo.

Aliás tal oposição em palavras (e mesmo assim tardia) corresponde inteiramente aos interesses da própria «AD» e ao apelo da própria «AD» para que Mário Soares cubra um pouco a face do seu colaboracionismo, a fim de poder combater com mais êxito o movimento operário e popular e o PCP.

Há tempos, por exemplo, o jornal fascista «Tempo», traduzindo esse interesse e esse apelo da reacção, escreveu (numa passagem que já temos citado, por ser altamente esclarecedora):

# Mensagem do CC do PCUS ao CC do PCP

Queridos camaradas,

Com sentimentos de profunda indignação tomamos conhecimento da decisão tomada pelo governo de Pinto Balsemão de proibir a entrada em Portugal da delegação do Partido Comunista da União Soviética para onde deveria partir em visita de amizade a convite do Comité Central do vosso Partido. Essa decisão anticomunista e anti-soviética sem precedentes, tomada em espírito de «guerra fria» está em contradição flagrante com o direito internacional e com a Acta Final de Helsínquia. Ela revela uma ligação mais estreita do actual governo português com a orientação dos Estados Unidos da América e dos seus aliados da Nato que jogam no agravamento da tensão internacional.

Nós consideramos essa decisão como um acto de vingança política impotente da «Aliança Democrática» governante em relação ao Partido Comu-

«Não se pede ao PS que colabore com o governo (diz o jornal fascista «Tempo») e, pelo contrário, pede-se-lhe que critique violentamente o governo. Mas sempre na previsão correcta (diz o «Tempo») de que até 1984, até as eleições gerais legislativas, o governo estará nas mãos da AD. O que distingue a oposição do PS, por mais agressiva que seja, da oposição do PC, será este sentido da responsabilidade, este sentido democrático segundo o qual a alternância no poder só se obtém nos prazos legislativos constitucionais (...) Dai que notícias (...) segundo as quais o PS vai «virar» mais à esquerda, tenham sido acolhidas com um suspiro de alívio» (da reacção, claro está).

Al está a oposição à «AD» do PS/Mário Soares ao apelo da própria «AD».

Se querem desmentir esta acusação é fácil.

Se estão contra o governo «AD», apoiem, em vez de hostilizarem, as lutas dos trabalhadores e das massas populares contra o governo «AD» e pela sua demissão, defendam, em vez de declararem extraordinariamente perigosa, a demissão do governo pelo Presidente da República.

No que respeita à revisão da Constituição, temos de insistir em dois aspectos. O primeiro é que a «AD» sozinha não está em condições de modificar nem uma só palavra da Constituição, porque não tem na Assembleia da República os dois terços de votos necessários.

O segundo é que Mário Soares está aliado à «AD» para que através da revisão da Constituição esta obtenha para o governo as competências militares que hoje pertencem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, se aposse do controlo das Forças Armadas e obtenha assim o instrumento de força para impor a destruição completa do regime democrático.

Com tal atitude, o PS e o seu secretário-geral chamam a si perante o povo português pesadas responsabilidades na evolução da situação política.

Porque a transferência para o governo «AD» das competências militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução, juntamente com outras alterações da Constituição acordadas entre a «AD» e Mário Soares (como a prática impossibilidade de o Presidente da República demitir o governo e a composição dominada pela «AD» de um Tribunal Constitucional) constituem um verdadeiro golpe de Estado.

E é por isso que o PCP insiste em que a demissão do governo, a dissolução da Assembleia e a realização de eleições antecipadas se devem fazer antes da revisão da Constituição.

Não é para «impedir» ou «bloquear» a revisão da Constituição, como afirmam os detractores da orientação e da actividade do PCP. Mas para que a revisão da Constituição seja constitucional, legal e legítima. Para que o regime democrático não seja destruído mas sim defendido, assegurado e continuado, correspondendo aos interesses, aos sentimentos, às aspirações, à vontade da maioria esmagadora do povo português.

## 8

### A democracia tem força bastante

Só a subestimação dos perigos, hesitações, falta de determinação, poderão permitir que a «AD» continue a agravar mais e mais as condições de vida do povo, continue a agravar mais e mais até a um desastre nacional a situação económica do País, continue a destruir mais e mais até à liquidação as conquistas democráticas e leve a cabo o seu plano subversivo e golpista através da revisão da Constituição.

A democracia tem força bastante, mais que bastante, para cortar o passo à «AD» contra-revolucionária e impor uma saída legal e democrática para a crise.

A democracia tem o funcionamento das instituições e dos órgãos de soberania com plena competência, capacidade e possibilidade para fazê-lo.

A democracia tem, como tudo indica, Forças Armadas com que a «AD» não pode contar para qualquer golpe (e por isso a «AD» procura ganhar para o governo as chélias e as competências militares para modificar radicalmente a situação) e que se mantêm, globalmente, numa posição respeitadora do regime democrático.

A democracia tem indiscutivelmente (como bem mostram o isolamento crescente da «AD», a restrição visível da sua base de apoio e a vastíssima, entusiástica e vigorosa movimentação nacional de massas) um apoio social, político e eleitoral para uma tal solução.

O que se tem passado nas eleições parciais para as autarquias? Quanto ao apoio eleitoral, em resumo pode dizer-se: a «AD» desce, o PS desce e a APU sobe e sobe bem.

A aliança do PS com a «AD» nas autarquias mostrou já o que vale.

Em Évora atiraram abaixo a Câmara APU e promoveram novas eleições com o fim de tirarem a APU e ao PCP a maioria. E afinal como resultado das novas eleições, a APU passou de maioria relativa para maioria absoluta.

Em Loures repeliram a operação. Mário Soares andou por lá a fazer campanha. E afinal a APU passou de 35 para 45% dos votos reforçando a sua posição.

E aqui no Porto, em Miragaia? Primeiro em 1976, tivemos o PS. Depois, em 1979, tal como quando o governo do PS, do PS passou-se para a «AD». E em 1981? Em 1981 foi a APU que ganhou, mostrando-se o sentido da evolução política em Portugal.

Agora, novamente temos eleições em Sto. Ildefonso. E também em Fiães, no distrito de Aveiro.

Vamos ao trabalho, camaradas, para confirmar, nas eleições em Sto. Ildefonso e de Fiães, a quebra da «AD» e a subida da APU, renovando a confiança crescente dos eleitos no PCP e nos seus aliados.

A «AD» e seus aliados poderiam fazer muito barulho se tais medidas (designadamente a demissão do governo e eleições antecipadas) fossem tomadas. Mas actualmente a «AD» não está em condições de fazer ante tais medidas mais do que barulho.

A estabilidade democrática seria assegurada e a crise seria segura e pacificamente ultrapassada.

Dispondo da televisão, da rádio e de numerosos jornais, monopolizando os meios de comunicação social estatizados, dando a voz a Ministros e mais Ministros, a Secretários de Estado e mais Secretários de Estado, a dirigentes e mais dirigentes da «AD», a fantoches e mais fantoches da UGT, a Mário Soares, Gama e outros colaboracionistas (que no seu anticomunismo aparecem muitas vezes como porta-vozes, não tanto do PS, mas de toda a direita, incluindo do PSD e do CDS — pelo que recebem os entusiásticos elogios dos porta-vozes oficiais do governo) e desenvolvendo uma campanha de calúnias contra o PCP, a CGTP e outras organizações de classe, e não dando acesso e possibilidade de resposta — a reacção procura inculcar a ideia de que todo o País está com ela, com a sua política, com a revisão da Constituição que pretende.

A verdade é que os meios de Comunicação Social nas mãos da «AD» constituem uma fraude e uma burla monumental.

nista Português que constitui a força principal na luta em defesa das conquistas fundamentais da Revolução de Abril de 1974, que mantém posições internacionalistas e de classe e que se pronuncia coerentemente pela amizade com a União Soviética e o P.C.U.S..

Asseguramo-vos, queridos camaradas, que o Partido Comunista Português, a classe operária, todos os trabalhadores de Portugal podem continuar a contar com a solidariedade e o apoio internacionalista do P.C.U.S., de todo o povo soviético.

Viva a amizade fraternal inquebrantável entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista Português.

Com saudações comunistas.

Comité Central do Partido Comunista da União Soviética

A voz da RTP é com frequência a voz da contra-revolução e dos seus aliados. Mas não é a voz do povo português.

A voz do povo português ergue-se hoje, não nos órgãos de Comunicação Social do Estado, onde o povo não tem acesso, mas nas lutas maçãs e heróicas que está travando.

Nas greves que daqui saudamos e que constituem um dos momentos altos de toda a história na luta de classe dos trabalhadores portugueses.

Nas manifestações que adquirem uma grandeza, uma vastidão, um apelo, na unidade que as tornam profundamente representativas da vontade do povo.

Nas mais variadas formas de luta de massas em que participam em cada dia centenas de milhares de portugueses.

As greves e movimentos de massas são hoje um dos factores essenciais da situação social e política portuguesa e a mais fiel expressão dos sentimentos, aspirações e objectivos do povo português.

Se há quem duvide, realizem-se eleições democráticas e logo se verá.

As lutas da classe operária, dos trabalhadores, das mais diversas camadas sociais e sectores da população, fazem tremor os alicerces da «AD» e do seu frágil poder que assenta na ilegalidade e no abuso e usurpação do Poder.

Compreende-se o ódio da «AD», e dos seus aliados, às greves e outras lutas de massas.

E compreende-se também que revelem a este respeito o seu ideário fascista que já não conseguem encobrir (ou nem sequer pretender encobrir) atrás duma demagogia pseudodemocrática.

No tempo da ditadura, o que dizem os fascistas acerca das greves?

A «Cartilha do Corporativismo» (1940) publicada pelo partido fascista, a União Nacional, proclamava que «as greves, em vez de terem causas económicas, passaram a ser determinadas por motivos de ordem política, tornando-se manifestações de agitação revolucionária».

Marcelo Caetano afirmava que «a greve deixou de ser um instrumento de defesa dos trabalhadores para se tornar um instrumento político capaz de pôr em perigo interesses fundamentais duma sociedade» (Alçada Batista, conversas com Marcelo Caetano 1973, p. 99).

E sempre que havia greves, lá vinha a PIDE, lá vinha o governo, lá vinha a rádio, lá vinha a televisão, lá vinham os jornais, dizer que as greves eram a instrumentalização dos trabalhadores pelo PCP.

Isto diziam os fascistas no tempo da ditadura. Isto dizem hoje a «AD», os seus aliados e propagandistas.

Vontade não falta à «AD» de proibir o direito da greve. Se ainda o não fez, é porque não teve força para isso.

Vontade não falta à «AD» de limitar radicalmente e mesmo liquidar os outros direitos e liberdades democráticas. Se ainda o não fez é porque não teve força para isso.

Mas os portugueses continuam a viver em democracia e a gozar de direitos e liberdades que a Constituição lhes confere, entre os quais o direito a falarem, a organizarem-se, a reunirem-se, a manifestarem-se, a fazerem greve.

O PCP saúda calorosamente os trabalhadores em luta.

O PCP saúda os trabalhadores dos transportes que hoje mesmo estão em greve e se mantêm fortemente unidos apesar da grandeza dos recursos (pagos pelos fundos públicos) mobilizados pelo governo «AD», apesar das pressões e intimidações, apesar da indigna contratação de «amarelos».

O CC do nosso Partido saúda os trabalhadores do distrito do Porto pelas suas firmes e corajosas lutas, já aqui referidas neste comício.

Os trabalhadores podem contar, em todas as circunstâncias, com o apoio activo do PCP.

A «AD» e seus aliados têm medo dos trabalhadores, têm medo das massas populares.

Querem refter e impedir as greves e as outras lutas de massas.

Mas as greves vão continuar.

As lutas vão continuar.

Porque é necessário correr a «AD» do Governo e só a luta do povo poderá conseguir tal objectivo.

O PCP apela inteiramente a paralisar a sessão geral do dia 12 de Fevereiro, decidida pelo movimento sindical no grandioso Plenário do dia 15 passado em que participaram 231 organizações sindicais (33 das quais não filiadas na CGTP-IN) representando 2 milhões de trabalhadores.

É necessário empenhar todas as energias para que sejam um grande sucesso. E certamente o será.

A poderosa movimentação de massas tem um carácter amplamente unitário.

Quando a propaganda anticomunista proclama aos quatro ventos que estas poderosas acções são acções do PCP, falta naturalmente à verdade.

Apesar da guerra que lhes fazem a «AD» e o PS/Mário Soares, nelas participam homens, mulheres, jovens de todas as tendências políticas, unidos em objectivos comuns que correspondem aos interesses vitais de todo o povo, de todo o País.

Mas o nosso Partido não enjota a sua intervenção nas grandes batalhas sociais e políticas actualmente em curso.

Não enjota o seu papel altamente responsável na situação política actual.

Não enjota o firme e inabalável apoio que dá aos trabalhadores, ao povo em luta, nem esconde que os trabalhadores, o povo em luta, dão ao Partido um apoio crescente, porque, em no PCP o único grande partido que defende consequentemente a classe operária, os trabalhadores, os interesses populares e nacionais, que combate consequentemente a «AD», que empenha as suas capacidades e energias para que a reacção seja derrotada e para que Portugal retome o caminho de Abril, para o bem-estar material e cultural dos portugueses, para que o povo português viva sempre em liberdade, para que a independência nacional seja assegurada.

Virá o dia em que se tornará claro para a maioria dos portugueses que a solução dos problemas nacionais só com os trabalhadores e com os comunistas poderá ser alcançada e que uma alternativa democrática, não será apenas com os comunistas, mas será certamente também com os comunistas.

A luta continua e continuará. O povo não capitula. A contra-revolução será derrotada. Portugal de Abril vencerá!

Termino aqui a minha intervenção neste comício de amizade do PCP com o PCUS.

Pena foi que os camaradas soviéticos não pudessem assistir a ele. Além do mais seria um contacto directo com a realidade portuguesa e a realidade do nosso Partido.

Mas far-lhe-emos chegar as saudações, as prendas que aqui forem entregues e a notícia deste nosso comício.

A estúpida recusa dos vistos e a política externa da «AD» que explica essa recusa prejudicam certamente as relações externas de Portugal, com grave dano para o nosso país.

Mas nada modifica nas relações de estreita amizade existente entre o PCP e o PCUS, entre o povo português e o povo soviético.

Pelo contrário: mais reforçará ainda a nossa solidariedade recíproca.

Viva a amizade entre o PCP e o PCUS, entre o povo português e o povo soviético!

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas! Viva Portugal de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!



PCP

# Comunistas do Algarve definem tarefas para reforçar a acção e a organização

A reunião do plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) do PCP realizada no último domingo atingiu três objectivos principais: aprovou o plano de actividades do Partido no Algarve para este ano de 1982; aprovou um importante documento sobre a situação política nacional e os problemas regionais; por último, definiu e aprovou a futura composição do plenário da DORAL como amplo órgão de direcção política do PCP na região do Algarve. Também participaram nos trabalhos da reunião os camaradas José Vitoriano e Carlos Brito, membros da Comissão Política do Comité Central e deputados na Assembleia da República.

O plano de acção para 82, elaborado pela DORAL, pretende ser um instrumento de trabalho que possibilite combater a rotina e o praticismo. A DORAL salienta, entretanto, que "este plano e aqueles que os concelhos vierem a elaborar têm necessariamente de ser vistos à luz do evoluir da situação política, sofrendo de acordo com isso, as necessárias adaptações".

No plano da organização, apontam-se como tarefas importantes:

• Aprofundar nos primeiros meses do ano a discussão e a tomada de medidas que permitam aprofundar a estruturação da organização do Partido, de maneira a melhorar a composição dos executivos das Comissões Concelhias e a sua ligação à restante organização do Partido, tendo particularmente em atenção as células de empresa, e os organismos intermédios aos mais diversos níveis.

É igualmente importante conseguirmos no primeiro tri-

• No plano da organização do nosso trabalho de direcção é de dar uma grande atenção ao funcionamento dos organismos que acompanham o trabalho dos nossos eleitos, bem como à criação de estruturas que aos mais diversos níveis comecem desde já a acompanhar a direcção do trabalho eleitoral.

• As Assembleias de Organização, previstas em várias organizações, deveriam em princípio, estar concluídas até ao fim do 1.º trimestre.

• No plano dos Centros de Trabalho, trabalhar para que em Loulé se consiga concretizar a construção do Centro, apontando-se o final do 1.º semestre para, pelo menos, estar concluída a primeira fase do CT de Messines.

• Discutir desde já novas metas que permitam elevar, substancialmente, concelho a concelho, a venda do "Avante!" e de "O Militante".

• Criar logo após o Plenário de Quadros de Fevereiro, uma estrutura que, no Plano Regional, assegure desde já, a preparação do trabalho eleitoral.

• Trabalhar para reforçar algumas das estruturas já existentes para o acompanhamento do trabalho das frentes, a nível regional.

No mesmo sentido deve trabalhar-se para a criação de um prazo, de um organismo de coordenação para a frente dos reformados. (...)

• Melhorar a discussão e acompanhamento dos quadros do Partido a todos os níveis. Estudar a possibilidade da realização do Sotavento e Barlavento, de cursos de quadros em fins de semana.

No plano da acção, do Partido, depois de salientar o papel dos trabalhadores comunistas nas grandes jornadas de luta que se aproximam (greve geral, semana nacional de luta da lavoura em Fevereiro, etc.) e nas comemorações do 8 de Março, 2 de Abril, 25 de Abril e 1 de Junho por um lado, e dos aniversários do Partido e do "Avante!" e também o 7 de Novembro, por outro, o documento da DORAL sublinha:

• Dar atenção adequada à preparação da reunião de quadros de 14 de Fevereiro.

Outra reunião Distrital de Quadros deve ser realizada em meados de Setembro, exclusivamente dedicada à Campanha Eleitoral para as autarquias.

Esta reunião, quer quanto à data, quer quanto aos objectivos está intimamente associada ao evoluir da situação política.

• Aproveitamento mais generalizado de toda a Costa para que no Verão se pudessem tirar maior partido e forma mais generalizada da concentração de pessoas que ali se encontram para se promover Festas e outras acções de propaganda no Plano do Partido e da APU.

Nesse sentido deve considerar-se a possibilidade de, este ano, se vir a realizar a Festa de Portimão em novos moldes podendo contar com a participação das organizações de Silves Monchique, Lagos e Lagos (sem prejuízo de aqui se continuar a fazer a Festa de Verão que se iniciou o passado ano), ou ainda prevendo a associação a este projecto da organização de Lisboa.

Trabalhar na realização de Festas ou outras grandes acções de propaganda durante o Verão, tendo em vista os concelhos com mais possibilidades eleitorais. Ex: Acampamento em V. Bispo, na freguesia de Sagres, considerando ainda estas ou outras iniciativas em Lagos, Algezur, Silves, Faro entre outras.

V. Real de S. António deveria ter um tratamento especial com iniciativas no Verão e em todo o período de pré-campanha.

• Trabalhar para a organização de um debate em Portimão sobre o Acordo de Pesca com os espanhóis e as suas incidências na economia da região.

Neste plano considerar ainda a organização de deba-

tes sobre a CEE e as Incidências da adesão de Portugal para os sectores das Pescas e Agricultura em locais a considerar.

• No trabalho ideológico dar uma maior atenção à formação dos quadros através da organização de debates ou reuniões onde se discutisse, entre outros, temas como: revisão constitucional, Movimento Comunista Internacional, papel da imprensa e da informação, etc.

Elevação do nível político das reuniões do Partido.

• Iniciar desde já a preparação da nossa presença na Festa do "Avante!"

No que respeita às festas regionais do Partido preparar igualmente a nossa participação nas Festas de Santarém e Braga.

Depois de referir as questões essenciais do trabalho e da acção unitária, a DORAL destaca um conjunto importante de tarefas no plano financeiro e no plano da propaganda:

• Trabalhar para o reequilíbrio das finanças distritais do

Partido, designadamente através de: campanha para aumento do valor das cotizações, aproveitando a entrega dos novos cartões; aumentar significativamente o número de membros do Partido a pagar regularmente a sua cota; promover uma rifa distrital no primeiro semestre do ano em curso; planejar uma campanha de fundos para cobrir as despesas eleitorais, logo a seguir a Agosto; trabalhar para melhorar os vários aspectos do trabalho desta frente de maneira a que as organizações prestem de forma mais pronta e correcta a sua prestação de contas; reforçar a composição da Comissão Distrital de Fundos.

Responsabilizando em cada organismo do Partido um camarada por esta tarefa; apontar para a formação de Comissões de Fundos em cada organização concelhia; marcar ao longo do ano a realização de vários plenários concelhios e de um Plenário Distrital para discutir o problema dos Fundos do Partido; encarar um plano de abordagens tendo em vista o Aniversário do Partido.

São ainda de considerar melhor organização das habituais campanhas de fim de ano, devendo igualmente encerrar-se, pela Páscoa, a execução do habitual cabaz à semelhança do que se faz pelo Natal.

• Melhorar significativamente a presença da propaganda do Partido junto da população, com a distribuição de forma mais sistemática e generalizada da nossa propaganda em locais de grande concentração de pessoal bem como através de bancas de rua.

A presença nas feiras deve continuar a dar-se grande atenção melhorando a nossa presença que, no ano findo, já apresentou francas melhorias em alguns sectores.

• Trabalhar para que o Partido, através de documentos próprios das diversas organizações, possa responder melhor e mais prontamente aos vários problemas da vida política do distrito. Aproveitar da forma mais generalizada e constante toda a imprensa, nacional e regional para divulgar as nossas posições.



Carlos Brito em Tavira, na inauguração de importantes obras de restauro no CT do PCP

## Actividades em Tavira com Carlos Brito

Na sua qualidade de deputado, eleito pelo distrito de Faro, Carlos Brito visitou, durante toda a manhã do passado sábado, um conjunto de explorações agrícolas no concelho de Tavira, discutindo e informando-se junto dos agricultores, da natureza dos problemas com que estes se defrontam no momento.

Destas visitas e reuniões ressaltaram entre outros aspectos as preocupações que continuam a permanecer sobre os problemas da falta de água, visto que as chuvas que caíram não foram suficientes para recuperar os efeitos da prolongada seca e os atrasos que se verificam na construção das barragens, deixa antever que os problemas estão longe de estar resolvidos.

A falta de apoio técnico, o encarecimento dos factores de produção, o crédito inexistente ou de difícil acesso, são outras preocupações expressas por agricultores que

realizaram já, à sua custa, importantes obras de reconversão das suas explorações agrícolas, tendo em vista aproveitar melhor as excepcionais aptidões do solo agrícola e do clima.

Com outra política, que apoiasse e incentivasse os agricultores no fomento de novas culturas, esta região poderia elevar substancialmente os níveis de produção de horto-frutícolas de excepional qualidade, bem como da produção de frutos subtropicais variados.

### CT do Partido

Carlos Brito inaugurou as importantes obras de restauro produzidas no Centro de Trabalho de Tavira, participando no animado convívio no qual estiveram cerca de uma centena de camaradas, simpatizantes e amigos do PCP.

Na sua intervenção, referiu-se ao papel que os nossos CT's têm na vida do Par-

tido, como contributo para alargar a influência política e de massas do PCP. Nesse aspecto, valorizou o esforço feito pelos camaradas da organização de Tavira já que assim contribuíram para, num ano de eleições autárquicas, dotar o Partido de maiores possibilidades de intervenção na vida e na acção política do concelho.

Carlos Brito referiu-se ainda à revisão da Constituição, denunciando os perigos que advêm da diminuição dos poderes do Presidente da República, salientando o papel que nesse sentido Mário Soares tem assumido em coíñlio com a "AD".

Por último destacou a importância da desenvolvimento da luta de massas, salientando a importância da acção dos trabalhadores comunistas ter em todo o lado de assumir, com grande preocupação, a preparação da greve nacional de 24 horas prevista para 12 de Fevereiro.

## Autarquias de Aveiro

### • Encontro do PCP

A Comissão Distrital de Aveiro do Partido Comunista Português promove um Encontro Distrital do Partido sobre as Autarquias Locais, no próximo dia 7 de Fevereiro, às 14 e 30, na Escola Secundária de Oliveira de Azeméis.

Com esta iniciativa, aquele organismo do Partido procura desde já definir objectivos relativamente às eleições autárquicas do final do corrente ano e travar uma ampla discussão em torno da constituição de listas capazes de garantir um maior número de eleitos pela APU e que permitam uma ainda melhor intervenção dos comunistas na defesa dos interesses das populações do distrito.

## Vialonga

Informa-nos a Comissão de Freguesia de Vialonga do PCP que estão marcadas para os próximos dias as seguintes iniciativas: amanhã, plenários para militantes e simpatizantes em todas as Comissões Locais, a partir das 21 e 30; dia 31 — plenário de mulheres comunistas (aberto a todas as mulheres interessadas), às 15 horas, no CT de Vialonga; dia 5 de Fevereiro — plenário de Organização, às 21 horas, no mesmo CT; dia 6 de Fevereiro — sessão de esclarecimento com o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central, na Casa do Povo de Vialonga, com início às 21 e 30. Será abordada a situação política nacional e internacional.

## Concelho de Oeiras

Amanhã, no Centro de Trabalho de Algés, haverá um plenário concelho (Oeiras) de militantes comunistas, com início às 21 horas. No sábado, além de um plenário para camaradas da localidade de Paço d'Arcos, a realizar no CT de S. Amaro de Oeiras, decorrerá uma jornada de convívio no CT da Tercena para entrega dos novos cartões do Partido (biénio 82/83).

## Iniciativas no concelho de Almada

Reunida no último domingo, a Comissão Concelhia de Almada analisou o actual momento político, a situação social no país e no concelho e também aspectos da actualidade internacional. Os camaradas da Concelhia determinaram-se algumas questões ligadas à política de fundos do Partido e à preparação da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. Destaque especial foi dado ao funcionamento dos trabalhos dessa importante realização dos comunistas almadenses.

Recorda-se que a 3.ª Assembleia decorrerá no dia 7 de Março, no salão-ginásio da Sociedade Filarmónica União Artística Píedense (SFUAP), prestígio colectividade da margem sul.

Das actividades do Partido no concelho (tema igualmente

abordado na reunião) até à realização da Assembleia, salientam-se, por exemplo: hoje — plenário da zona do Pombal (Piedade) para entrega de cartões; amanhã, assembleia também para entrega de cartões em Almada e assembleia no Laranjeiro para debate preparatório da Assembleia Concelhia — eleição de delegados e convidados; sábado — assembleia de célula da Rodoviária Nacional (eleição do organismo de direcção); plenário da zona da Romeira/Mutela (Piedade) para entrega de cartões; assembleias com objectivo idêntico no sector do Ensino e nos Textéis; domingo — assembleia para os comunistas da F. Pública; dia 1 de Fevereiro — plenário de reformados na Piedade; dia 2 — reunião da Comissão Concelhia alargada a quadros (21 e 30); dia 4 — assembleia dos SMAS.

## Vale-Figueira

Reforçar a organização, aumentar as vendas e a divulgação do "Avante!" e de "O Militante", recrutar novos militantes, encarar com dinamismo a possibilidade dum Centro de Trabalho para a organização e reforçar os fundos financeiros do Partido, nomeadamente com os aumentos das quotizações — estas algumas das medidas apontadas na 1.ª Assembleia da Organização Local de Vale-Figueira (Almada), que se realizou há dias, com a participação de cerca de 60 camaradas.

Depois de analisado e debatido o relatório de actividades, foi

eleita a nova Comissão Local do PCP (13 camaradas, dos quais 9 são mulheres). A constituição deste organismo foi aprovada por maioria, com um voto contra.

Em seguida foram eleitos por unanimidade os 8 delegados e 5 convidados que representarão a organização de Vale-Figueira na 3.ª Assembleia da Concelhia de Almada.

Os camaradas José Catalino, membro da Comissão Concelhia de Almada, e Gilberto Silva, responsável da organização local, estiveram presentes na 1.ª Assembleia dos comunistas de Vale-Figueira.

## Costa da Caparica Uma Assembleia combativa

Com a participação de 50 camaradas, realizou-se no último sábado, dia 23, a 3.ª Assembleia da Organização do PCP da Costa da Caparica, concelho de Almada. Diversas questões relacionadas com a vida do Partido e com a situação social da localidade motivaram as onze comunicações feitas durante os trabalhos. Destaque especial foi dado aos fundos do Partido, problemas dos pescadores e autarquias.

O relatório apresentado foi debatido e aprovado pelos camaradas presentes, o que, a par das referidas intervenções, salienta as potencialidades e perspectivas da organização para o trabalho futuro, nomeadamente para alterar a situação que actualmente se vive na Junta de Freguesia: maioria "AD", à qual o PS se tem, em certa forma, aliado, abstando-se nas propostas feitas pela APU.

A 3.ª Assembleia dos co-

munistas da Costa da Caparica elegeu a nova Comissão de Freguesia, que passa a ser constituída por 22 camaradas. Foram igualmente eleitos os delegados e convidados à Assembleia Concelhia de Almada. Após uma aplaudida intervenção do camarada José Martins Vieira (membro suplente do CC e presidente da Câmara Municipal de Almada) foram entregues os cartões do Partido para o biénio 82/83.

A Assembleia contou também com a participação do camarada Augusto Flor, que falou sobre a necessidade de reforço do PCP e sobre a importância do Partido na vila, na luta e na acção dos trabalhadores portugueses, referindo-se em particular à zona da Costa da Caparica.

Os presentes aprovaram uma moção de apoio à jornada de luta que decorrerá a nível nacional, em 12 de Fevereiro, por iniciativa do movimento sindical unitário.

## Feijó

Constituiu um assinalável êxito no trabalho do Partido a realização da Assembleia da Organização Local do Feijó, no passado dia 22. Estiveram presentes 46 camaradas, que debateram a situação política e social, fizeram o balanço da actividade em 1981 e, finalmente, entregaram-se os novos cartões do Partido.

Dos 46 camaradas presentes, 33 decidiram aumentar a sua quotização.

Uma das questões abordadas na reunião foi a necessidade de criação de uma Comissão pró-Centro de Trabalho. O actual, além de insuficiente quanto a espaço e estruturas, está mal localizado.

## Concelhia de Tomar

### «Dinamizar a vida do Partido»

Está marcada para dia 13 de Fevereiro a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Tomar, cujos trabalhos preparatórios decorrem com êxito e num ambiente de viva participação dos militantes comunistas. No dia 21 do Novembro de 1981 realizou-se a 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Paialvo, uma etapa importante

da referida actividade preparatória.

Salienta a Comissão Concelhia do PCP de Tomar que são objectivos da Assembleia Concelhia: "fazer o balanço da actividade do Partido no concelho desde 1974, dos nossos erros e insuficiências, mas também do que de positivo se fez; definir os objectivos para o trabalho, tanto

no plano político, como no plano organizativo e eleger a nova Comissão Concelhia". Acrescentam os camaradas de Tomar: "Tem igualmente como objectivo e talvez o mais importante — dinamizar toda a vida do Partido a partir da fase de preparação da Assembleia e para além dela. Já se realizaram várias reuniões de células e outros organismos e outras estão programadas."

## Os perigos de poluição radioactiva do Douro

### • Apelo dos comunistas transmontanos

"A construção da Central de Sayago e o aproveitamento da Central de Sória (em afluente do rio Douro) para o fabrico de armas nucleares levantam as mais legítimas preocupações da população transmontana quanto aos riscos que as descargas radioactivas possam trazer ao equilíbrio ecológico da região", alerta a DORT (Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes) do PCP, que reuniu em plenário no passado dia 10. O alerta é dado no documento-síntese com as conclusões da sua reunião.

Acrescentam os comunistas transmontanos:

"O silêncio cúmplice no caso de Sória; a atitude colaborante no caso da Central de Sayago; a ausência de firme posição que demovesse o Governo espanhol de levar por diante tais planos; a falta de informação às populações sobre os acordos estabelecidos — faz cair sobre a "AD" e o seu Governo Balsemão todo o peso da responsabilidade pela segurança das populações das regiões ribeirinhas do Rio Douro."

Depois de referir que, "no seguimento do requerimento já feito pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, vem mais uma

vez reafirmar a sua condenação dos projectos de Sayago e de Sória e exigir do Governo português todas as medidas necessárias à salvaguarda dos interesses e da segurança do povo do Douro, bem como o conhecimento público dos acordos já firmados com o governo espanhol", a DORT do PCP apela "a todas as autarquias, organizações sócio-profissionais, colectividades, forças políticas e outros corpos sociais para que manifestem o seu repúdio pela insensibilidade governamental perante tão grave problema e reclamem dos órgãos de soberania as necessárias à defesa da região".

## A 3.ª Assembleia da célula da Petrogal/Porto

Reuniu no passado sábado, com a presença de algumas dezenas de camaradas e amigos do Partido, a 3.ª Assembleia da célula da Petrogal/Porto.

Foram analisados vários aspectos da vida do organismo, nomeadamente em relação ao trabalho de fundos, recrutamento, informação e propaganda. Foi decidida a criação de um boletim de célula.

Os camaradas da Petrogal debateram a acção das estruturas dos trabalhadores e a defesa da nacionalização: "hoje é bem visível a todos os trabalhadores a acção das suas organizações de classe na defesa da empresa". Denunciou-se o "assalto do Governo AD" contra a Petrogal, "que tudo fez para a sua desarticulação", na mira de a "colocar de novo ao serviço do capital financeiro".

Foram também temas ampla-

mente discutidos na Assembleia: as eleições para a Comissão Central de Trabalhadores, sub-Comissões e delegados sindicais (eleições essas que se aproximam), o controlo de gestão nos seus aspectos mais importantes, as arbitrariedades contra a lei das CT's, o impedimento por parte do Governo da entrada em funções do gestor democraticamente eleito pelos trabalhadores, a utilização pela gerência de sistemas repressi-

vos tradicionais e sofisticados, a proliferação dos contratos a prazo. O empenho dos trabalhadores comunistas da Petrogal na preparação da jornada nacional de luta de 12 de Fevereiro foi abordado e entusiasticamente discutido.

"A camarada Rosa Dias, do Comité Central do PCP e do Executivo da DORP, participou nos trabalhos da Assembleia, na qual foi eleito o secretário de célula.

## Sessão em Coimbra

O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, participa numa sessão de esclarecimento a realizar amanhã no Rancho de Coimbra, a partir das 21 e 30. A iniciativa é promovida pela Comissão Concelhia do Partido.







## Terra

# Contra a sabotagem dos agrários desempregados apanham azeitona abandonada

## • Distrito de Évora: breve balanço da situação na Reforma Agrária

Numa acção inqualificável os agrários voltaram este ano a cometer mais um atentado contra a economia nacional deixando por colher só no distrito de Évora cerca de 400 toneladas de azeitona. Passada que foi a altura própria para a apanhar, uma imagem desoladora ficou em muitas herdades do Alentejo: o chão pejado de azeitona, mirrada, já com pouco mais que o caroço. Aproveitada em devido tempo, teria dado para fazer muitos milhares de litros de azeite. Não o foi e, entretanto acaba de apodrecer, o preço do azeite sobe venenosamente atingindo valores incomportáveis para muitas bolsas.

Isto mesmo pôde o "Avante!" constatar numa breve visita a três herdades perto de Évora, no decorrer da qual fomos acompanhados por um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito. É dessa deslocação, do que pudemos observar e da conversa que tivemos com Mário da Silva, Presidente do Sindicato e Custódio Inglês, também da direcção, que a seguir damos conta.

Perspicaz e atento, Mário mostra-se disponível para nos prestar todos os esclarecimentos. "Este caso flagrante de sabotagem económica teria dado um prejuízo ainda maior ao país se não fosse a acção dos trabalhadores no desemprego que procuraram recuperar alguma azeitona, conseguindo apanhar a tempo alguns milhares de quilos que de outra forma estavam irremediavelmente condenados", diz-nos o dirigente sindical.

Das suas palavras sobressaem com vigor a coragem e a confiança próprias dos obreiros da Reforma Agrária. Explica-nos depois o que leva os agrários a terem tal procedimento. Em sua opinião existem três razões para tal atitude.

### Sabotagem dos agrários

Num primeiro caso, o agrário não apanha rigorosamente uma azeitona, como se verificou na herdade da Pêgora, do agrário Barata Freixo, que numa área de 30 hectares de olival deixou por apanhar cerca de 8 mil quilos. Neste tipo de situação, por completa incapacidade, por inércia ou desinteresse em investir, os agrários limitam-se, tal como faziam antes do 25 de Abril, em

retirar chorudos rendimentos da exploração do sobredo e de uma ou outra vacaria, com pouco ou nenhum trabalho e evitando mão-de-obra que, nas novas condições, exige o cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho.

Num segundo caso, como

**A verdade é esta: das terras que o governo roubou às UCP e cooperativas do distrito de Évora, 84,5% foram para os grandes agrários; 9% para indivíduos que são ourives, talhantes, sapateiros, peixeiros, etc.; 6,3% para pequenos e médios camponeses; e apenas 0,2% para trabalhadores rurais!**

aconteceu na herdade da Chamimé, em Évora, do agrário Carreço Simões, tendo em vista a maximização do lucro, visto é obter o maior rendimento com um mínimo de despesas, os agrários contratam um número reduzido de trabalhadores que depois de varejar apanham apenas a azeitona que cal nos panos, abandonando quer a que já se encontrava no chão, quer a que sai fora dos panos.

Nos três casos, a azeitona é subaproveitada dado que o agrário a entrega de empreitada a outrem que, por sua vez, só apanha "o melhor". Ou seja: no menor tempo e com o mínimo de pessoal apanha a azeitona nos locais onde ela está mais concentrada e em maior quantidade.

Eis, pois, as principais razões que levam os agrários a ter tal

comportamento. Outro aliás não seria de esperar.

### Governo é cúmplice

Mas que dizer de um Governo que dá cobertura a estas acções e até as estimula? Com este verdadeiro crime, num momento em que mais de 60 por cento do que comemos é importado do estrangeiro, tanto o Governo AD/Balsemão como os agrários ganharam direito a sentar-se no banco dos réus.

E não apenas por este revoltante crime mas por todos os que têm sido cometidos contra a Reforma Agrária pelos sucessivos governos de direita desde o primeiro de Mário Soares.

Hoje, o desemprego, a quebra brutal na produção, a desorgani-

car muito em breve inviabilizadas".

Este, pois, o panorama que nos oferece a (des)governação "AD": terras devolvidas aos agrários estão completamente abandonadas e o desemprego cresce dramaticamente: só no distrito de Évora atinge mais de 4500 trabalhadores, tendo outros tantos sido forçados a emigrar ou a procurar emprego noutros sectores de actividade.

### Demagogia do MACP

E sobre estes dois aspectos não há manobras demagógicas do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP) que possam esconder a realidade. Mas vale a pena desmontá-las um pouco mais.

A propósito da tão propalada distribuição de terras, os números falam por si: 84,5 por cento foi parar aos grandes agrários; 6,3 por cento aos pequenos e médios agricultores; 9 por cento a peixeiros, talhantes, sapateiros, ourives, etc.; e apenas 0,2 por cento aos trabalhadores rurais.

Também no que diz respeito ao desemprego há já muito que caiu por terra a máscara que o Governo tentou utilizar para o encobrir no sector agrícola. Em Janeiro de 81, o Governador Civil do distrito de Évora chegou a afirmar na Televisão que a questão do desemprego era uma "invenção" do Sindicato. No entanto, nesse mesmo mês, avisaram-se com ele algumas dezenas de delegações de desempregados e em Montemor efectuou-se uma concentração com 1200 trabalhadores naquela situação.

Mais tarde, quando já era de todo impossível encobrir esta realidade, o Ministério do Trabalho, a Secretaria de Estado do Emprego e a Direcção Regional da Agricultura, tentaram fazer crer ao País que estavam a solucionar o problema do desemprego na agricultura.

Inventaram então um chamado "Projecto Piloto de Combate ao Desemprego" para o qual abriram uma verba de mais de 132 mil contos. Nesse projecto as coisas passavam-se da seguinte

zeação da agricultura, a sabotagem económica dos agrários, a reconstituição dos latifúndios medievais, são afinal consequências directas dessa ofensiva.

Mas recuemos um pouco no tempo e vejamos o que se passou particularmente nos dois últimos anos.

As palavras são do dirigente sindical: "Com o início da Reforma Agrária no distrito de Évora constituímos 156 UCPs/Cooperativas cobrindo uma área de 450 mil hectares nas quais trabalhavam 18 mil assalariados agrícolas. Actualmente existem 130 UCPs/Cooperativas, restando uma área de 189 mil hectares onde se encontram 9 mil trabalhadores. Destas UCPs uma parte está em má situação. Se prosseguir a ofensiva poderão vir a fi-

maneira: o agrário requisitava pessoas ao Fundo de Desemprego e este organismo é que pagava os salários. Chegou-se ao ponto de os agrários despedirem trabalhadores ao seu serviço para depois irem requisitar outros ao Fundo. Resumindo: o dinheiro gastou-se, os agrários foram os únicos a beneficiar e o desemprego ficou na mesma.

Mas como resolver então este problema? A palavra ainda para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora: "No nosso distrito não são precisos grandes projectos. O nosso Sindicato tem afirmado dezenas de vezes estar disposto a participar e a contribuir para a resolução do problema. Bastaria que o Governo impedissem que as terras estejam abandonadas e subaproveitadas, ou seja, que os agrários fossem obrigados a cultivá-las ou arrendá-las. Caso contrário, as terras seriam entregues aos trabalhadores agrícolas, aos pequenos e médios agricultores, seareiros e rendeiros sem terra." E prossegue: "Basta que não se permita que albufeiras e charcos estejam desaproveitados. Basta que não se permita que pomares, vinhas e oliveiras estejam abandonadas".

### Destruição da Reforma Agrária

Mas nada disto é feito. Para os trabalhadores está evidente que o Governo não pretende solucionar nenhum destes problemas. "Dar cabal cumprimento à Reforma Agrária" como rece-



A exemplo do que fizeram o ano passado, em que deixaram por apanhar 600 toneladas de azeitona, os agrários sabotadores voltaram a repetir este ano esse inqualificável crime: mais de 400 toneladas de azeitonas estão a apodrecer nas suas herdades.

temente afirmou o ministro Basílio Horta, não passa de uma grande hipocrisia. O que pretendem é a "caval destruição da Reforma Agrária, entregando a agrários seus amigos e familiares as terras ainda na posse das UCPs/Cooperativas".

Se assim não fosse, se o Governo tivesse um mínimo de seriedade ou um mínimo de respeito pelo esforço e vontade dos trabalhadores teria pelo menos correspondido aos convites que estes endereçaram a vários organismos oficiais como sejam as Secretarias de Estado do Trabalho, da Agricultura e do Emprego para que visitassem os campos da Reforma Agrária. Em qualquer destes casos as respostas foram significativas: "tomamos nota com muito apreço mas o assunto está fora da responsabilidade e competência desta Secretaria", ou ainda "agradeça-se e peça-se à Cooperativa a indicação de algumas dessas herdades abandonadas".

Enquanto assim responde ao Sindicato e às UCPs, o Governo monta uma descarada operação de propaganda com a

cobertura total dos órgãos de informação estatizados, a pretexto da visita do ministro Basílio Horta ao Alentejo. Pretendiam fazer crer junto da opinião pública o interesse e empenho do Governo na resolução dos problemas da agricultura.

Não conseguem contudo já esconder as suas verdadeiras intenções, e a manobra foi desmascarada. "A verdade é que a visita da equipa do MACP a terras alentejanas nada resolveu — como sublinha um comunicado dos Secretariados e Unões das UCPs/Cooperativas — e muito menos abriu quaisquer perspectivas para resolver os graves problemas da agricultura e dos agricultores. Tal visita só veio confirmar o que de há muito se conhece: o interesse do Governo "AD" em prosseguir uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e dos pequenos agricultores, designadamente uma política visando a destruição total da Reforma Agrária, ao serviço dos interesses dos grandes agrários e intermediários acantonados na CAP e nas organizações dissidentes

desta".

Entretanto, é neste quadro que se continua a desenvolver a luta dos trabalhadores e das suas organizações, resistindo hectare a hectare pela defesa da Reforma Agrária, pelo progresso da agricultura. A exemplo da iniciativa dos desempregados que decidiram apanhar a azeitona que os agrários abandonaram, outras acções serão levadas a cabo contra o desemprego e a sabotagem. No Encontro Distrital de Mulheres realizado no passado mês de Dezembro, em Montemor, esta mesma disposição foi realçada, tendo na ocasião sido lançado o seguinte aviso: "se os agrários não trabalharem em devido tempo as áreas de regadio, os desempregados tomarão a iniciativa de o fazer".

A luta não vai parar. E, tal como nos disseram em Évora, a resolução de todos estes problemas só será possível com "a demissão do Governo AD e a sua substituição por um Governo que respeite as liberdades e defenda os interesses dos trabalhadores e do país".

## Reforma Agrária prepara Encontro das Culturas de Primavera

Debater as crescentes dificuldades das UCP/Cooperativas impostas pelo GovernoAD, e designadamente a falta de apoio financeiro, a quebra na produção e o aumento do desemprego, são os objectivos centrais do Encontro das Culturas de Primavera, a realizar em 13 de Fevereiro próximo no teatro Garcia de Resende, em Évora.

Organizado pelos Secretariados e Unões das UCP/Cooperativas e pelos Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, ao Encontro estarão presentes cerca de 750 delegados, tendo sido ainda convidados os grupos parlamentares do PS, PCP, MDP/CDE, UEDS e ASDI, Presidência da República, Conselho da Revolução, CGTP-IN, Câmara Municipal de Évora, uniões e cooperativas de comerciantes ligados à Reforma Agrária, CRARA e CRA.

Em comunicado recentemente distribuído, a Comissão Organi-

zadora afirma não ter enviado convites ao Ministério da Agricultura Comércio e Pescas e ao Governo por considerar que estes pretendem "destruir a Reforma Agrária e arruinar os agricultores", em benefício exclusivo dos agrários e grandes capitalistas.

No entender dos organizadores do Encontro torna-se urgente "discutir a melhor forma de aproveitar as terras disponíveis e definir culturas que dêem rendimento e ao mesmo tempo criem postos de trabalho".

Depois de afirmarem que a "água, as terras e a mão-de-obra existente" chega para produzir muito mais e criar milhares de postos de trabalho, o comunicado sublinha a concluir que, no entanto, para que isso aconteça, é preciso "impedir que os agrários deixem as terras e águas abandonadas e que o Estado apoie as UCP/Cooperativas e os agricultores".

## Poder local

# Reforço da APU em Trás-os-Montes

Nos quatro anos de não aplicação integral da Lei de Finanças Locais, Trás-os-Montes e o Alto Douro foi defraudado em 10 158 631 contos, o que teve como consequência directa a não realização de muitas obras e o crescente recurso ao crédito por parte das autarquias. Um balanço sumário feito a nove Câmaras da região revela um endividamento de mais de meio milhão de contos.

A denúncia desta situação, feita na última reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP, constitui um alerta para a precária situação financeira em que vivem algumas autarquias da região e que irá agravar-se este ano dado o corte total no Orçamento Geral

do Estado para 1982 de quaisquer verbas para a bonificação de juros de empréstimos contrai- dos pelos órgãos de poder local, em comparação com os quatrocentos mil contos inscritos no OGE de 1981 para aquele fim.

O documento da reunião da DORT, que sublinha os graves perigos que podem resultar da

ofensiva legislativa da AD contra o poder local, salienta no entanto que se assiste naquela região à progressiva institucionalização do poder local.

Os eleitos da APU, afirma, têm assumido um papel muito importante na exigência do funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, na denúncia das ilegalidades e da corrupção, na defesa dos interesses das populações.

Um dos exemplos mais notórios é o da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, onde o vereador da APU vem desenvolvendo uma acção eficaz em defesa dos interesses do concelho.

De salientar que ali a diversidade das forças políticas que compõem o executivo não tem impedido o entendimento necessário a uma boa gestão municipal, hoje isenta da corrupção que se verificou no mandato anterior.

Os eleitos da APU dão particular importância à denúncia pública das ilegalidades que caracteriza muitas das gestões AD, designadamente nas Juntas de Freguesia de Miranda, Cortiços, S. Pedro, N. S. da Conceição e S. Dinis e nas Câmaras Municipais de Moncorvo e de Freixo de Espada-à-Cinta.

O combate ao presidencial-

ismo reinante em Câmaras da região é igualmente assumido pelos eleitos do Povo Unido, sendo exemplo disso as numerosas intervenções nas Assembleias Municipais de Moncorvo, Vila Flor, Alijó, Mesão Frio e outras, procurando que a acção dos executivos reflita o voto popular e que a acção dos eleitos seja baseada nos princípios colegiais.

Os resultados desta acção traduziram-se já no inquérito à Câmara de Macedo de Cavaleiros pelo desvio de dez mil contos; o processamento judicial do ex-presidente da Câmara de Alfândega da Fé pelo desvio de três

mil contos; o pedido de sindicância à Câmara de Vila Flor por diversas irregularidades a queda da Câmara de Murça; a queda da Câmara de Valpaços.

### Que desenvolvimento vem a AD?

Como refere o documento da DORT do PCP, tem sido tónica dominante da propaganda da AD o aproveitamento das graves problemas regionais para a mais descarada demagogia. Promessas não têm faltado. Mas quanto a factos?

O projecto de Ferros de Moncorvo e Plano Siderúrgico Nacional recebeu o acordo de todos, designadamente quanto à sua importância como pólo de desenvolvimento regional. Só que o Governo AD tem vindo a adiar, restringir e travar a sua total concretização, em subordinação humilhante dos interesses nacionais aos dos monopólios da CEE, onde a indústria siderúrgica passa por uma grave crise.

Nos princípios de Dezembro — faz notar a DORT — ainda não estavam publicados os despachos que autorizassem a movimentação das verbas de 920 000 contos de investimento e de 200 000 contos de comparticipação inscritas no Plano e no OGE de 1981!

No que se refere aos transportes (só para citar alguns exemplos), o panorama não é melhor. Enquanto no ano passado os 75 anos da Linha do Corgo foram comemorados com gastos de centenas de contos pelo Município de Vila Real e se multiplica a demagogia da AD à volta da na-

vegabilidade do Douro, degradam-se as vias rodoviárias, agravam-se as passagens dos reduzidos transportes aéreos, prepara-se o encerramento das linhas férreas transmontanas.

É a mesma AD — recorda o documento que vimos referindo — que fala do progresso que decreta sobre a Linha do Corgo considerando-a «componente viva do futuro Museu dos Transportes»; que acorda com o Conselho de Gerência da CP e a Empresa de Camionagem de Cabanelas o encerramento definitivo da Linha do Sabor e a entrega dos transportes àquela empresa; que autoriza a desactivação de várias estações na Linha do Tâmega, permite a redução do número de circulações e a restrição da circulação de mercadorias.

É caso para afirmar, como faz a DORT, que os objectivos da AD são claros: transformar Trás-os-Montes e Alto Douro na componente viva do futuro museu da economia!

### A alternativa

Mas também em Trás-os-Montes a alternativa à gestão AD existe. E como a prática do poder local tem vindo a confirmar, ela está na APU, única força que actua coerentemente na defesa dos interesses das populações.

O mesmo não se poderá dizer dos eleitos socialistas que, se nalguns casos têm trabalhado em conjunto com o Povo Unido (Mirandela, Vila Real), noutros preferem a aliança com a AD ou

optam pelo demissionismo.

Tem sido a acção da APU, intimamente ligada às populações, que tem permitido que inúmeros problemas que as afectam sejam solucionados ou estejam a ser encorajadas medidas para a sua resolução.

Tem sido a persistente acção dos eleitos da APU que tem obrigado ao envolvimento directo das autarquias no levantamento dos problemas mais diversos da população, desde a lavoura e da transmissão dos problemas agrícolas aos órgãos de poder, aos problemas locais (água, electricidade, habitação, saúde, ensino, recolha de lixo, poluição da Milnorte, vias férreas, etc., etc.) a exigir medidas urgentes.

Não é pois de estranhar que cresça o prestígio e a influência da APU.

As próximas eleições autárquicas, a que a DORT dá já particular atenção, não deixarão certamente de o reflectir. O seu documento afirma de resto que aquela organização não poupará esforços para concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais da região, bem como para aumentar significativamente o número de freguesias a concorrer e eleger elementos para todas as Assembleias.

É nesse sentido que a DORT do PCP apela a todos os democratas, designadamente aos socialistas, para que integrados nas listas APU possam dar o seu valioso contributo no desenvolvimento da acção unitária em defesa dos interesses das populações e do progresso em Trás-os-Montes.

# Encontro de quadros em Santarém

O balanço do trabalho realizado pelos eleitos da APU e a definição de objectivos a alcançar nas próximas eleições autárquicas foram os dois temas principais do Encontro Distrital de Quadros do PCP sobre Autarquias Locais realizado no passado domingo em Santarém.

Nas quatro Câmaras Municipais e nos dezasseis Juntas de Freguesia de maioria APU o trabalho realizado é francamente positivo e muito superior ao das outras forças políticas.

Tomando como exemplo um balanço (já ultrapassado sem dúvida) realizado em Outubro do ano findo, que estabeleceu a diferença entre a realidade de quatro municípios (Alpiça, Benavente, Chamusca e Coruche) em 1974 e 1981, os participantes no Encontro ilustraram claramente a importância do trabalho desenvolvido pelos comunistas e seus aliados naqueles concelhos.

Em 1974, apenas 12 localidades dispunham de abastecimento de água ao domicílio, 5 de rede de esgotos e 17 de rede eléctrica.

Hoje, sete anos passados, a rede de água chegou a mais 16 localidades, os esgotos a mais 11 e a energia eléctrica a mais 24 localidades.

Em 1974 existiam nos quatro concelhos referidos 3 Postos Médicos; actualmente existem 11.

Os Centros Culturais eram apenas 5 em 1974, hoje são já 25. De 2 Parques Infantis passou-se para 17. Da recolha de lixo em dez localidades passou-se para a recolha em 214.

O valor do parque de máquinas das quatro Câmaras em questão passou de 25 mil contos em 1974 para 250 mil contos em 1981, enquanto o número de trabalhadores desses municípios aumentou 260 por cento em relação a 1974.

Os trabalhadores do Encontro

salientaram também o importante trabalho desenvolvido pelas freguesias de maioria APU em concelhos onde outras forças políticas detêm a maioria, nomeadamente Montalvo, Azinhaga do Ribatejo, Salvaterra de Magos e Ribeira Branca, bem como a actividade dos eleitos nos órgãos de poder onde a APU está em minoria.

Em relação ao último caso foram no entanto feitos alguns alertas para insuficiências de várias ordem, designadamente a pouca divulgação dada às posi-

ções assumidas pela APU, bem como a não tomada de posição em acontecimentos que o exigiam. A necessidade de corrigir tais falhas e de dar maior apoio aos eleitos comunistas e outros da APU foi apontada como tarefa de grande importância.

### A batalha eleitoral que se aproxima

Conscientes de que os resultados eleitorais estão estritamente ligados ao trabalho desenvolvido, os cerca de 250 participantes no Encontro de Santarém pronunciaram-se, ao definir objectivos para as próximas eleições, pelo reforço e melhoria do trabalho dos eleitos e pelo empenhamento colectivo na informação e esclarecimento da população.



Um balanço francamente positivo nos órgãos autárquicos do distrito de gestão APU

## Ainda os temporais no Porto Câmara quer escorraçar moradores desalojados

A Câmara «AD» do Porto tomou recentemente algumas decisões sobre os moradores desalojados em consequência dos temporais do fim do ano passado que para além de mais uma vez espezinharem os seus interesses revela uma insensibilidade desumana.

Tal como o «Avante!» tinha já noticiado dezenas destas famílias das freguesias da Sé e Miragaia encontram-se provisoriamente por acção e diligências da APU albergados em pensões da cidade.

Na reunião extraordinária da Câmara que tinha por objectivo dar uma solução definitiva a este problema, a «AD» deliberou que seriam realojados apenas as fa-

mílias que habitassem edifícios considerados pelos peritos da Câmara em clara situação de ruína e na condição de serem demolidos. Entretanto, foi dizendo igualmente que só dispõe de 45 fogos. Estão, portanto, avisados os «peritos» do número de casas que podem considerar em ruína iminente.

Quanto aos que não tenham a sua casa em ruína iminente, a Câmara aconselha-os a que... «no seu próprio interesse, deverão regressar às suas residências».

Já depois disso o Governo Civil decide suspender as refeições atribuídas aos desalojados sem condições de confecionar os alimentos. Entretanto, ape-

nas a Aliança Povo Unido se mantém firme na defesa dos interesses dos desalojados.

É a APU que no dia-a-dia tem alertado e se tem preocupado com o problema dos desalojados do temporal. A APU fez na Câmara propostas concretas para o plano imediato e sobre medidas de fundo que permitissem dar uma solução justa ao problema, nomeadamente a atribuição de casas camarárias vagas, umas e outras quase prontas.

Sobre isto, em recente reunião da Assembleia Municipal, o PS absteve-se e os partidos da «AD» votaram contra. Mas a sala desta reunião estava repleta de desalojados, a exigir uma solução, a obrigar a discussão

do seu problema, a ver quem estava com a sua luta e contra a sua luta. Os desalojados dizem não ao despejo das pessoas das pensões com que a Câmara os ameaça e reivindicam a atribuição de casas camarárias. A Câmara tem mais de 100 casas vagas, 328 que quer vender e se recusa a entregar a quem vivia já miseravelmente e ficou sem tecto.

A luta que as populações da Sé e Miragaia, com o apoio das suas Juntas e contando unicamente com o apoio firme dos vereadores da APU na Câmara, tem travado desde o aparecimento das primeiras vítimas dos temporais, tem-se mostrado e será decisiva.



## SEMANA Internacional

20  
Quarta-feira

A agência indiana PTI anuncia que a polícia do país prendeu mais de 11 000 pessoas no decurso da greve geral nacional que ontem afectou toda a Índia; a paralisação geral foi convocada como forma de protesto contra as leis governamentais que permitem a detenção preventiva, e contra os poderes do executivo em relação à proibição das greves. ■ Uma delegação do Congresso dos EUA visita oficialmente o Chile de Pinochet, num estreitamento de relações que segundo Howard Baker, dirigente da maioria republicana no Senado norte-americano e um dos elementos da delegação, «permitiu resolver grande número de problemas». ■ Em carta enviada ao secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, e hoje tornada pública, Chipre protesta por repetidas violações do seu espaço aéreo, no passado dia 12, por caças turcos.

21  
Quinta-feira

Os EUA vetam isoladamente no Conselho de Segurança da ONU a proposta de aplicação de sanções a Israel pela anexação ilegal dos Montes Golan, surgindo de imediato diversas condenações à posição norte-americana, nomeadamente dos países árabes. ■ O Partido Comunista do Iraque, que desde 1978 actua na clandestinidade, exorta ao derrube do regime do país e à formação de um governo democrático de coligação com participação comunista, exigindo igualmente o fim da guerra com o Irão e a autonomia para os curdos do Iraque. ■ A agência TASS noticia que a URSS e a RP de Angola assinaram um acordo de cooperação económica, técnica e comercial por um período de cinco anos. ■ O Conselho Mundial da Paz pede a intervenção da ONU e da OEA para salvar a vida de três jornalistas chilenos que se encontram detidos pelas autoridades fascistas em local desconhecido. ■ A imprensa norte-americana, citando fontes governamentais, informa que a administração Reagan já concluiu o projecto da produção de novos tipos de armas químicas, à base de gases para nervos e vulgarmente conhecidas por «munhões binárias».

22  
Sexta-feira

O secretário-geral da ONU, Javier Pérez Cuellar, afirma que não existem sinais de interferência externa na Polónia, pelo que não se justifica a discussão do assunto nas Nações Unidas. ■ O Parlamento Europeu condena o regime militar turco chefiado pelo general Kenan Evren e decide suspender as relações com Ankara até à organização de eleições por sufrágio universal; a resolução foi apresentada pelo grupo comunista e adoptada por 56 votos contra 53 e nove abstenções. ■ É revelado em Bruxelas, e de acordo com estatísticas oficiais, que o desemprego nos países da CEE ultrapassou pela primeira vez a «barreira dos dez milhões» no final de Dezembro de 1981. ■ A Conferência Sindical Mundial, reunindo em Paris mais de 200 delegados de 60 países, restando sindicatos do CISL, da AFLO-CIO norte-americana, da FSM e independentes, aprova uma declaração onde se afirma a necessidade da luta em comum para a preservação da paz. ■ Morre, com 71 anos de idade, o ex-presidente chileno Eduardo Frei.

23  
Sábado

Após uma semana de negociações, a França e a URSS assinam um importante acordo de fornecimento de gás siberiano durante 25 anos, passando a França a receber anualmente, a partir de 1984, oito milhões de metros cúbicos de gás soviético; este importante contrato junta-se a dois outros semelhantes, firmados no final de 1981 entre a URSS e dois outros países da Europa capitalista, a RFA e a Itália. ■ A agência TASS anuncia que foi descoberta uma importante jazida de gás natural nos contrafortes do maciço Gissarski, no sul do Uzbequistão. ■ Navios de guerra de Israel abrem fogo contra barcos de pesca libaneses ao largo da cidade de Tiro, no sul do Líbano, afundando duas embarcações e provocando dois feridos graves. ■ Os países da Linha da Frente — Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Botswana — mais dois países africanos, o Quênia e a Nigéria, aprovam em Lusaka, juntamente com a SWAPO, uma posição comum em resposta às propostas ocidentais sobre a Namíbia.

24  
Domingo

Membros da Ordem dos Advogados de Atenas afirmam que os presos políticos são submetidos a torturas terríveis na Turquia, tendo a junta militar que esmaga o país aberto mais 29 cadeias para encarcerar cerca de 100 000 presos. ■ São encontrados em S. Salvador, nos subúrbios da capital, os corpos de 14 jovens assassinados por forças fascistas; entretanto prosseguem os combates entre as forças ao serviço da junta militar e grupos de guerrilha. ■ Em advertência à NATO, o primeiro-ministro grego Andreas Papandreu afirma que a independência nacional do seu país constitui a preocupação prioritária do governo, sublinhando nomeadamente que «a Aliança Atlântica deverá decidir, mais cedo ou mais tarde, se garante ou não as fronteiras gregas». ■ Morre vítima de um enfarte, o antigo presidente boliviano Alfredo Ovando Candia; tinha 64 anos de idade.

25  
Segunda-feira

As autoridades de Madagáscar anunciam ter neutralizado uma conjuntura contra a segurança do Estado, na qual estavam implicados mercenários provenientes da África do Sul, apoiados por elementos locais; o governo de Madagáscar defende uma linha de desenvolvimento independente e progressista e propõe a desmilitarização progressiva do Oceano Índico. ■ Segundo uma sondagem encomendada pela revista «Stern», dois em cada três alemães-federais são contra a imposição de sanções contra a URSS e a Polónia, como pretende a administração Reagan, e favoráveis ao acordo existente entre a RFA e a URSS para o fornecimento de gás natural soviético.

26  
Terça-feira

A agência TASS anuncia a morte, ocorrida anteontem após breve mas grave doença, do dirigente soviético Mikhail Suslov, tinha 79 anos e era membro do Politburo e do Secretariado do CC da URSS. ■ A do PCUS e do Presidium do Soviète Supremo da URSS, a polícia fascista chilena prende 33 pessoas em Santiago do Chile, após os funerais do antigo presidente Eduardo Frei. ■ É anunciada em Madrid que a Espanha está interessada em receber fornecimentos de gás soviético, que virá da Sibéria através de um gasoduto para abastecer seis países da Europa capitalista.

**Ememória da Semana** — A 25 de Janeiro de 1949 a URSS, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia e Roménia fundam o Conselho de Ajuda Económica Mútua (CAME).

## Internacional

# Crise para quem?

A política interna e a política externa seguida por um governo são duas faces de uma mesma moeda. Uma política de ingerência, de exploração de outros povos, de promoção da corrida aos armamentos, praticada embora em nome da «defesa» dos interesses do próprio povo, tem necessariamente repercussões a nível interno, que estão muito longe de coincidir com tais interesses. As grandes manifestações que levaram às ruas de Washington e Nova-Iorque centenas de milhares de pessoas contra a política socio económica de Reagan e uma política mundial baseada na força prova isso mesmo e a consciência, baseada na experiência prática, que o povo americano tem dessa íntima ligação entre as duas componentes da política dos governos.

O país capitalista mais rico do mundo tem neste momento uma taxa de pobreza que atinge 13% da população, enquanto as receitas reais da família média americana registaram uma baixa sem precedentes no período do pós-guerra — 7 por cento num só ano. São números do Serviço Nacional de Estatística dos EUA, números que tendem ainda ser agravados pela política económica do governo de Reagan, aprovada a 13 de Agosto passado e que, em síntese, se caracteriza por cortes drásticos nas despesas sociais acompanhadas de uma diminuição de impostos incidindo sobre os grandes monopólios e um crescimento galopante dos gastos militares (que custarão ao povo americano, através de impostos, mais de 1 500 000 milhões de dólares nos próximos cinco anos).

Quais as consequências imediatas de tal programa económico?

No dia 1 de Outubro, centenas de milhares de americanos encontraram nas suas caixas de correio cartas anunciando-lhes que, de acordo com o novo orçamento federal, que nesse dia entrou em vigor, iriam deixar de receber diversas prestações programas do novo ano fiscal.

Na véspera, o Departamento de Saúde e de Serviços Humanos fizera circular uma série de cartas anunciando que mais de 400 mil famílias iriam ser privadas das prestações do programa de auxílio aos pobres e que mais de 276 mil iriam ver os seus subsídios reduzidos. Isto apenas ao abrigo de um dos 250 itns dos cortes nas despesas federais incluídos no novo orçamento.

Algumas semanas depois descobriu-se que afinal o défice orçamental seria maior do que o previsto. Pelo que foi decidido cortar mais 16,3 mil milhões de dólares, sobretudo no auxílio aos pobres, despesas sociais diver-

sas, saúde, pensões, subsídios para o ensino. Num relatório ao Congresso, publicado por um grupo de elementos do partido republicano, calcula-se que os efeitos só deste último corte são os seguintes: redução dos programas de trabalhos públicos em 89%, das bolsas de estudo em 43%, dos subsídios para o pagamento dos gastos com a electricidade (fundamental no frio inverno americano) em 34 por cento, e das verbas para recuperação de deficientes em 29 por cento.

As consequências desta política são tão graves que isso mesmo é realçado a nível do Senado e nos meios de negócios. Num estudo publicado pelo «Conference Board», Instituto de estudos económicos do mundo dos negócios norte-americano, afirma-se que «não será preciso muito tempo para que os efeitos de divisão provocados por uma taxa de desemprego elevada e crescente, conjuntamente com a aproximação das eleições legislativas de Novembro de 1982, ponham cada vez mais seriamente à prova a frágil maioria de que Reagan goza no Congresso».

R. Byrd, líder da minoria democrata no Senado norte-americano, afirmou em conferência de imprensa que o programa de Reagan «é injusto, beneficia os ricos e o grande capital, em detrimento dos trabalhadores, pequenos empresários e agricultores».

## Uma comparação que se impõe

Os ideólogos e propagandistas do sistema capitalista esforçam-se por apresentar estes factos como inserindo-se numa crise mundial que atingiria todos os países industrializados, independentemente do seu sistema socio-político. Mas os factos indicam que tais teorias nada têm a ver com a realidade.

Assim, nos anos 70, o rendimento nacional dos países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME — organização económica dos países socialistas) aumentou 66 por cento. Nos países capitalistas industrializados tal aumento foi de 30 por cento. A produção industrial no CAME aumentou 84 por cento, enquanto nos países capitalistas não ultrapassou os 40 por cento.

Mas para além destes números globais há uma realidade talvez ainda mais significativa do conteúdo do socialismo.

Dois exemplos apenas. Os resultados económicos preliminares de 1981 na União Soviética não foram totalmente positivos. O que não impediu, apesar do implícito esforço suplementar, a plena realização do programa social previsto.

Assim, os rendimentos reais da população aumentaram 3,6 por cento, contra os 2,9% previstos, enquanto os fundos sociais de consumo atingiram os 122 mil



São os trabalhadores que pagam a corrida aos armamentos

milhões de rublos, um acréscimo de 5 mil milhões em relação ao ano anterior. Foi igualmente cumprido o programa de aumentos salariais e dos subsídios às famílias com filhos e outras pessoas a cargo.

Na RDA, os objectivos do plano económico nacional foram ultrapassados. O rendimento nacional aumentou em 5 por cento e cerca de 812 000 habitações foram construídas ou modernizadas. Paralelamente foram concretizadas algumas medidas de carácter social,

como aumentos dos salários e dos abonos de família, créditos especiais aos novos casais, aumento generalizado de bolsas de estudo, neste momento atribuídas à totalidade dos alunos do segundo ciclo da escola secundária.

Factos dispersos mas que são testemunho de uma realidade — o abismo que separa dois sistemas sociais opostos, o capitalismo e o socialismo. Uma realidade que milhões de dólares gastos numa propaganda sistemática procuram a todo o custo ocultar e adulterar.

## Conferência em Hannover

# Pela paz e a democracia contra o «Berufsverbot»

No passado fim-de-semana realizou-se em Hannover uma Conferência contra as interdições profissionais. A Conferência, que assinala o 10.º aniversário do decreto que legalizou a prática arbitrária de despedimento contra os que se opõem à política oficialmente seguida na RFA ou em Berlim-Oeste, foi promovida pelo Comité de Acção (de âmbito federal) «Pelo fim do Berufsverbot» (Interdições profissionais) e realizou-se sob o lema «Unidos na defesa dos direitos democráticos — pelo fim dos Berufsverbote», num momento em que se verifica um nítido agravamento desta prática antidemocrática.

O «Berufsverbot», anexo ao nível de lei uma prática profundamente antidemocrática bastante generalizada nos países capitalistas (em particular contra quadros sindicais), uma prática anticonstitucional, dentro do

contra a instalação de novas armas nucleares norte-americanas no continente europeu. Facto que confirma não só o carácter profundamente reacçãoário desta lei mas também que práticas anticomunistas acabam sempre por atingir as forças democráticas no seu conjunto.

## Um caso exemplar

Hans Peter, 51 anos de idade, secretário principal de Telecomunicações, com 30 anos de serviço nos Correios Federais, considerado como um trabalhador responsável e particularmente competente, foi directamente processado pelo ministro Federal dos Correios e Telecomunicações.

Em síntese Hans Peter foi acusado de: ser militante do Partido Comunista Alemão (PCA) estranha acusação, tratando-se, como é o caso, de um partido legal; ter sido candidato em eleições autárquicas por listas do PCA; ter assinado artigos no «Unsere Zeit», órgão central do PCA; ter visitado a República Democrática Alemã.

Uma acusação que no seu conjunto põe em causa não a actividade do camarada Hans Peter mas sim o carácter democrático de um regime que aprova e aplica uma lei antilegal.

Por sentença de Outubro do ano findo, Hans Peter foi despedido sem qualquer indemnização — ou prestação financeira, sendo-lhe ainda cortado o direito a assistência médica e medicamentosa que derivavam da sua condição de funcionário público.

Render pela fome parece ser de facto o objectivo. Objectivo

igualmente claro no caso do professor Reiner Rowald, da cidade de Berlim-Oeste, acusado de ser militante comunista, de ter sido eleito como delegado ao Congresso do seu Partido, onde atacou a redução orçamental para o sector de educação e em geral a política seguida pelo Governo da cidade em relação ao ensino — opinião aliás amplamente partilhada pelo professorado de Berlim-Oeste.

Para Reiner Rowald foi pedida

pela acusação a expulsão do ensino. O amplo protesto levantado contra tal pena impediu a sua aprovação pelo tribunal. Mas durante 5 anos o professor Reiner Rowald terá o seu salário cortado em 10%.

## Contra o movimento da Paz

Actualmente o «Berufsverbot» está particularmente virado contra os participantes na luta pela paz, contra a corrida aos

armamentos, para além de atingir os participantes na luta pelas liberdades e direitos democráticos e que se opõem à política do patronato e do governo ao serviço dos grandes monopólios.

Os exemplos sucedem-se: Os professores Manfred Lehner-Wendt e Heinrich Haeberelein são alvo de um processo de «Berufsverbot» desde 1975, por serem membros da «Sociedade Alemã para a Paz/União dos Opositores à Guerra».

O professor Hans Schwartz é alvo de um processo disciplinar por ter convidado os seus alunos para uma sessão sobre a paz.

Em finais de Novembro de 81 foram expulsos da função pública os professores Wienand Herzog, Volker Brunnhof, Gerd Boden-Schatz e Hans-Peter Stapper, por terem publicado um anúncio, juntamente com outros 176 professores, contra os mísseis nucleares de médio alcance da NATO.

O movimento pela paz e contra a instalação de novos mísseis nucleares assume neste momento proporções importantes, que o distinguem mesmo no contexto do crescente movimento geral contra as armas nucleares na Europa e tem reflexos visíveis na orientação da política externa na RFA. O que significa que o «Berufsverbot» é ineficaz, que a repressão não é obstáculo insuperável na luta dos povos. Mas também que a prática repressiva por parte dos governos da RFA e de Berlim-Oeste, é uma prática claramente antipopular. Que o «inimigo interno» não está certamente entre os que se batem pela democracia, pela paz, contra a política dos monopólios.

## Saudação do PCP

O CC do PCP enviou a seguinte saudação à Conferência Internacional de Hannover «Unidos na defesa dos Direitos Democráticos — pelo fim do «Berufsverbot»:

«Queridos amigos  
O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente a vossa Conferência. Certo de interpretar os profundos sentimentos democráticos da classe operária e dos trabalhadores portugueses, expressa-vos a sua solidariedade e deseja-vos os maiores êxitos na vossa luta. Protesta contra as escandalosas interdições profissionais e contra todas as outras discriminações antidemocráticas de que são vítimas há tantos anos no vosso país todos quantos se empenham na luta pelos direitos, liberdades e interesses fundamentais da classe operária e do povo trabalhador na República Federal da Alemanha, na luta pela paz e contra as tentativas da Administração norte-americana e dos círculos mais reacçãoários da OTAN para atrelar o vosso país e o vosso povo à sua política de agressão e de guerra. Denuncia a hipocrisia das campanhas anticomunistas da reacção portuguesa e do imperialismo, viradas para o agravamento da tensão internacional, para a justificação da corrida aos armamentos e para o escamoteamento da crise e dos atentados às liberdades nos países capitalistas e dominados pelo imperialismo. Faz votos pelo pleno sucesso nos trabalhos da vossa Conferência e por novos e significativos avanços nos vossos esforços pelo respeito das liberdades e interesses fundamentais dos trabalhadores na RFA, pela paz e contra os «Berufsverbote».

## Os povos árabes lutam contra o agressor israelita

Está a decorrer neste momento a semana Internacional de solidariedade com os povos árabes, promovida de 24 a 31 de Janeiro pela Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África. A decisão foi tomada face à continuidade — e mesmo agravamento dos actos de agressão, terror e arbitrariedade de Israel, com o multiforme apoio dos Estados Unidos, contra os povos árabes.

Citamos apenas dois factos — recentes — ilustrativos desta prática terrorista e dos apoios para a sua concretização.

Na noite do passado sábado navios de guerra israelitas abriram fogo contra barcos de pesca libaneses, ao largo da cidade de Tiro, no sul do Líbano. Dois barcos naufragaram e dois pescadores ficaram feridos. É o primeiro acto deste género desde a instauração do cessar-fogo em Julho do ano passado.

No Conselho de Segurança da ONU, apenas os Estados Unidos votaram contra a aprovação de sanções económicas



A luta dos povos árabes contra o agressor sionista mobiliza tudo e todos

contra Israel, numa tomada de posição posta pelos países árabes, como forma de condenação da arbitrariedade

ção de Tel-Aviv de anexar os Montes Golan, da Síria, militarmente ocupados desde a guerra de 1976.

## Solidariedade com o povo turco

Em irritada resposta à pergunta de um jornalista sobre a posição dos EUA em relação à Turquia, o secretário de Estado Haig defendeu os apoios inegáveis dos EUA à ditadura militar promovida pela NATO e avançou que havia garantias quanto a um processo de democratização do país. Garantias da Junta Militar, claro está.

Mas os factos demonstram exactamente o contrário. A ditadura militar reacçãoária no poder na Turquia domina a vida política do país desde 12 de Setembro de 1980. Então o assalto ao poder com a cobertura de manobras da NATO — foi justificado pela necessidade de combater o terrorismo.

Mais de um ano após o golpe militar, o número de mortos às mãos do poder actual é de cerca de 600. Mais penas de morte são pedidas neste momento contra os sindicalistas que estão a ser julgados. São quotidianas as notícias referentes a assassinatos, tortura e outras formas de repressão.

Quanto ao processo de «democratização», alguns dados recentes testemunham do sentido em que se caminha.

No dia 15 a junta militar da Turquia nomeou uma assembleia constituinte para elaborar a nova Constituição. Dos 160 membros da referida Assembleia 40 foram directamente escolhidos pela Junta e os restantes foram indicados pelos governadores militares das províncias. Como a Junta não foi propriamente escolhida pelo povo turco (quando muita tã-lo-á

sido pela NATO), os governadores militares não foram eleitos, está à vista o carácter democrático da elaboração da nova Constituição.

Dois dias depois, e para melhor garantia de que tudo se processará de acordo com as intenções da Junta, os cinco generais que detêm o poder dissolveram todos os partidos políticos (de que a actividade deverá ser regulamentada pela Constituição em elaboração).

Encerrado o processo de elaboração da nova lei fundamental do país, está será submetida a um curioso referendo. Já nem se trata só da impossibilidade de falar de consulta popular num país vítima de generalizada repressão, onde só a própria Junta e naturalmente os seus apoios podem funcionar em liberdade — nesse referendo só participarão duzentos mil dos 36 milhões de habitantes do país.

Os factos são tão escandalosos que mesmo no Conselho da Europa se tomam posições contra a evolução dos acontecimentos.

Cinco dias antes da votação do Conselho da Europa sobre a manutenção ou expulsão da Turquia desta organização, o

parlamento condenou o regime militar turco e suspendeu as relações com Ankara.

A resolução — apresentada pelo grupo comunista e adoptada por 56 votos contra 53 e 9 abstenções — acentua que o regime militar turco demonstrou que «não tem desejo real de restaurar a liberdade democrática e civil», pronuncia-se contra a repressão e denuncia em particular o processo em curso contra 52 sindicalistas do DISK, para os quais foi pedida a pena de morte.

O processo em curso contra os sindicalistas do DISK é um exemplo claro da política seguida pela Junta. Os 52 sindicalistas estão ameaçados de pena de morte, com a acusação de «se revoltar contra a Constituição e de tentar dissolver o parlamento». Acusação proveniente de um poder que aboliu a Constituição e dissolveu o parlamento, pela força das armas.

Dias antes do início do processo contra o DISK, também em Dezembro, iniciou-se o primeiro de uma série de processos visando o Partido Comunista da Turquia. Os acusados são 230 e as penas requeridas pelo procurador militar baseiam-se em artigos do código penal turco, copiados do código penal italiano do período fascista de Mussolini.

Serão estes os valores da civilização que Haig defende — contra o «totalitarismo» do leste?...



## Poder local

# Após 3 presidentes «AD» em 3 anos... FIÃES ESTÁ DECIDIDA A MUDAR DE JUNTA NO PRÓXIMO DOMINGO

A queda da Assembleia de Freguesia de Fiães que tornou necessária as eleições extraordinárias do próximo domingo começou com a demissão dos eleitos do PS, a que se juntou pouco depois a APU, impondo-se a partir daí a necessidade de promover novas eleições, intercalares.

Há no entanto substancial diferença nas motivações que levaram a demissão dos representantes destas duas forças: enquanto os eleitos do PS, ao saírem da Assembleia de Freguesia, apenas deram lógico rumo a uma situação caracterizada pela indiferença e mesmo ausência nos trabalhos ao longo do mandato, os eleitos da APU apresentaram a sua demissão para pôr cobro a uma situação generalizada, perante a qual era impoente a boa vontade e dedicação ao trabalho com que até ali se tinham esforcado para resolver os múltiplos problemas de Fiães.

Nos batallhões sempre num ponto: a Junta de Freguesia nunca se mostrou suficientemente dinâmica para exigir da Câmara da Feira a assunção de responsabilidades, o que permitiu que a Freguesia de Fiães, a segunda das 31 que compõem o concelho em termos populacionais, fosse entretanto recebendo a menor fatia do orçamento a distribuir pelas Freguesias, afirmou-nos José Henrique Ribeiro, representante da APU em Fiães desde 1976, terceiro candidato na lista que disputa as eleições do próximo dia 31 de Janeiro e também segundo elemento da lista da APU que se apresentou nas últimas eleições para o executivo camarário da Feira.

## Uma história "AD" exemplar

A já referida inépcia da Junta de Freguesia de Fiães retrata-se em corpo inteiro na circunstância (não fortuita) da existência de três presidentes desde o mandato outorgado em 1979 ao PPD/PSD, numa vitória tangencial obtida em nome da "AD". Mas a história merece ser contada. O primeiro presidente (do PPD/PSD) renunciaria invocando motivos pessoais. Seguiu-se-lhe, na lista aliançante apresentada em 1979 sob a égide do PPD/PSD, um elemento do CDS, o qual não pôde ocupar o abandonado cargo presidencial pelo simples facto de ter perdido o mandato... por falta. Optou-se então por um representante do PPD/PSD que, antes de perder igualmente o mandato por falta, conseguira o prodígio de congregar a repulsa da generalidade de Fiães, bem patente no facto de o próprio PPD/PSD se ter absteído na sessão que votou a óbvia necessidade de o arrear da presidência. Como nota curiosa refira-se que este segundo "presidente" de Fiães surge agora em terceiro lugar na lista apresentada pelo CDS, o acto eleitoral de 31 de Janeiro próximo. Não é um trânsito, evidentemente — trata-se apenas de um indicador da idoneidade que caracteriza a candidatura da direita quimicamente pura que se apresenta ao eleitorado de Fiães no próximo domingo. Enfim, o CDS...

## A Polónia em Fiães...

É pois o CDS, que agora assume o rosto da "AD" nas próximas eleições em Fiães na sequência de um laborioso



trabalho-honestidade-competência

trabalho de sapa para socavar o "peso" PPD/PSD e com motivações decerto explicáveis lá nos seus (doles) jogos de poder. A questão ultrapassa evidentemente a compreensão democrática de quem se apresenta, em Fiães, com a singular pretensão de enfim servir os interesses da população. Só que esses interesses a defender impõem que se recorde o que é óbvio em tal candidatura: não ao oportunismo caciquil, incompetente e local da "AD"! Fiães é uma freguesia altamente carenciada — e as necessidades surgem ao nível básico de qualquer ordenamento social: electrificação (deficiente), abastecimento de água (inexistente) esgotos servindo apenas escassas áreas. Soma-se a isto uma infinidade de problemas que vão desde a necessidade (quase generalizada) de arruamentos, abertura de acessos e asfaltamentos vários à necessidade de escolas, pontes, lavadouros e até alargamento do cemitério! A nossa reportagem visitou Fiães e dela colheu uma impressão fundamental: como é

possível existir uma Freguesia com tais dimensões — ao nível de muitas vilas e sedes de concelho do nosso País — e estar, como está, totalmente esquecida pelas autoridades competentes, objectivamente pela Câmara da Feira, a tutelar concelhia desta gigantesca "aldeia"?

Todavia a indiferença pelos interesses de Fiães não se ficou pelas bandas da "AD"... Os eleitos do PS, apesar de algumas atitudes positivas tomadas em conjunto com a APU durante as sessões em que "apareceram", funcionaram no seu mandato (e até à data em que se demitiram) na base do absentismo — em actos ou em presença física, propriamente dita...

A rematar tão avantajada desmobilização da defesa dos interesses da região, os representantes do Partido Socialista viriam a constituir uma lista concorrente às próximas eleições de 31 de Janeiro

essente num absurdo anticomunismo que, nem face aos desaires experimentados em anteriores utilizações, deixou de surgir com toda a irresponsabilidade: e eis a população de Fiães, aflita com falta de esgotos, electricidade, arruamentos, escolas e etc, etc, ouvindo apelos de "nem comunismo nem fascismo" ou ainda "não queremos a Polónia em Fiães"!!!

## Trabalho, honestidade, competência

É neste panorama que surge a candidatura APU às eleições intercalares da Assembleia de Freguesia de Fiães com a assumida consigna "Trabalho, honestidade, competência". Não apenas pela comprovada ausência de qualquer destes atributos em quem — do PS a "AD" — ocupou até agora os

pelouros decisórios da Freguesia. Sim, sobretudo, porque na APU confluem todas as vontades honestamente decididas e trabalhar pelos interesses de Fiães, numa lúcida ultrapassagem de preconceitos partidários que já manietaram por demais a resolução de problemas urgentes. A sublinhar este aspecto está o facto de a lista APU ser constituída maioritariamente (60%) por cidadãos sem qualquer filiação partidária, vindos à lista da Aliança Povo Unido apenas pela vontade de concretizar, com base no esforçado empenho dos eleitos desta coligação em anteriores mandatos, um trabalho honesto e competente, ao serviço da sua Freguesia.

Como referiu o cabeça de lista da candidatura APU, dr. Strecht Monteiro (independente) no colóquio sobre Poder Local realizado em Fiães na passada sexta-feira, os candidatos da Aliança Povo Unido, vindos dos fiãesenses

verdadeiramente empenhados no progresso da sua terra, estão mobilizados para um trabalho sem vacilações e aberto a todos os que, independentemente das suas opções político-partidárias, estejam interessados em defender os interesses da freguesia. Estas eleições intercalares em Fiães são, em si, uma demonstração inequívoca da falência administrativa da "AD". A derrota eleitoral que certamente aguarda os desacreditados representantes da Aliança governamental virá



reforçar a conclusão há muito tirada pelo Povo português de que as gentes da "AD" não têm legitimidade para governar local ou nacionalmente. Mas outra coisa acarretará a derrota da "AD" em Fiães se, como parece provável, os eleitores da industriosa Freguesia deslocarem a sua confiança maioritária, até aqui depositada nas forças de direita, e a transferirem para a APU: a acontecer tal facto, ficará bem patente não apenas a

ilegitimidade da coligação de direita em continuar a gerir os assuntos deste país, como ressaltará a impopularidade e a ineficácia de campanhas anticomunistas por parte de forças que, como o PS deveriam cerrar fileiras com o PCP e a APU na defesa dos interesses do povo deste país. Em Fiães, domingo, o voto livremente expresso apontará decerto para o horizonte democrático que o país exige.

## Como é Fiães

Fiães é uma das 31 Freguesias do concelho da Feira, no distrito de Aveiro. Localizada a cerca de duas dezenas de quilómetros da cidade do Porto, é para aí que converge a maior parte da sua actividade, assente fundamentalmente na pequena e média indústria.

Não possui agricultura directa, no sentido tradicional do amanho da terra a tempo inteiro, pelo que não existem agricultores em Fiães, embora quase toda a gente — operários, comerciantes e trabalhadores dos sectores de serviços — dedique os seus "tempos livres" ao cultivo da terra, numa actividade subsidiária que tem a ver, antes de tudo, com as dificuldades de sobrevivência de grande parte das populações.

As principais actividades da Freguesia assentam nas indústrias corticeiras, de calçado e de cerâmica, com particular relevo para esta última. Igualmente vasto o sector

comercial, sobretudo o pequeno comércio retalhista. Acrescente-se que Fiães é a segunda Freguesia do concelho em número de habitantes (cerca de 10000) e, obviamente, em termos eleitorais: perto de 5 000 votantes in-critos.

É esta Freguesia — com dimensões que ultrapassam muitas vilas do nosso país e carências que chegam a ser gigantescas (não tem água canalizada, por exemplo) — que no próximo domingo vai eleger uma nova Assembleia de Freguesia em eleições intercalares provocadas pela inépcia dos eleitos do PPD/PSD, a força política maioritária, até agora, em Fiães. Concorrem a APU, o PS e o CDS. O PPD/PSD, talvez como reflexo da incapacidade que caracterizou a sua "liderança", não apresenta lista concorrente.

## St. Ildefonso: votar APU para uma junta capaz!

A três dias do acto eleitoral, talvez ainda uma parte da população de Sto. Ildefonso se interrogue em quem votar. Todos os moradores de Sto. Ildefonso querem ver os seus problemas resolvidos. Por isso a sua escolha deve ter em conta a realidade local e recair sobre as pessoas que tenham provas dadas de poder honrar o seu voto.

### PPD E CDS não servem

Os principais candidatos das listas apresentadas a estas eleições, quer pelo CDS, quer pelo PPD, são os eleitos da "AD" no mandato anterior, são os responsáveis pela corrupção e ilegalidades, são os responsáveis pelo agravamento dos problemas da freguesia.

Aparecem agora o PPD e o CDS a concorrerem em listas separadas, a tentarem demarcar-se de responsabilidades que a população sabe serem tanto do CDS como do PPD.

Os candidatos do CDS perderam mandatos anteriores por falta, recusaram assumir funções, deram cobertura e são responsáveis por

ilegalidades, nomeadamente na contabilidade do sector social e no funcionamento da Junta e Assembleia de Freguesia. Também os candidatos do PPD se demitiram em mandatos anteriores, das suas funções, abandonaram cargos e deram cobertura sistemática à balburdia do executivo.

Por experiência própria a população de Sto. Ildefonso sabe que o PPD e o CDS não servem.

O PS também não é a alternativa necessária. E o PS será uma alternativa? O PS foi Junta em Sto.

Ildefonso de 76 a 79. Muito prometeu o PS. E cumpriu? Os moradores sabem que não.

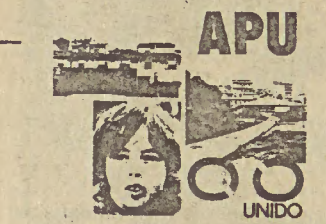
Quando for preciso correr a "AD" da Junta, o PS manteve contactos com os eleitos do PPD e do CDS no sentido de evitar a queda da "AD" e as eleições antecipadas. O PS absteve-se na tentativa da "AD" de adiar as eleições já marcadas.

A "AD" e o PS já tiveram oportunidade de mostrar aquilo de que são ou não capazes de fazer.

Além dos candidatos da APU serem pessoas com

### PROGRAMA DE ACÇÃO E DE TRABALHO

#### SANTO ILDEFONSO



POR UMA JUNTA CAPAZ  
PARA DESENVOLVER A FREGUESIA  
PARA MELHORAR O DESEMPENHO DOS MORADORES!

provas já dadas de dedicação aos problemas da freguesia, os moradores de Sto. Ildefonso têm o exemplo das duas primeiras Juntas de maioria APU na cidade do Porto, Sé e Miragaia. Apesar de poucos meses terem passado das eleições intercalares nessas freguesias, os seus moradores reconhecem o grande trabalho realizado e confiam nas suas juntas APU.

A APU é a única alternativa para uma junta capaz.

### Cresce o apelo à APU

A crescente confiança na APU como única alternativa

## SANTO ILDEFONSO

## APU é a alternativa para uma Junta capaz



## «Olá juventude»

— O que pensas da juventude?

— Vi três dias um fulano na TV a dingir-se em termos amigos a uma plateia recheada de jovens. A sua frase era simples: "Olá juventude".

Será que ele não quer dizer muito mais do que parece? Olhe! Por mim, creio que essa frase encerra algo de esperança, coragem e decisão para a construção de uma sociedade que oriente a sua atenção para quem guiar o País no dia de amanhã.

Como jovem que sou, nascido em Massarelos e hoje vivendo em Santo Ildefonso,

da nossa juventude? Há provas dadas de que temos as mesmas capacidades intelectuais que todos os outros jovens do mundo. É só uma questão de estímulo — questão de liberdade franca e séria.

Quanto à juventude de Santo Ildefonso que poderei eu adiantar? Tem os mesmos problemas e as mesmas virtudes que os "outros jovens".

— Gostariamos que nos dissesse alguma coisa sobre a música em Portugal.

— Sou músico há muitos anos embora não seja profis-



tos (qualquer dia terão que ser guardados em coifas do Banco de Portugal), sei lá,

lógico e mais do que necessário para a resolução de um grave problema da freguesia: o de arranjar uma maioria capaz de encetar as iniciativas que correspondam às ansiedades das camadas populacionais mais representativas da zona, e também mais necessitadas das actividades da Junta de Freguesia.

É histórico (e recentemente provado) que não é possível o progresso sem verdade, honestidade e saciedade pelos outros (os mais desfavorecidos) e a APU representa isso mesmo.

Assim sendo só tenho um voto:

— Para frente!  
Vamos mostrar quem somos e o que os defendemos!  
Vamos votar APU!

Publicado na Folha Informativa da APU/St. Ildefonso de 22 de Janeiro.

## Entrevista com Álvaro Marques, engenheiro electrotécnico e baterista do conjunto "Jáfu'mega", candidato da APU na Freguesia de Santo Ildefonso.

devo dizer que a vida não é tão fácil para nós!

Somos espoliados constantemente dos nossos direitos fundamentais: educação, trabalho, liberdade em geral. Não é com governantes assim que se fazem valores, que se cria riqueza, progresso, ordem e paz.

A procura do crime e de todas as actividades marginais por largas camadas de jovens é bem o espelho do abandono a que estão votados.

Onde iria o nosso País com uma orientação correcta

sional a 100%. No entanto reconheço que, se tivesse que enveredar por essa profissão, creio que estes tempos que correm seriam os mais propícios para iniciar uma carreira que começa hoje a ter viabilidade de existir de "per si" e que conta com largas camadas de entusiastas, na sua maioria jovens, com muito dinamismo, mas manietados e controlados pelo mercado do disco, pelas editoras, pela educação musical deficiente, (ou inexistente na maioria dos casos), pelos preços dos instrumen-

manietados por todo um sistema que considero inimigo da criação e consequentemente, da liberdade.

No grupo de que faço parte, somos seis músicos que aprendemos à nossa custa, sempre com grandes dificuldades no caminho percorrido. Tudo seria bem mais fácil e mais rápido com o apoio e orientação devidos.

— Porque és candidato e que significado tem a candidatura da APU?

— Vejo esta candidatura como um facto perfeitamente

## Eleições em Mosteiros — Açores

- APU concorre pela primeira vez
- Cenas edificantes que mostram o que é a AD

Os 800 eleitores da Freguesia dos Mosteiros, concelho de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, vão também às urnas no próximo domingo, dia 31 de Janeiro, em eleições intercalares provocadas pela demissão do anterior executivo composto exclusivamente por elementos do PSD.

Ao acto eleitoral, em que a APU concorre pela primeira vez, com uma lista de trabalhadores independentes, concorrem ainda listas do PS, PSD e CDS.

Não foi fácil a apresentação da lista do Povo Unido, que só por si constitui já uma importante vitória das forças democráticas, numa freguesia onde o isolamento da população é factor determinante. As dificuldades que a lista da APU teve de enfrentar são bem o testemunho do clima de intimidação em que ali se vive, que de resto viria a provocar as desistências de alguns candidatos vítimas de intensa coacção individual.

O que não impediu, antes fortaleceu, a determinação da maior

efeito pela APU, que o mesmo é dizer a insatisfação com a actividade desenvolvida pelo PSD, foram aliás expressos na sessão cultural em que culminou a pré-campanha, onde participaram cerca de cem pessoas.

Um interesse que acompanhou de resto a própria campanha eleitoral que amanhã termina, tornando possível a realização de esclarecimentos públicos, colagem de cartazes, distribuição do programa de acção e outros documentos porta-a-porta em toda a freguesia de Mosteiros.

Um interesse ainda maior face à candidatura corajosa de democratas independentes a trabalhar, em clara oposição à candidatura PSD que aparece ao eleitorado precisamente com os mesmos elementos que não conseguiram cumprir o anterior mandato, mas que aproveitaram a Comissão Administrativa para com os dinheiros acumulados

durante o período em que nada fizeram inaugurar agora, provavelmente no dia das eleições, urnas públicas!!!

Mas como se não bastasse o descaramento de apresentar como candidatos os elementos demissionários, nem a demagogia de uma obra de fachada numa freguesia com tantas carências como a de Mosteiros, o PSD dá ainda aos eleitores a pior imagem de si próprio ao envolver-se à pancada com o CDS em mais um dos seus muitos exemplos de "pluralismo" e "democracia".

Face a este programa, e malgrado as pressões e intimidações a que o eleitorado ainda está sujeito nos Açores, as forças democráticas estão confiantes de conseguir levar a sua voz à Assembleia de Freguesia dos Mosteiros. A primeira vitória — concorrer às eleições — já foi ganha. Outras se seguirão.